

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS
APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS –
PPGRI
CURSO DE MESTRADO**

CARLOS AUGUSTO LOPES DE OLIVEIRA

**CONDICIONANTES DE CONFLITO NO VALE FERGANNA
DE 1999 A 2010 E A CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA
REGIONAL NA ÁSIA CENTRAL**

**JOÃO PESSOA
2013**

CARLOS AUGUSTO LOPES DE OLIVEIRA

**CONDICIONANTES DE CONFLITO NO VALE FERGANNA
DE 1999 A 2010 E A CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA
REGIONAL NA ÁSIA CENTRAL**

Dissertação de Mestrado
apresentada à Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB) para a
obtenção de título de Mestre em
Relações Internacionais sob a
orientação do Prof. Doutor
Henrique Altemani de Oliveira

**JOÃO PESSOA
2013**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48c Oliveira, Carlos Augusto Lopes de
Condicionantes de Conflito no Vale Fergana De 1999 A 2010 e a
construção da segurança regional na Ásia central [manuscrito] : /
Carlos Augusto Lopes de Oliveira. - 2013.
118 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e
Sociais Aplicadas, 2013.

"Orientação: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira,
Departamento de Pós-Graduação em Relações Internacionais".

1. Segurança. 2. Conflito. 3. Securitização. I. Título.

21. ed. CDD 363.3

CARLOS AUGUSTO LOPES DE OLIVEIRA

CONDICIONANTES DE CONFLITO NO VALE FERGANNA
DE 1999 A 2010 E A CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA
REGIONAL NA ÁSIA CENTRAL

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: 07 / 06 / 2013



Orientador: Prof. Dr. Henrique Altemani Oliveira



Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite



Prof. Dr. Antônio Carlos Moraes Lessa

JOÃO PESSOA
2013

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador Henrique Altemani de Oliveira pelo seu apoio ao projeto de um tema não-convencional nos estudos de segurança na academia brasileira, pelas indicações pertinentes, fornecimento de livros, revisões pontuais e pela paciência e serenidade ao guiar-me até a conclusão desta dissertação.

Aos professores Daniel Afonso da Silva e Alexandre César Cunha Leite, pela leitura cuidadosa dos escritos iniciais e pelo inestimável auxílio com materiais de pesquisa e bibliografia especializada, bem como dos comentários construtivos acerca da estrutura e do tema.

Aos professores que ministraram disciplinas durante o curso de mestrado: Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Cristina Carvalho Pacheco, Silvia Garcia Nogueira, Elias Davi Morales Martinez, Filipe Reis Melo, Raquel Bezerra Cavalcanti Leal de Melo e Carlos Enrique Ruiz Ferreira.

À secretária do curso de mestrado em Relações Internacionais, Alyne Benevides, pela simpatia e presteza no trabalho administrativo e na comunicação entre discentes e docentes.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia-Pacífico – GEPAP, pela oportunidade da apresentação e espaço para debate dos temas tratados neste trabalho.

Em especial, ao professor Nick Megoran, um dos principais nomes em geografia política da Ásia Central, pela amigável troca de correspondências, materiais e indicações bibliográficas, sempre bastante prestativo.

Aos colegas de mestrado, os quais fiz verdadeiras amizades e que ainda conto para os momentos de descontração, troca de experiências acadêmicas e apoio com materiais diversos.

À minha família e à minha companheira Tatiana Ladik, por acreditarem em mim, apoiarem de forma incondicional e terem compreensão nos momentos críticos do desenvolvimento da dissertação vis a vis os prazos.

*“We may have all come on different ships, but we're in the same boat now.”
(Martin Luther King Jr.)*

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1 - A Ásia Central Czarista	22
Mapa 2 - Batken e os enclaves Vorukh, Sokh e Shakhimardan	31
Mapa 3 – O Reservatório de Toktogul.....	35
Figura 1 – Cerca de arame farpado dividindo a vila de Jar	53
Mapa 4 - As províncias do Vale Fergana	57
Mapa 5 – Distritos de Isfara, Batken e o enclave de Vorukh	65
Mapa 6 – Ak-sai e Tojikon	67
Mapa 7 – Visão geral do Enclave de Sokh, com Sogment e Hushiar.....	75
Mapa 8 – Estrutura hídrica na área sul do enclave de Sokh	76

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Área irrigada e produção de algodão no Vale Ferghana	24
Tabela 1 – Criação e Transformações das Repúblicas Centro Asiáticas	27
Tabela 2 - Porcentagem de Alocação do Uso da Água da Bacia do Mar Aral, Acordo de Almaty (1992).....	37
Tabela 3 – Porcentagem de Fluxo de Água dos Rios para cada País	38

LISTA DE ABREVIÇÕES

AO	Distrito Autônomo
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CRS	Complexo Regional de Segurança
ENP	Estratégia para uma Nova Parceria
GI	Grupos de Iniciativa
ICWC	Comissão Interestatal para Coordenação de Água na Ásia Central
INOGATE	Transporte Interestatal de Gás e Petróleo para a Europa
IFAS	Fundo Internacional para o Mar de Aral
MIU	Movimento Islâmico do Uzbequistão
OCX	Organização de Cooperação de Xangai
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
PDP	Programa de Desenvolvimento Preventivo
RAC	República(s) da Ásia Central
RDD	Diálogo Regional e Desenvolvimento
RFSSR	República Federativa Socialista Soviética da Rússia
RSSA	República Socialista Soviética Autônoma
RSS	República Socialista Soviética
SDC	Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação
TSC	Tratado de Segurança Coletiva
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNECE	Comissão Econômica para a Europa das Nações Unidas
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional
USCENTCOM	Centro de Comando Unificado dos Estados Unidos da América

RESUMO

Este trabalho descreve o processo de formação territorial e organização social dos países que constituem o Vale Fergana, na Ásia Central e analisa os cenários de conflitos violentos e não-violentos de 1999 a 2010. A partir disto, avalia-se as causas de conflitos na região da província de Batken, a qual abarca os enclaves de Vorukh e Sokh, apontando como variáveis impulsionadoras as disputas por água, terra e os confrontos étnicos, ao passo que identifica-se as ameaças regionais e locais do separatismo, o crime organizado e o terrorismo como agentes potenciais de cooperação intra-regional e com potências externas à região. É descrita a presença de grandes potências – os EUA, a UE, a Rússia e a China – e avalia-se o papel destas no estabelecimento da segurança, sob o prisma do Complexo Regional de Segurança, e na prevenção de conflitos, seja por ações diretas entre governos centrais, seja por agências governamentais nos cenários estudados. Conclui-se que o cenário político e de segurança do Vale Fergana transformou-se profundamente após o ano de 1999 e que a securitização de temas não tradicionais e o nacionalismo são causas de conflito na região.

Palavras-chave: Segurança. Conflito. Securitização. Nacionalismo. Vale Fergana. Ásia Central.

ABSTRACT

This work describes the territorial formation process and the social organization of the countries that constitutes the Ferghana Valley in Central Asia and analyses the violent and non-violent conflict scenarios from 1999 to 2010. From that, it is evaluated the causes of conflict in the region of Batken province, which covers the enclaves of Vorukh and Sokh, pointing as driving variables the disputes for water, fertile land and the ethnic clashes, while it is identified regional and local threats of separatism, organized crime and terrorism as potential agents of intra-regional cooperation and with foreign powers. It is described the great powers' – USA, EU, Russia and China – presence in the region and it is evaluated their roles in the establishment of security, under the prism of the Security Regional Complex theory, and in the conflict prevention, being by direct actions among central governments, or being by government agencies in the studied scenarios. It is concluded that the political and security scenario of Ferghana Valley changed deeply after the year of 1999 and that the securitization of non-traditional themes and the nationalism are the causes of conflict in the region.

Keywords: Security. Conflict. Ferghana Valley. Securitization. Nationalism. Central Asia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO TERRITORIAL	20
1.1 A Herança dos Canatos e o Domínio Czarista (1850's-1916).....	21
1.2 O Legado Soviético (1917 – 1991)	25
1.3 O Patrimônio Presente, Pós-Independência (1991 -).....	36
1.4 As instituições tradicionais e seus papéis na sociedade.....	44
2 OS CONFLITOS NO VALE FERGANA ENTRE 1999 A 2010	48
2.1 A Crise de Fronteiras Quirguistão-Uzbequistão (1998-2000)	49
2.1.1 Consequências do Incidente de Batken	56
2.1.2 A Tragédia em Osh, 2010	60
2.2 O Distrito de Ak-Sai e o Enclave de Vorukh	64
2.3 O Enclave de Sokh.....	74
3 A PRESENÇA DOS ATORES EXTRA-REGIONAIS	81
3.1 Os Estados Unidos da América.....	83
3.2 A União Europeia	91
3.3 A Federação Russa.....	95
3.4 A República Popular da China	101
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
ANEXO – Assistência dos EUA para a Ásia Central, 1992-2010	115
REFERÊNCIAS	116

INTRODUÇÃO

No início dos anos 90 teve fim a era bipolar iniciada no pós guerra mundial e por consequência, o desmembramento de uma das duas superpotências, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A administração central de Moscou estendeu seu legado por várias partes do globo, incluindo o espaço da Ásia Central¹, região esta sob influência russa desde a formação do império czarista, no século XVII. Além do vínculo histórico com os russos, a região é marcada por suas dificuldades econômicas, instabilidade regional e por possuir, segundo Mahapatra (2008) uma das maiores fontes de petróleo e a maior de gás natural do mundo (considerando toda a Bacia do Mar Cáspio).

Com a queda soviética, a Ásia Central envolveu-se em uma complicada transição de regimes e deparou-se com questões de disputas territoriais. O processo de independência aprofundou os assuntos relacionados à segurança nas Repúblicas da Ásia Central (RAC), as quais eram caracterizadas por uma depressão econômica, mas também pelo desenvolvimento econômico e social aquém da expectativa popular, aguda corrupção, tráfico de armas e drogas, disputas de controle de fronteira e exposição ao terrorismo (DONGFENG, 2003).

O evento do 11 de setembro de 2001 trouxe à tona, nas relações internacionais, a temática da segurança militar e tradicional (RUDZIT, 2005) e a “Guerra ao Terror”, direcionada primeiramente ao Afeganistão, tornou a Ásia Central um ponto geoestratégico. Neste contexto, a região é percebida como um foco de ameaças de guerrilhas terroristas e inseguranças étnicas e energéticas, em especial no Vale Fergana. O Vale é constituído por um espaço montanhoso e banhado por importantes rios, abrigando boa parte da população do Uzbequistão, Tajiquistão e Quirguistão², apresentando diferentes etnias espalhadas pelo território e em enclaves. A definição fronteiriça, iniciada no período czarista e desenvolvida na era soviética e que ainda hoje é contestada pelas partes, criou delimitações imprecisas e arbitrárias, acabando por contribuir com o

1 Considerada aqui a região que aborda o Cazaquistão, o Uzbequistão, o Tajiquistão, o Quirguistão e o Turcomenistão.

2 De acordo com Humanitarian Futures Program, o Vale abarca mais de 10 milhões de pessoas e concentra 27% da população uzbeque, 31% tadjique e 50% dos quirguizes. (2008)

recrudescimento do ressentimento étnico no Vale. Babakolov (2002, apud MEGORAN, 2004) argumenta que:

When Uzbekistan and Kyrgyzstan declared independence, an international border suddenly sprang up between the two former Soviet republics. With an international border, came border posts. And with border posts came guards, whose conduct has bred such resentment among Kyrgyz and Uzbek travelers that some analysts are warning that frontier disputes could sow the seeds of interethnic violence.

O perigo de conflito não é só alimentado pelas tensões interétnicas. A realidade da disputa por água e terras entre comunidades vizinhas é presente no cotidiano do Vale. A estrutura hídrica construída na era soviética integrou a região em um sistema de dependência mútua, ao ligar as geleiras e nascentes de água do Quirguistão e Tajiquistão às terras áridas e ricas em petróleo e gás do Uzbequistão (RWIR, 2010, KHAMZAYEVA, 2009). O gerenciamento da água tem sido um ponto substancial de indisposição entre os vizinhos ribeirinhos ao longo dos anos, especialmente no período que sucede as independências das RAC; neste sentido, O'Hara (2000) enfatiza a má distribuição dos recursos hídricos como uma fonte de conflito fronteiriço.

O cenário de segurança da região é ainda agravado por embates entre governo e população civil (Massacre de Andijan, em 2005; Revolução Tulipa, em 2005 e Revolta de 2010 no Quirguistão), construindo um clima de instabilidade que acaba transbordando a localidade, afetando atores extrarregionais (TABYSHALIEVA, 1999). Outros fatores contribuem para o enfoque geopolítico: a proximidade ao Afeganistão, trazendo a atenção e presença dos EUA (por conta disso, Washington tinha acesso a uma base área no Uzbequistão até 2005); o interesse de integração e expansão comercial chinesa por meio da província do Xinjiang (RWIR, 2010) e de manutenção da segurança regional a fim de evitar transbordamento de movimentos separatistas. A Rússia, tendo a Ásia Central como sua zona de influência tradicional, atuando na dinâmica de prevenção de conflitos e de integração regional com objetivos de segurança.

Neste sentido, podemos observar que grandes potências tendem a trespassar os Complexos de Segurança Regional penetrando várias regiões adjacentes; superpotências vão abarcar o mundo todo, enquanto Estados

menores vão se restringir a seus vizinhos mais próximos – consistentemente nos campos político, militar, ambiental e social. (BUZAN e WAEVER, 2003).

Dado o destaque à geopolítica e das dinâmicas do uso e valorização do território, faz-se mister estabelecer uma base teórica do conceito de território. Dois grandes geógrafos nos prestam relevantes reflexões acerca do conceito de território. Claude Raffestin (1993) destaca o caráter político do território e da precedência do espaço sobre aquele, já que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993: 143)

O brasileiro Milton Santos é consoante ao conceito de Raffestin, ao afirmar que “...o território é um nome político para o espaço de um país.” (SANTOS, 2011: 17) e abandona a questão da prevalência ou não do espaço ao colocá-lo como uma variável muito mais ampla, uma totalidade, englobando o território, a sociedade e a paisagem. O território, assim, é formado por processos históricos, colocando o homem em papel central. Santos (ibid) vai além, estendendo para o conceito de territorialidade, como um “sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence”, sendo um sentimento exclusivo humano e que prescinde à existência do Estado. Destaca, ainda, a importância da relação trabalho-espaço, pois o primeiro habilita “...a cada momento histórico, uma forma e uma distribuição do trabalho” (SANTOS, 2011: 18), sendo o último “movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços...” (SANTOS, 2011: 19). Desta forma, o trabalho reconhece a importância do território e do espaço nos estudos de segurança, onde este serve como arena de atuação política e laboral do homem.

O sociólogo alemão Max Weber nos traz um conceito de relação Estado-território que é complementar para os entendimentos deste trabalho, ao incluir o controle incontestável de suas fronteiras definidas e do território; monopólio legítimo do uso da força dentro do território e; a confiança da sociedade a respeito da imparcialidade das leis de governo. (WEBER, 1919) No entanto, para que as propriedades weberianas de Estado sejam legítimas, alguns critérios devem ser

atendidos: a) o uso da violência pelo Estado é limitado e previsível; b) o Estado contribui ou garante níveis mínimos de bem estar socioeconômico, assim como segurança física de seus cidadãos e c) cidadãos têm medidas de controle sobre a política, como o poder é exercido e por quem.

A presente pesquisa levanta os seguintes questionamentos: visto que as comunidades, representadas por diferentes grupos étnicos, não respeitavam as fronteiras administrativas da URSS, por quê há conflitos violentos no Vale Fergana, especialmente a partir do fim da década de 1990? Os conflitos são impulsionados por quais causas?

Com este norteamento e dado as características socioeconômicas do Vale, o trabalho objetiva analisar as causas dos conflitos interestatais ocorridos no Vale Fergana, entre 1998 e 2010, avaliando se estes constituem uma cadeia cronológica interligada ou se são eventos independentes entre si.

Para tanto, serão estudados a questão fronteiriça de Quirguistão e Uzbequistão, entre 1998 e 2000, suas consequências e o desenrolar da Tragédia de 2010; o incidente fronteiriço do enclave de Sokh de 2005 e a sub-região que abarca a cidade de Isfara (Tajiquistão) e Batken (Quirguistão) no período do ano de 2002 a 2004, período este marcado pelo número de escaladas de conflito. A avaliação dar-se-á pelos seguintes objetivos:

a) Descrever o processo de delimitação territorial, assentamento das diversas etnias e formação dos enclaves no Vale Fergana, com o intuito de investigar as raízes do ressentimento étnico e das atuais contendas territoriais;

b) Descrever o início da estruturação hídrica no Vale Fergana e identificar os acordos regionais sobre uso e distribuição da água, verificando os contenciosos;

c) Avaliar a atuação de atores extrarregionais no período, considerando os Estados Unidos da América, a Federação Russa, a República Popular da China, a União Europeia e organizações internacionais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e a Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

d) Verificar se a escassez de recursos impulsiona o choque de etnias e, conseqüentemente, a escalada do conflito; ou se o fator étnico é instrumentalizado em função de outros interesses (econômicos e políticos).

Como “escassez de recursos” o trabalho entende o acesso à terra arável, acesso à água potável e energia, seja na forma elétrica ou de combustível fóssil. É identificado como ponto comum nas questões de segurança da região, o acesso à água.

Onde a água é escassa, competição por recursos limitados pode levar nações a ver o acesso à água como uma questão de segurança nacional. (GLEICK, 1993a, p. 79)

O cenário geográfico, assim, cria uma complexa interdependência onde coexistem um potencial de cooperação e, mais ainda, um horizonte de conflitos. A questão hídrica apresenta-se como um elemento pivô nas relações políticas e econômicas dos atores envolvidos e, particularmente no caso dos países centro-asiáticos, Tiset et al (2000) identificam duas relações básicas de países que compartilham um corpo d'água: a) a relação com rio limítrofe e b) a relação rio acima/rio abaixo. O compartilhamento de água é potencial de conflito nas duas relações, mas muito maior na relação rio acima/rio abaixo. Até mesmo o potencial de cooperação é dissolvido na situação onde se encontra o Vale Fergana:

We anticipate that the incentives for cooperation will be higher for countries sharing a river boundary than in an upstream/downstream situation characterized by zero-sum relations and lack of confidence. (TOSET et al, 2000, p. 981)

Enquanto são admitidas as dificuldades de cooperação e são reconhecidos os esforços de assistência mútua – e de assistência externa – o foco do presente trabalho se dará nas condicionantes que justamente obstruem o quadro de “interdependência positiva”, ou a busca de cooperação em uma região mutuamente dependente.

Para atingir os objetivos descritos, a dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo descreve a formação histórica da Ásia Central, expondo a submissão da região ao império czarista, passando às divisões administrativas soviéticas e às políticas de migração e de assentamento de

etnias. Com ênfase no Vale Fergana, é analisado o processo de formação dos enclaves e da atual delimitação territorial. Descreve também a estrutura hídrica herdada da era soviética, bem como a atual, avaliando acordos regionais de distribuição e a posição de cada Estado quanto aos seus recursos. Por fim, conceitua as instituições informais tradicionais presentes nas culturas locais, analisando a evolução destas nos períodos descritos.

O segundo capítulo versa sobre a realidade na fronteira e enclaves do Vale Fergana, analisando as causas e dinâmicas dos conflitos nos casos do Quirguistão x Uzbequistão (1998-2010) e dos enclaves de Sokh (2002 e 2005) e Vorukh (2002-2004). Parte-se dos conceitos da Escola de Copenhague de definição de Estado e ameaças ao mesmo, bem como da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança a fim de entender como ameaças e conflitos locais transbordam para áreas regionais. Ainda, é discutido a dinâmica de interesses e de envolvimento de grupos nos conflitos transfronteiriços.

No terceiro capítulo, é analisada a presença de atores extrarregionais – EUA, UE, Rússia e China – e suas agendas de interesses, assim como programas de cooperação e ação conjuntas com os Estados da Ásia Central. É descrito brevemente o papel e objetivo das agências internacionais e governamentais enquanto fomentadores (seja direta ou indiretamente) de desenvolvimento e de seus projetos de prevenção de conflito para os locais de atuação.

Por delimitação, entendemos no presente estudo que o Estado é o principal agente e objeto da temática da segurança, seguindo as escolas tradicionais no estudo de segurança em relações internacionais. Utilizamos os conceitos de Buzan (2007) na análise de que forma o Estado pode ser afetado, ao identificar três pontos basilares: a base física, as instituições e a ideia do Estado. A ideia do Estado compreende a identidade nacional e a ideologia criada para organizá-lo, sendo esta parte identificada como a mais abstrata. As instituições do Estado estão associadas com a estrutura governamental (normalmente vistas nos três poderes, independentes), em leis e normas que as legitimam. A base física compreende a população e território do Estado, incluindo todos os recursos naturais e riquezas contidos dentro das suas fronteiras. Tal componente é a área mais sensível em relação à segurança, já que os Estados se fundamentam na base física e ganham destaque na pesquisa: o território e a *securitização* dos recursos hídricos (ver capítulo 1).

Tais ameaças ao Estado podem ser percebidas a níveis locais e regionais e, não raro, se interligam. Dada a posição geográfica, preocupações similares em termos de segurança e à singularidade regional, é possível inserir a Ásia Central como um complexo sub-regional de segurança, já que possuem um grau de interdependência na segurança suficiente para que se estabeleçam como vinculados e para diferenciá-los de regiões de segurança vizinhas (BUZAN e WAEVER, 2003). Desta forma, o trabalho procura identificar as ligações das ameaças locais, como conflitos de etnias em região de fronteira, com a falta de concretização de cooperação interestatal, especificamente na questão do gerenciamento de água e como a instabilidade atrai a atenção e ação de atores extrarregionais.

Conceitualmente, as principais características de um Complexo Regional de Segurança são: a diferenciação das unidades que a compõem, o número de unidades, o grau de amizade ou inimizade e a distribuição de poder (BUZAN e WAEVER, 2003). Estruturalmente, os CRS podem ser “centralizados” ou “padrões”, onde o primeiro envolve uma grande potência com um número significativo de Estados menores; já o segundo integra ao menos duas potências com objetivos primariamente em segurança (BUZAN e WAEVER, 2003).

Mas, afinal quando uma questão se torna um assunto de segurança? O que leva a “securitização” de um tema? Segundo Rudzic (2005), a securitização pode ser entendida como uma versão mais extremada da politização, pois, em teoria, qualquer assunto público pode ser posicionado no espectro que varia do não-politizado, o qual o Estado não lida e de nenhum modo é tido como um tópico de debate público e de decisões, passando por politizado (significando que o tópico é parte de uma política pública requerendo uma decisão governamental e alocação de recursos), indo até o securitizado, significando que o tópico é apresentado como uma ameaça existente, requerendo medidas de emergência, o que justifica ações fora dos limites normais do processo político.

Para a Escola de Copenhague, a distinção da natureza dos estados é essencial para a análise de segurança, pois quando a ideia e instituição de um Estado são ambas fracas, então este está inserido em um senso menor de Estado dos quais a ideia e instituições são fortes (BUZAN, 2007). Tal caracterização é importante para entendermos, no Capítulo 2, como agentes formadores do

aparato estatal, mas influenciados por instituições fracas e pouco legítimas acabam por atuar diretamente na escalada de conflito.

No trabalho, tratamos segurança sendo diretamente relacionada à Segurança Nacional e que as ameaças podem ser conceituadas em termos de agentes externos e que objetivam um único ator: o Estado (RUDZIT, 2005). Rudzit argumenta que as raízes de insegurança em países em desenvolvimento são os baixos níveis de coesão social e a fraca legitimidade do regime. Neste sentido, uma situação de segurança/insegurança é definida em relação às vulnerabilidades, tanto interna quanto externa, que ameacem ou têm o potencial de derrubar ou enfraquecer as estruturas do Estado (territorial e institucional) e seu regime político (AYOOB, 1995 apud RUDZIT, 2005).

Seguindo estas bases teóricas, a presente pesquisa utilizou a revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, focados em questões de segurança envolvendo disputas territoriais, etnias e água. Ainda, acordos regionais sobre uso da água, desde o acordo base de Almaty (1992) até a Cooperação e Diálogo Regional sobre Recursos Hídricos (2010) realizado pelo Fundo Internacional para o Mar de Aral (IFAS) com a Comissão Econômica para a Europa das Nações Unidas (UNECE); bem como pronunciamentos oficiais, publicados em sítios oficiais, dos governos do Quirguistão, Uzbequistão e Tajiquistão e de citações pontuais (a respeito de securitização das fronteiras e da água) às constituições dos três países.

Além disso, foram consultados sítios de notícias especializados na região, como Ferghana News, Eurasianet e Central Asia net, provendo pontos de vista e percepções de locais.

Foram realizadas análises de dados da bibliografia na elaboração de tabelas consultivas com o fim de auxiliar na avaliação do potencial de ameaças e de cooperação para o Vale Fergana, assim como da utilização de mapas etnográficos e topográficos.

Quanto à abordagem do problema, este trabalho é observado como uma pesquisa de natureza majoritariamente qualitativa, ao se valer do enfoque indutivo, descritivo e com tempo-espço delimitado para interpretar, por meio de fontes históricas diretas e indiretas, as causas de conflitos no Vale Fergana. Utilizamos ainda números e estatísticas, metodologicamente quantitativas, com o propósito de melhor auxiliar na avaliação e conclusão de prospectos de

cooperação entre os países, sendo este método conhecido como “triangulação sequenciada” (MORSE, 1991)³.

3 Significa utilizar, em combinação, mais de um método (geralmente o qualitativo e o quantitativo) para análise de um mesmo objeto.

1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO TERRITORIAL

“... a nation is a historically constituted, stable community of people, formed on the basis of the common possession of four principal characteristics, namely: a common language, a common territory, a common economic life, and a common psychological make-up manifested in common specific features of national culture.”

Joseph Stalin, 18 de março de 1924.

A Ásia Central é uma região com povoamento e cultura ancestral, com suas particularidades e complexidades: a cidade de Andijan, no Vale Fergana, comemorou 2500 anos em 2011⁴. Mesmo sob o domínio russo, desde o século XVI, há continuidade da cultura tribal e milenar até os dias de hoje, fazendo com que seja necessária uma breve revisão histórica da formação territorial e étnica da área, com foco no Vale Fergana. Há ainda a importância da identificação da riqueza e da estrutura hídrica como um fator relevante ao estudo de segurança do Vale. Conflito violento, no Vale Fergana, se traduz em antigas histórias de conflitos e ressentimentos (BICHSEL, 2009). Previamente integrado, o Vale Fergana é, hoje, dividido entre Quirguistão, Uzbequistão e Tadjiquistão, formando uma área de 22 mil km². Com algumas poucas concentrações urbanas, mais de 70% da população vive em zonas rurais (BUCKNALL *et al.* 2003, apud BICHSEL, 2009).

Este capítulo trata do processo da formação territorial centro asiática, do sistema de irrigação e abastecimento hídrico, das políticas de migração e assentamento de etnias desde o período imperial russo, passando pela era soviética, até a pós-independência. Aborda ainda a definição das tradições informais sociais e seus papéis no modo de vida das populações do Vale Fergana.

4 “Uzbekistan decided to celebrate the 2500th year-anniversary of Andijan. Acessado em: <http://www.bakutoday.net/in-uzbekistan-decided-to-celebrate-the-2500-year-anniversary-of-andijan.html> em 09.10.12

1.1 A Herança dos Canatos e o Domínio Czarista (1850's-1916)

A partir do século XIII até meados do século XVI, a Ásia Central esteve sob domínio das hordas mongóis, as quais promoveram uma maior coesão política e econômica à fragmentada região. Ocorreu, nesta era, o estabelecimento da etnia turca como maioria e a inserção e expansão do islamismo trazido do mundo árabe, sendo seguido até pela elite e minoria étnica mongol (BREGEL, 2003). A presença deste vasto império islâmico ameaçou a existência de outro: a Rússia. Deparados com insurgências religiosas dos Tártaros, o império russo imbuu-se na missão de defender o povo europeu contra as hordas asiáticas. A partir do século XVI, teve início a expansão russa à Ásia Central⁵ e seu conseqüente domínio, concretizando sua influência no final do século XIX e depois com a guinada soviética que concluiria o jugo histórico, oficialmente, em 1991.

O controle czarista, baseado na criação de três regiões administrativas e na manutenção de dois canatos⁶, manteve a paz e estabilidade na região centro asiática ao não interferir em assuntos internos e legando autonomia às administrações locais (GEISS, 2003). São Petersburgo⁷ implementou o próprio modelo estrutural administrativo ao criar *oblasts* (províncias), que se subdividiam em *uezds* (distritos provinciais), formados por vários *volots* (unidades subordinadas à cidade-sede *uezd*).

Bregel (2003) nos informa que as duas primeiras unidades político-administrativas eram ocupadas por militares russos – subordinados a um general comandante do Governo-geral – e que os *volots* por anciões das aldeias, eleitos por voto popular, formando um sistema de “administração militar-popular”. A importância e tradição dos anciões como representantes da localidade é percebida na Ásia Central contemporânea, onde Bichsel (2009) identifica a atuação destes na mediação de conflitos.

5 A frustração do plano russo de expansão ao Báltico por consequência da derrota na Guerra da Crimeia (durante metade do séc. XIX) impulsionou a conquista, além do que hoje é o Cazaquistão, do restante da Ásia Central pelo czar Ivan IV. (DICKENS, 1989)

6 Entidade política governada por um *Khan*, um líder turco-mongol. Bregel (2003) identifica cinco jurisdições: o Governo-geral do Turquestão, com a capital em Tashkent; o Governo-geral da Estepe; dois distritos, Turgay e Ural'sk, diretamente ligados a Moscou e sob uma administração e os dois canatos de Bukhara e Khiva. Ver mapa 1.

7 Capital do império russo de 1732 a 1918.

Mapa 1 - A Ásia Central Czarista



Fonte: METROPOLITANMUSEUM, disponível em: <http://www.metmuseum.org>

É interessante ressaltar outra importante característica dos povos centro asiáticos: a organização tribal ou em clãs. Apesar de heterogênea, a região abrigava grupos de semelhante organização política, ao se fidelizarem a agrupamentos tribais e não necessariamente a uma etnia ou nacionalidade (HAUGEN, 2003). Geiss (2003) define tribo como um grupo duradouro e consensual, baseado na comunidade de lei e paz, organizado por meio de um sistema de linhagem segmentar e tendo por característica a exogamia⁸. De forma geral, são subdivididos em nômades e sedentários, sendo os primeiros atribuídos aos povos que mais tarde viriam a ser conhecidos por cazaques e quirguízes e o segundo por uzbeques. Enquanto a administração imperial procurou não modificar de forma relevante o quadro social, o modo de vida diferenciado de

8 O costume de formar parceiros e se procriar fora do grupo ou tribo.

povos que coexistiam causaria dificuldades aos planejadores soviéticos na identificação e delimitação de fronteiras.

Sendo uma região majoritariamente rural, a irrigação desempenhou um importante papel na influência do desenvolvimento político, econômico e social. Bichsel (2009: 16) aponta que, antes do período russo, o canato Kokand investiu significativamente na irrigação do Vale Fergana, possibilitando a sedentarização do povo nômade. Na era czarista, foi realizado, um grande aumento no cultivo de algodão e de integração física por meio de ferrovias, substituindo (a partir de 1887) as importações provindas dos Estados Unidos e Egito pela cotonicultura dos protetorados e colônias centro asiáticas (BECKER, 2004); até o início do século XX, a Ásia Central era responsável pela metade do algodão demandado pela indústria têxtil russa (BREGEL, 2003, THURMAN, 1999, O'Hara, 2000).

De todas as divisões administrativas, a província de Fergana apresentava maior especialização no cultivo algodoeiro, sendo responsável por dois terços do escoamento regional (BECKER, 2004). Fergana era composto por cinco distritos neste período: Andijan, Namangan, Kokand, Fergana e Osh. O sistema ferroviário instalado não só barateou e agilizou o escoamento da produção algodoeira, como fomentou a indústria das cidades abastecidas na região e aumentou a mobilidade da população.

Para abastecer a cotonicultura centro-asiática, já nesta época foram envidadas grandes obras de canalização e irrigação; entre 1895 e 1915 foram irrigados 330 mil hectares de terras e construídas 60 unidades de processamento de algodão. Ainda durante este período, o primeiro projeto de desenvolvimento de terras áridas e virgens, liderado e organizado pelo grão-duque russo Nikolay K. Romanov, neto do imperador Nikolai I, resultou em 35mil hectares de terras irrigadas e na criação de 17 colônias (VALENTINI *et al*, 2004). Outra medida aplicada foi a implementação do algodão americano (de melhor qualidade) por meio de compras em grande quantia de sementes dos Estados Unidos (BECKER, 2004). Tal projeto serviu de base para a canalização do rio Amu Darya e para o futuro desvio deste para o Mar Cáspio, resultando em um aprimoramento na irrigação da parte leste do Turquestão. O Quadro 1 demonstra a evolução no aprimoramento hídrico e na progressiva especialização da área na cotonicultura, assim como a brusca queda, em 1922, fruto da revolução bolchevique. Os níveis de área irrigada atingiram o ápice nas vésperas da revolução e só foram

retomados setenta anos depois, demonstrando o impacto da revolução socialista na economia regional.

Em 1887 teve início a primeira regulação sobre uso da água, intitulada “Regras Temporárias sobre Irrigação na Região do Turquestão” e concluída, um ano depois, com um documento aprimorado de “Instruções sobre direitos e obrigações aos responsáveis pela irrigação na região do Turquestão” (ASHIRBEKOV, ZONN, 2003). O documento decreta a manutenção dos procedimentos já antes utilizados, mas sob a supervisão de funcionários russos. A mobilização de contingente populacional para a realização dos projetos do príncipe Nikolay foi, segundo Valentini *et al* (2004), uma das causas pelas revoltas ocorridas até 1916.

Quadro 1 – Área irrigada e produção de algodão no Vale Ferghana		
Ano	Área total irrigada (ha)	Proporção da área irrigada com algodão com o total de área irrigada. (%)
1885	593,246	9,6
1901	719,400	31,9
1916	833,850	42,0
1922	322,640	5,7
1930	529,918	77,6
1950	650,000	63,1
1970	720,900	76,3
1985	861,500	<i>(dado não disponível)</i>
1990	711,500	62,3

Fonte: adaptado de Bichsel (2009: 17)

Por imprimir um domínio de controle indireto e de respeito à religião, contestações à ordem russa ocorreram de forma esporádica e eram rapidamente reprimidas; Bregel (2003) afirma que o ressentimento local cresceu com o início da colonização russa no início do século XX – facilitada pelo complexo ferroviário e, futuramente, com a propaganda soviética – e com a deflagração da I Grande Guerra, ocasionando aumento do custo de vida e variadas taxações à região. Dickens (1989) argumenta, contudo, que o quadro agravou-se com a revolução

bolchevique de 1917 e que contribuiu para aprofundar ainda mais a alteração no espaço centro asiático.

1.2 O Legado Soviético (1917 – 1991)

Os ideais e a propaganda revolucionária já se espalhavam nas colônias centro asiáticas na década de 1910. Por ser uma região eminentemente rural, a mobilização política ficou restrita aos imigrantes e funcionários russos urbanos, representados na figura do soldado e do trabalhador, onde o primeiro fazia parte do governo local, de base e o segundo, funcionários das ferrovias. Bregel (2003) ressalta que a população nativa carecia de organização política para se fazer representada e assim, o Conselho de Comissários Popular do Turquestão, com capital em Tashkent (atual capital do Uzbequistão), foi formado por bolcheviques russos, em novembro de 1917.

Logo ao ser estabelecido, o Conselho anunciou o princípio de “igualdade e soberania entre as nações da Rússia, assim como direito destas à liberdade de autodeterminação, incluindo ao de secessão” (DICKENS, 1989, BREGEL, 2003). Os comissários, contudo, não aceitaram na inclusão do novo governo o “Nacional Comunismo Muçulmano”⁹ e com base nisto, a província de Fergana declarou o Governo Autônomo do Turquestão. Por mais três anos, contestações à administração soviética de Tashkent foram levantadas, das estepes do Norte, no atual Cazaquistão, à província da Transcáspia, passando pelos Canatos de Bukhara e Khiva.

O turbulento período foi marcado por facções rivais, apoiadas por potências estrangeiras, competindo por poder. Finda a guerra civil, a política soviética do princípio da autodeterminação modificou-se para o “princípio nacional”: cada estado deveria, dentro de suas fronteiras, unir a população que pertencia à mesma nação, primariamente definida na base de suas etnias, especialmente no mesmo idioma (BREGEL, 2003). Tal processo seria dificultado pela tradição de identificação tribal dos povos, e não a grupos étnicos e por ser

9 Fruto da segregação islâmica, nesta época nasce os *Basmachis*, guerrilha islâmica que atuou até a década de 1930 e que perdeu força com a concretização das fronteiras nacionais de Stalin e extinta após o Grande Expurgo. (BRITANNICA, 2012; RYWKIN, 1990: 41)

uma região multicultural. Desta forma, a criação dessas novas unidades tiveram que seguir a criação de novas nações. Tabyshalieva (1999) observa este fenômeno, ao incluir a problemática da religião e das características principais das tribos (nômades e sedentárias):

The Soviets divided Central Asia among its five largest groups, which were previously united by tribe, territory, and Islam, rather than ethnicity. Central Asians were encouraged to develop ethnic cultures that would replace their tribal and Muslim identity. The region was artificially divided into two major areas, the first one consisting of Kazakstan and the second one incorporating the rest of Central Asia.
(TABYSHALIEVA, 1999: 2)

A questão da linguística pareceu ser uma variável importante aos soviéticos na “nacionalização” dos povos centro asiáticos. De fato, Rosenberg (2011) nos mostra que “Nações são grupos de pessoas culturalmente homogêneas, maiores que uma simples tribo ou comunidade, que compartilham de uma mesma língua, instituições, religião e experiência histórica”. Assim, apesar de não ser um componente que isoladamente define a nação, demonstra sua relevância. O neófito regime, em consonância com o objetivo de não quebrar o frágil equilíbrio de estabilidade pós-revolucionário, considerou todos os idiomas iguais e assinalou sistemas literários para cada grupo étnico majoritário, no que Haugen (2003) aponta como “concessão tática”¹⁰. Os povos sedentários, no período da revolução, não possuíam um “idioma nacional”, mas utilizavam idiomas oficiais: os antigos canatos de Bukhara e Kokand com uma variação do persa, enquanto que o antigo canato de Khiva utilizava o chaghatay (uma variação do turco). (BREGEL, 2003)

Com a administração do presidente Josef Stalin, a partir do final da década de 1920 a centralização do poder de governo na nova capital, Moscou, e a preponderância do russo ganharam foco. Dickens (1989) relata:

The first step was to reform the alphabets, a process which took place elsewhere in the USSR at the same time. During the late 1920's and the early 1930's the Arabic alphabet was replaced by a Latin script similar to that used in Turkey. The final step was taken in the late 1930's and the early 1940's with the adoption of the Cyrillic script for all Central Asian languages. This move successfully cut off the Central Asians from their

10 Método empregado pelos bolcheviques para assegurar dominação sobre a fronteira; consistia em uma solução temporária, como uma transição para a centralização completa e supranacional do Estado Soviético.

literary past, as well as a significant connection with the rest of the Islamic world. (DICKENS, 1989: 11)

Assim, a política stalinista não só promovia a tentativa de unificar culturalmente a distante região centro asiática, como procurou isolá-la da influência da religião islâmica, procedimento este identificado, por Mark Dickens (1989) como a “russoficação” da Ásia Central. Por conta do complicado processo de criação nacional e separação étnica, os primeiros anos do novo regime foram marcados por intensa transição administrativa na questão de delimitação territorial. O ponto de partida foi a República Socialista Soviética Autônoma (RSSA)¹¹ do Turquestão, em 1918, transformando o antigo Conselho de Comissários em um Estado formalmente pertencente à Federação Russa. O passo seguinte foi a criação da RSS Kirgiz¹², em 1920. Somente em 1936 a Ásia Central assumiu contornos semelhantes ao atual, com menções relevantes às criações da RSS do Uzbequistão, em 1924 e da RSS do Tadjiquistão, em 1929 (fruto de separação da RSS uzbeque), incluindo o distrito de Khujand ao Tadjiquistão¹³.

Tabela 1 – Criação e Transformações das Repúblicas Centro Asiáticas

Year	Name	Territories initially included	Changes
1918	Russian Soviet Socialist Federative Republic	Kazakh Autonomous Soviet Socialist Republic, and Kara-Kyrgyz Soviet Socialist Autonomous Oblast	Central Asian territories were given their own Union Republics as depicted below.
1924	Uzbek Soviet Socialist Republic (UzSSR)	Territories of current Uzbekistan and Tajik Autonomous Soviet Socialist Republic (Tajik ASSR)	Tajik ASSR became TSSR in 1929. Karakalpak ASSR was integrated into the UzSSR in 1936
1924	Turkmen Soviet Socialist Republic (TSSR)		
1929	Tajik Soviet Socialist Republic	Territory of Tajik Autonomous Republic	Tajik Autonomous Republic within UzSSR was granted Union Republic status
1936	Kazakh Soviet Socialist Republic (KazSSR) and Kyrgyz Soviet Socialist Republic (Kyrg.SSR)	The territories of former Kazakh ASSRs and Kara-Kyrgyz Socialist Autonomous Oblast	Adoption of the new USSR constitution

Fonte: DADABAEV (2012)

11 Uma RSSA era subordinada a uma RSS; no caso a RSSA do Turquestão era subordinada à RFSSR.

12 Não confundir com o atual Quirguistão. A República Socialista Soviética Kirgiz era constituída pelas terras que hoje formam o Cazaquistão.

13 “Central Asia: Border Disputes and Conflict Potential”. ICG Asia Report n. 33. 4 abril 2002

Hirsch (2000) argumenta que a política de delimitação territorial de 1924 seguiu três princípios: nacional-etnográfico, econômico e ordem administrativa. Não é claro se, no processo delimitativo os três elementos são necessários para a implementação da demarcação, contudo, há evidências que os três princípios obedeciam a uma hierarquia, onde o econômico tinha prioridade sobre o étnico e o administrativo (segundo Hirsch, uma variável pouco clara que atendia a interesses políticos distintos) sobre o econômico. Bregel (2003) e Dickens (1989) apontam que a independência das Repúblicas soviéticas centro asiáticas era ficção, já que Moscou ditava as políticas gerais e indicações de posições-chave no governo local. Não obstante, havia espaço para barganha e disputa política, especialmente nas delimitações territoriais.

A delimitação territorial e nacional ao longo do Vale Fergana foi particularmente trabalhosa, já que o componente “nacional étnico” era difuso e complexo. Haugen (2003) observa que apesar de uzbeques e tadjiques falarem diferentes idiomas, eles tinham uma economia, cultura e modo de vida compartilhado. Outro exemplo foi entre os caracalpaques e os uzbeques (no delta do rio Amu-Darya) que não obstante a semelhança na língua e modo de vida, representavam duas nacionalidades diferentes. O processo de estatização das fazendas (outrora terras comunais e coletivas) transformou as fronteiras republicanas em verdadeiras linhas segredadoras, já que apenas “nacionais” poderiam trabalhar nas terras. Dada a importância econômica do Vale, os princípios da ordem econômica e política ganharam preponderância e assim, segundo Haugen (2003), as áreas de cotonicultura e os principais centros urbanos, como Andijan, Jalal-Abad, Kokand, Fergana, Osh e Namangan foram disputados pelas lideranças uzbeques e quirguizes.

As disputas por centros urbanos de relevância econômica levaram a ações de reorganizações de demarcações e limites de municipalidade. Assim, a vila de Kenesh (povoada por quirguizes) tornou-se parte da cidade de Osh, enquanto vizinhanças de maioria uzbeque, como Fourkat e Kyzyl-Kyshtak, foram realocadas à província de Osh (MATVEEVA et al. 2012). Desta forma, mesmo os atuais censos demográficos são pouco confiáveis, já que, por exemplo, a leve

maioria quirguiz da cidade de Osh¹⁴ foi fruto de engenharia social. Ainda, a caracterização de inclusão ou exclusão de certos povoamentos por caráter étnico só contribui para a alienação e discriminação de minorias.

Paul Goble¹⁵ (1995) sustenta que as reivindicações das duas etnias majoritárias no Vale são fruto do desenho de fronteiras de forma deliberativa (vindos de Stalin), a fim de criar tensão e rivalidade entre os grupos centro asiáticos (ALLWORTH, 1990 apud MEGORAN, 2004), e uma típica manobra de “dividir para conquistar”. Haugen (2003) contesta a evidência de tal afirmação, reconhecendo o papel direto que políticos locais tiveram no desenho e demarcação de território, e assevera que mesmo os representantes quirguízes reconhecendo não serem maioria nos centros urbanos contestados, basearam suas reivindicações na “importância de incluir centros econômicos e comerciais em seu território nacional”.

Koichiev (2003) destaca que as reivindicações quirguízes por *volosts* localizados na parte leste do Vale Fergana eram baseadas em argumentos étnicos; todavia, o Quirguistão tendia a rejeitar o princípio etnográfico quando o Uzbequistão era beneficiário da presença de minorias étnicas “neutras”, como os tajiques (incorporados até 1929 na nacionalidade uzbeque)¹⁶. Desta forma, uma intensa disputa pelas cidades foi travada, tendo a representação da RSS do Uzbequistão utilizado o argumento etnográfico e a RSS do Quirguistão com base nas demandas socioeconômicas (HAUGEN, 2003). Como resultado, as cidades de Andijan e Kokand (centros econômicos do vale) permaneceram em solo uzbeque e Osh e Jalal-Abad passaram aos quirguízes.

Na parte sudoeste do Vale, outra disputa territorial tomou forma após as demarcações de 1924 e serviu de palco para contendas até os dias de hoje, ganhando, assim, destaque como “locação estratégica” para a região; no capítulo 2, é visto com detalhe os conflitos modernos na região dos *volosti* Isfara e Batken. A delimitação inicial, que previa os *volosti* Sokh¹⁷ e Isfara à RSS do Uzbequistão, foi contestada, sob argumentos econômicos, pelo Quirguistão e estes

¹⁴ Em 2009, a cidade de Osh era constituída de: 47,9% quirguízes, 44,1% uzbeques e 2,4% de russos (MATVEEVA et al., 2012)

¹⁵ Goble, Paul (1995) “Stalin Draws the Borders. A Research Note,” in: HAUGEN, Arne. 2003.

¹⁶ Cogitamos que neutralidade aqui é entendida como apatia a questões de incorporações às terras das respectivas repúblicas ou por não terem organização e voz suficiente para serem atendidos.

¹⁷ Enclave no Quirguistão que, hoje, pertence ao Tajiquistão. Até 1929 o Tajiquistão pertencia ao Uzbequistão.

reivindicaram tais terras. Bichsel (2009) nos informa que o governo soviético, representado por uma comissão inter-republicana, acabou indeferindo as petições quirguizes, em 1927. Em 1929, o Tadjiquistão era elevado de república autônoma dentro do Uzbequistão para uma República Soviética; ainda que Sokh fosse habitada por maioria tadjique, a área permaneceu como território uzbeque. De todo modo, as fronteiras do Vale Fergana não eram, na prática, respeitadas (KOICHIEV, 2003 apud BICHSEL, 2009).

Desta forma, invasões de pastagens e expansões conflitantes de terras agrícolas se sucederam durante o período, e Bichsel (2009) cita o contencioso do povoamento de Ak-Sai (Quirguistão) e Vorukh (Enclave tadjique, ver Mapa 4). Sob ordens do Ministério da Agricultura Soviético, em 1955, 1,000 *ha* de terras estatais seriam arrendadas de Ak-Sai a Vorukh para uso pastoril. Entretanto, o lado tadjique iniciou, em 1967, a construção do canal Mekhnatobod-Aksai, desviando água do Rio Isfara para irrigação e, assim, expandindo o espaço destinado à agricultura, atendendo à demanda da população cada vez maior. A área de expansão incluía as terras arrendadas dos quirguizes e o conflito entre os dois povoamentos escalou em violência em 1975 (BICHSEL, 2009). Uma comissão inter republicana decidiu por ceder parte das terras a Vorukh¹⁸ e em compensação, os tadjiques cederiam água do canal ao povoado de Ak-Sai¹⁹.

Sokh e Vorukh (hoje exclaves uzbeque e tadjique, respectivamente) são exemplos da intrincada política de demarcação territorial na era soviética, norteadas pela identidade nacional, onde nação alguma sequer existiu. Esta estratégia foi resultado da política de agrupamento das tribos e clãs em grupos majoritários étnicos e, por sua vez, em identidades nacionais. É interessante notar a incrível velocidade e a extensão do período de transição sociopolítica nesta região. No Cazaquistão, por exemplo, comunidades inteiras foram transformadas de nômades criadores de gado para operários industriais em uma única geração (EVERETT-HEATH, 2003). Para o caso do Quirguistão (composto por grupos majoritariamente nômades) a demarcação de 1924 foi seguida de inúmeras reivindicações, em sua maioria, ao Uzbequistão. O último, de população

18 A área representa hoje o povoado de Tojikon, com aproximadamente 5mil pessoas.

19 De acordo com Bichsel (Ibid. 31), o fornecimento de água foi interrompido alguns meses depois e a questão só chegou a uma solução com a construção de uma bomba d'água, pelos quirguizes, partindo do rio Isfara até Ak-Sai.

sedentária e voltada à agricultura (e já especializada na cotonicultura) obteve pareceres favoráveis, enquanto o Quirguistão chegou a receber concessões para que as disputas fossem encerradas (KOICHIEV, 2003). Como resultado, cerca de 50 assentamentos uzbeques, 14 sartos²⁰, 2 turcos e alguns tadjiques foram deixados no lado quirguiz das áreas disputadas; enquanto 100 assentamentos quirguizes, 17 turcos e dezenas de tadjiques, kuramas e cara-calpaques permaneceram no lado uzbeque. (KOICHIEV, 2003)

Mapa 2 - Batken e os enclaves Vorukh, Sokh e Shakhimardan



Fonte: Postcard from Bishkek. Disponível em: <http://ianbek.kg/wp-content/uploads/2010/11/Enclaves.jpg>

Descontentamentos com a demarcação de 1924 não cessaram com o passar dos anos e petições de reivindicações sobre terras estavam proibidas por ordens de Stalin. Após sua morte, entre 1955-57, o mapa centro asiático sofreu um redesenho e os países do Vale Fergana novamente avançaram com suas reivindicações. Com efeito, o Quirguistão acabou recebendo terras ao sul do Vale,

²⁰ Do inglês “Sart” ou “sartlar” em russo; foi uma etnia absorvida e dividida entre os principais grupos étnicos do Vale Fergana.

ao redor da atual província de Batken e, assim, isolou terras tajiques (Vorukh) e uzbeques (Sokh e Shakhimardan) em enclaves. Uma comissão mista Quirguize-Tajique revisou e publicou um novo mapa, em 1957; o lado tajique, entretanto, não reconheceu sua legitimidade, ao entenderem que a nova demarcação violava a integridade territorial tajique (UNDP, 2011). Durante todo o período soviético a questão ficou sem resolução.

O fim da Segunda Grande Guerra imprimiu uma nova realidade à Ásia Central: áreas recapturadas pelo Exército Vermelho tornaram-se alvo de caça à colaboradores alemães e minorias étnicas problemáticas (notadamente, de religião muçulmana) ao Kremlin. Benites (2007) destaca a migração forçada de vários grupos a partir de 1944: os Tártaros, deportados aos Urais, Sibéria e Ásia Central, totalizando 180.000 entre 250.000. Outro grupos, majoritariamente oriundos do sul da Rússia e dos Bálcãs, foram os Meskhetianos, Inguches, Chechenos, Gregos, Búlgaros, Armênios e os Alemães. Benites (ibid) nos informa que boa parte dos deslocados morreram no traslado e nenhuma política de assentamento foi aplicada pelos soviéticos; ainda que nenhum conflito violento tenha sido reportado entre tais minorias e grupos já instalados e nativos da Ásia Central em meados do século XX²¹. Bichsel (2009) aponta, contudo, que em 1989 uma disputa em um mercado local na área uzbeque do Vale Fergana levou à violência entre meskhetianos e uzbeques em várias cidades, resultando na expulsão de vários assentamentos meskhetianos do Vale.

Enquanto a distribuição étnica e as várias delimitações territoriais podem ser identificadas como componentes de conflito na Ásia Central, a irrigação pode ser observada tanto como um elemento de papel crucial na vida rural, como também fonte de disputas. Partindo dos dois grandes rios que compõem a bacia do Aral, Amu-Darya e Syr-Darya, a administração soviética construiu mais de 32 mil km de canais, 45 represas e mais de 80 reservatórios. Assim, o governo “transformou areia e pó em uma das maiores regiões de cultivo de algodão” (WINES, 2002).

É possível observar a atenção da cúpula do governo revolucionário com a função estratégica da região centro asiática. Valentini *et al* (2004) destaca que em maio de 1918 era assinado o primeiro ato legal entre a liderança soviética e a

21 Na administração Khrushchev, a partir de 1956, foi feita a repatriação de algumas minorias, como os Búlgaros, Inguches e Chechenos. As terras e posses deixadas foram dadas a russos e ucranianos.

RSS do Turquestão: “Decreto para Alocação de 50 milhões de rublos para Trabalhos de Irrigação no Turquestão e na Organização para tais Trabalhos”. O documento alocava os vales de Fergana, Chui e Zerafshan como prioridades.

Entre os anos de 1932 e 1937 a Ásia Central, no geral, recebeu um aumento significativo de construções de canais, reservatórios e de mecanização agrícola, em parte com o intuito de voltar aos níveis produtivos da época pré-revolucionária, mas também para atender à crescente demanda da indústria soviética. Como consequência, a área irrigada cresceu meio milhão de hectares (VALENTINI *et al.* 2004). Outra implementação foi a transformação da organização agrícola, modificando as fazendas coletivas em fazendas estatais, fazendo com que somente nacionais uzbeques, por exemplo, tivessem acesso a fazendas em terras uzbeques. Ao passo que esta estruturação acarretava melhor organização trazia, contudo, potencial de conflito em zonas de fronteira e, futuramente, nos enclaves.

Os bons resultados dos projetos dos anos 30 e a dependência estreitada com a Ásia Central durante o período da Guerra Mundial estimulou Moscou a investir ainda mais em tecnologia e em sistemas de irrigação a partir dos anos 50 (THURMAN, 1999 apud BICHSEL, 2009); as principais cidades do Vale Fergana foram alvo da decisão número 3975, de 1952, do Conselho de Ministros da URSS, estipulando “desenvolvimento das terras, irrigação e futuro desenvolvimento da produção de algodão” (ASHIRBEKOV e ZONN, 2003). Para tanto, uma mobilização em massa de populações adjacentes (realocando populações vivendo nas montanhas e encostas) foi realizada (SAKIEV, 2009), e indoutrinada pela propaganda soviética; Valentini *et al* (2004: 27) relatam o intenso esforço local:

Millions of free citizens who awaited arrested at any moment had to demonstrate a forced heroism to almost no purpose. No wonder the Big Fergana Canal was dug in only forty-five days, if one hundred sixty thousand workers were daily fetched to dig out manually sixteen and a half million cubic meters of soil within one a half months!

A presença de um governo central na atuação e desenvolvimento de um sistema de irrigação na região é explicada pela “hipótese hidráulica”. A hipótese postula que sistemas de irrigação de larga escala conduzem a coordenações centralizadas e burocracias administrativas, o que, por sua vez, leva a uma maior integração política. “Uma grande quantidade de água pode ser canalizada e

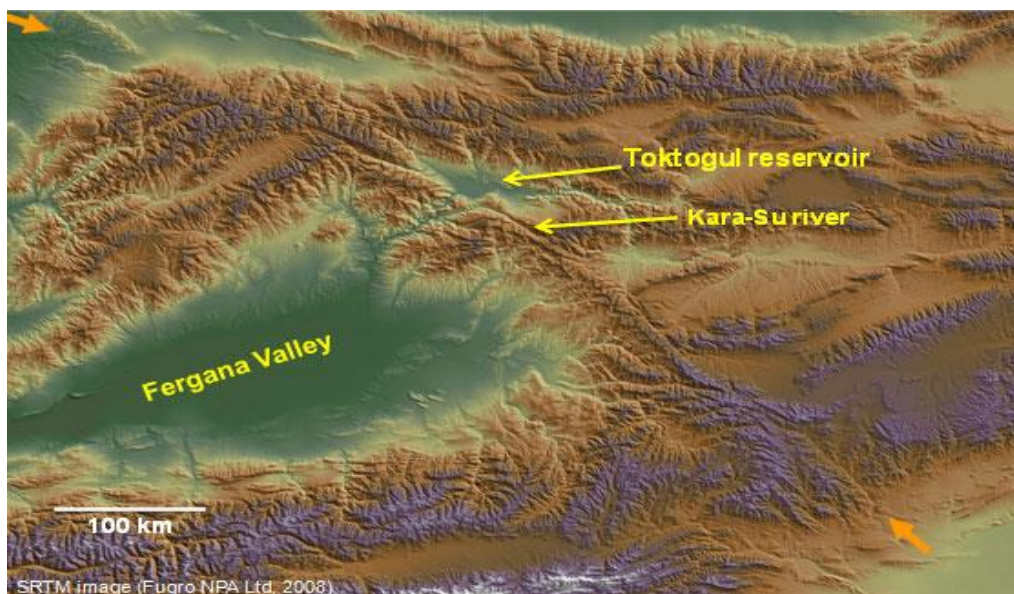
mantida dentro dos limites somente por uso de trabalho em massa; esta massa trabalhista deve ser coordenada, disciplinada e liderada.” (WITTFOGEL, 1957, apud BICHSEL, 2003).

Neste período a agricultura irrigada expandiu das planícies até as áreas marginais dos sopés. A expansão só foi possível devido a instalação de bombas d'água e de canais operados por gravidade, já que a topografia demandava tais empreendimentos (BUCKNALL *et al.*, 2003 apud BICHSEL, 2009); os investimentos na bacia do mar de Aral continuaram até o fim da União Soviética, incorporando 4.1 milhões de hectares em 1960 e passando a 7,4 milhões em 1990. A especialização agrícola da região foi tão grande que 90% do algodão, 40% do arroz e 32% das frutas produzidas na URSS partiam da Ásia Central (ASHIRBEKOV e ZONN, 2003).

Dada a vocação da região como fornecedora de matérias-primas ao “centro” soviético, uma leitura superficial das províncias centro asiáticas concluiria que a região encaixava-se no tradicional esquema colonial europeu, ao manter certa autonomia da metrópole, exportando matérias-primas (basicamente, o algodão) e importando produtos manufaturados. Contudo, Collins (2006: 65) argumenta que o “Colonialismo não é uma metáfora perfeita para o período soviético; o colonialismo soviético na Ásia Central foi, em várias maneiras, menos discriminatório, menos explorador e mais desenvolvimentista do que o colonialismo europeu na África e Ásia”.

É interessante ressaltar que a estrutura hídrica construída na era soviética não se limitava às delimitações formais das Repúblicas Soviéticas. Instalações de recursos hídricos foram construídas para atender às necessidades de irrigação transpassando as fronteiras. Um exemplo proeminente é o Reservatório Toktogul. Construído nos anos 70, na fronteira oeste do Quirguistão, foi designado para regular a distribuição sazonal de água na bacia do rio Syr Daria e aumentar a disponibilidade de água para irrigação no Uzbequistão e Cazaquistão. Ao passo que o reservatório armazenava água durante o inverno, no verão a água era liberada para a agricultura nos países rio abaixo e gerava energia elétrica para os países rio acima (BICHSEL, 2009).

Mapa 3 – O Reservatório de Toktogul



Fonte: OTAN (2008) Disponível em: <http://www.toktogulgeoenvironment.com/about.htm>

Outro importante empreendimento foi a construção, em 1987, de um reservatório no enclave de Sokh. Como parte de um acordo, em 1982 entre as RSS do Uzbequistão e a RSS do Quirguistão, uma parcela das terras vizinhas quirguizes foram inundadas para uso na agricultura irrigada uzbeque, aumentando ainda mais as áreas cultivadas de algodão na parte uzbeque do Vale Fergana; em contrapartida, a RSS do Quirguistão recebia algodão bruto para ser processado em fábricas na cidade de Osh (MEGORAN, 2012).

A extensa infraestrutura hídrica regional objetivava, primariamente, o fornecimento agrícola à União, por meio de uma complexa interligação de estruturas e sistemas de troca e compensação. Moscou impôs quotas maiores de água a países rio abaixo, ainda que os países rio acima detivessem maior fluxo de água da bacia. Além da compensação de gás do Turcomenistão e do Uzbequistão e carvão do Cazaquistão, Moscou cobria os custos operacionais e de manutenção dos reservatórios e das represas (VOTRIN, 2003), ainda que muito aquém: 90% dos sistemas de irrigação no Vale Fergana necessitavam de reparos no ano de 1985 (BICHSEL, 2009).

1.3 O Patrimônio Presente, Pós-Independência (1991 -)

O desmembramento da União Soviética trouxe uma realidade amarga para a região centro asiática. Ainda que d'Encausse (1993) tenha atestado “que o povo da União Soviética percebeu que seu destino deve estar em suas próprias mãos”, a independência das RAC foi relutantemente recebida. A Ásia Central havia sofrido a “russificação”, tornando-se um produto da era soviética e, portanto, não tinha uma tradição para se nortear (HAUGEN, 2003); desta forma, a herança do período anterior pode ser nitidamente percebida, ao notarmos a continuação das fronteiras republicanas e a manutenção do alto escalão político, originário da dirigência do partido comunista.

Sem a orientação central e planificadora de Moscou, as lideranças centro asiáticas, ainda que as mesmas, tiveram que usar novos meios de controle, identificação e afirmação dos novos Estados. Para a implementação de Estados modernos, o imaginário nacional foi utilizado em associação às novas instituições, ao entender que o Estado representava os interesses dos membros da nação (HAUGEN, 2003) por meio de instituições legítimas.

As economias das RAC sofreram um grande trauma após o esfacelamento da União Soviética, perdendo não só os privilégios de um mercado integrado e os subsídios de Moscou, como também presenciaram a retirada de empresas e infraestrutura soviéticas de seus países. Com uma baixa diversificação produtiva e de exportação, estas nações tornam-se mais suscetíveis a cenários de volatilidade de preços, em especial, do petróleo, gás, ouro e algodão. (OLIVEIRA, 2008)

Nos primeiros anos pós-independência, as fronteiras internacionais intra regionais ainda não estavam materializadas, tanto do ponto de vista formal, como da percepção dos locais. Partes significativas de terras eram utilizadas por cidadãos dos países vizinhos. Com efeito, postos de fronteira e alfândega foram construídos, mas seus impactos eram mínimos no dia a dia das pessoas. Megoran (2012) relata como a planificação soviética tornou a região, senão interligada, interdependente:

Daily work buses ferried works from the Kyrgyz SSR to factories in the Uzbek SSR. Ethnic minorities crossed the republican borders relatively freely for higher education in their own mother-tongues, creating new social networks as former classmates maintained contact after graduation. The more populous Uzbek RSS rented tracts of land from the less densely populated Kyrgyz for use in agricultural and industrial developments. (MEGORAN, 2012: 478)

O modelo de gerenciamento de água, estabelecido pelo Ministério de Terras e Gerenciamento de Água da URSS, permaneceu e serviu de base para o “Acordo de cooperação em gerenciamento conjunto, uso e proteção de recursos hídricos interestatais”, na cidade de Almaty, Cazaquistão, em 1992 (KHAMZAYEVA, 2009). Seu primeiro artigo atenta não só para a distribuição equânime do recurso, como também para o perigo ambiental do encolhimento do Mar de Aral; entende-se do artigo 1 que: “reconhecendo a comunidade e a unidade dos recursos hídricos da região, as partes têm iguais direitos em seus usos e responsabilidades ao assegurar sua proteção e uso racional”. O tratado previa, também, mecanismos institucionais para cooperação de recursos hídricos na região, aglutinados na Comissão Interestatal para Coordenação de Água na Ásia Central (ICWC), ainda que não desse força para desenvolvimento da cooperação e não estipulasse mecanismos para resolução de contenciosos (IFAS, 2010). As quotas de alocação de água dos rios Amu-Darya e Syr-Darya permaneceram as mesmas da época soviética; contudo, a manutenção da estrutura, antes responsabilidade de Moscou, acabou, na prática, sendo arcada pelos países rio acima: Tajiquistão e Quirguistão.

Tabela 2 - Porcentagem de Alocação do Uso da Água da Bacia do Mar Aral, Acordo de Almaty (1992)

Países	Alocação do Rio Syr Darya (%)	Alocação do Rio Amu Darya (%)
Cazaquistão	38,1	-
Quirguistão	1,0	0,4
Tajiquistão	9,2	13,6
Turcomenistão	-	43,0
Uzbequistão	51,7	43,0
Total	100	100

Fonte: BEDFORD, 1998 apud VOTRIN 2003; O'HARA, 2003. Integral.

O fluxo anual do Syr-Darya é de 37 km³, enquanto o Amu Darya detém praticamente o dobro, 78 km³/ano; deste total, mais de 70% do fluxo do Syr Darya nasce no Quirguistão e 70% do Amu Darya no Tajiquistão (RWIR, 2010). Pelo Quadro 2 é possível perceber que a alocação hídrica do Acordo de Almaty corresponde, de fato, aos planos da era soviética, quando se priorizava seu uso para a cotonicultura irrigada. Dados do Quadro 3 nos revelam que Quirguistão e Tajiquistão, detentores da maior porcentagem do fluxo dos rios, estavam, pelo Acordo, imensamente prejudicados.

Tabela 3 – Porcentagem de Fluxo de Água dos Rios para cada País

Países	Fluxo do Syr Darya (%)	Fluxo do Amu Darya (%)
Cazaquistão	6,5	-
Quirguistão	72,2	2,0
Tajiquistão	2,7	70,3
Turcomenistão	-	1,9
Uzbequistão	16,6	6,4
Outros*	2,0	19,4
Total	100	100

Fonte: Adaptado de RWIR 2010: 15

* Afeganistão, China e Irã.

Segundo Rahimov (2009), mais de 90% dos recursos hídricos da região são usados para agricultura, onde esta é, em média, responsável por 30% do PIB, em uma região que possui cerca de 70% da população rural (BUCKNALL *et al* 2003). A proporção, considerando a média regional, de utilização de energia elétrica pela água é de 27,3%; Quirguistão e Tajiquistão demonstram, separadamente, uma dependência do recurso bem maior: mais de 90% da energia provém de fontes hidrelétricas.

O setor energético do Quirguistão é altamente dependente da geração hidrelétrica, onde 80% de toda a energia gerada no país é por este meio. Até o ano de 2007, a infraestrutura de geração de energia era composta por dezessete estações (total de 3.680 MW), sendo quinze delas hidrelétricas com capacidade de 2.950 MW e duas termoelétricas com capacidade de 730 MW. As principais

usinas estão localizadas abaixo do Reservatório de Toktogul, que corresponde por 97% da capacidade hidrelétrica do país. (JURAEV, 2009)

Em novembro de 2010, a Usina Hidrelétrica de Kambarata-2 iniciou suas operações, adicionando 360 MW de saída nominal de energia ao total.²² Kambarata-2 faz parte do projeto de três usinas hidrelétricas em cadeia sobre o Rio Naryn. O projeto foi proposto em 1986, mas teve suas obras paralisadas com a queda da União Soviética²³. A usina-irmã mais robusta, Kambarata-1, recebeu apoio financeiro russo (US\$ 1.7 bilhões) e tem capacidade prevista de 1.900 MW. O congresso quirguiz ratificou o processo de licitação e duas empresas (EUA e França) coordenarão sua construção, com previsão para 2022. O projeto é ambicioso e captou a atenção do Uzbequistão, já que o Rio Naryn, braço norte do Rio Syr, abastece a parte uzbeque do Vale Fergana. Assim, o rio perderá um fluxo anual de 15 quilômetros cúbicos ao longo de 10 anos, até a efetivação da construção de Kambarata-1.²⁴

Até 1997, três acordos regionais foram estabelecidos sobre o tema hídrico, com foco na importância e urgência da degradação ambiental da bacia do Mar Aral, tendo como ponto alto a criação do Fundo Internacional para o Mar Aral (IFAS) no ano de 1993. A progressão no regime regional para uso da água e seus instrumentos para cooperação sofreu uma queda de interesse político com o acirramento das rivalidades intra regionais e a intensificação do controle das fronteiras, em especial no Vale Fergana.

O sistema de compensação “água (para irrigação) por energia (gás, carvão, petróleo)” foi, durante os anos 90, desobedecido por seus membros. Incentivados pelo aumento do preço do barril de petróleo em 1997 os países rio abaixo introduziram preços internacionais na barganha (VOTRIN, 2003). Residências no Quirguistão e Tajiquistão substituíram o dispendioso padrão de combustível fóssil de aquecimento para o padrão de energia elétrica, aumentando, assim, a demanda energética durante o inverno. O Quirguistão,

²² “Kyrgyzstan launches Kambarata-2 hydropower plant”. Disponível em: <http://www.hydroworld.com/articles/2010/09/kyrgyzstan-launches.html> acessado em 30 jan, 2013.

²³ Russia to Finance Kyrgyzstan's 1.900 MW Kambarata-1. Disponível em: <http://www.hydroworld.com/articles/2009/02/russia-to-finance-kyrgyzstans-1900-mw-kambarata-1.html> acessado em 30 jan, 2013.

²⁴ “Expert: Hydroelectric power station construction in Kyrgyzstan must be coordinated with Uzbekistan”. Disponível em: <http://www.hydroworld.com/news/2013/01/25/expert-hydroelectric-power-station-construction-in-kyrgyzstan-must-be-coordinated-with-uzbekistan.html> acessado em 30, jan. 2013.

incapaz de pagar os crescentes preços de gás e petróleo, liberou mais água de seus reservatórios (principalmente o de Toktogul) durante o inverno de 1997, o que causou enchentes nas plantações uzbeques do Vale e secas no verão seguinte, já que os níveis dos reservatórios estavam mais baixos. Em resposta, o Uzbequistão cortou o fornecimento de gás à Bisqueque e à Duchambe (Tajiquistão).

As tensões escalaram para um “build up” militar uzbeque e subsequente mobilização de tropas na fronteira próxima ao reservatório. Este movimento levantou preocupações e revoltas entre a população e o governo quirguize, acarretando na adoção da resolução do Quirguistão em declarar a água como uma *commodity*, sujeita a preços de mercado, já que o país arcava também com os custos de manutenção e operação do sistema hídrico²⁵; ademais, Bisqueque ameaçou vender água à China caso o Uzbequistão falhasse em pagar (SAKIEV, 2009). O Ministério das Relações Exteriores do Uzbequistão atentou para a “inconformidade da associação da água a uma *commodity* com os princípios de leis internacionais e uso de rios transnacionais, o que poderia causar consequências imprevisíveis.” No ano seguinte, os países chegaram a um acordo-quadro para o retorno ao sistema de Almaty; segundo Votrin (2003), contudo, os países sistematicamente deixam de cumprir o prometido, tornando os acordos virtualmente nulos.

No campo territorial, o cenário do Vale Fergana foi transformado com a intensificação no controle das fronteiras e interrompimento do fluxo de capitais e pessoas. Os eventos iniciaram em fevereiro de 1999, com uma série de explosões na capital do Uzbequistão, Tashkent, matando 16 pessoas (MEGORAN, 2012) e quase matando o presidente Islam Karimov. Os ataques foram atribuídos ao MIU (Movimento Islâmico do Uzbequistão), grupo considerado terrorista e que emergira de movimentos radicais islâmicos no Vale Fergana entre 1989-91. O grupo, à época de sua criação, refugiou-se no, então mergulhado em guerra civil, Tajiquistão (CORNELL, 2006). Cornell relata que, em agosto do mesmo ano, o MIU lançava sua primeira incursão militar na região quirguize de Batken, pegando os militares quirguízes desprevenidos; o ataque surpresa mobilizou as forças uzbeques à fronteira, ocasionando a retirada do grupo terrorista ao Tajiquistão,

25 De fato, o Quirguistão usa somente 20% de toda a água gerada em seus reservatórios; o restante flui para a irrigação do Cazaquistão e Uzbequistão (SAKIEV 2009; 87)

ajudada pelo ministro de emergências tajique Mirzo Zioev, um antigo aliado dos tempos de guerra civil.

O Uzbequistão reagiu aos ataques bomba rapidamente, fechando vias de acesso (proibindo entrada e saída) ao país, instalando novos postos de controle de fronteira e demolindo pontes, caracterizando o que Megoran (2012) classifica como “materialização das fronteiras”. As fronteiras imaginárias das repúblicas soviéticas agora tornavam-se reais e a população de fronteiras e enclaves sofreram diretamente com a instauração da crise Uzbequistão-Quirguistão de 1999-2000 (a crise é analisada no capítulo 2). O desconforto estendeu-se também ao Cazaquistão, com a demarcação unilateral de vários quilômetros de fronteira e dividindo aldeias em dois territórios diferentes (WEISBRODE, 2001). A partir deste episódio, o enclave de Sokh, por exemplo, tem ficado consistentemente isolado em meio ao território quirguize, impossibilitando os residentes de comercializar, transitar ou mesmo de produzir em terras diretamente vizinhas. Um residente local de Sokh relata a dificuldade do dia a dia em um enclave (NAJIBULLAH, 2010)²⁶:

"My house is located less than 300 meters from the Kyrgyz border (...) and even in my village, Chashma, when we go to the nearby market, which is on the Kyrgyz land, we need to pass a checkpoint, where Kyrgyz soldiers check us and ask for money (...). When there are tensions in Kyrgyzstan or Uzbekistan -- in Bishkek, or, for instance, in Andijon -- Uzbekistan closes its borders and intensifies controls and checks."

Os enclaves no Vale Fergana traçam sua história na intricada e disputada delimitação territorial soviética, tendo marcos de reivindicações em 1924-36, 1955-57 e 1989. Como resultado, oito territórios permaneceram ilhados em nações vizinhas e que, como no caso do enclave de Vorukh, não necessariamente correspondiam etnicamente à nação a que pertenciam. Com 325 km² e uma população majoritariamente tajique, Sokh é um montanhoso território uzbeque cercado por terras quirguizes e é o maior enclave do Vale Fergana (NAJIBULLAH, 2010). Como resultado do acirramento das fronteiras e postos de controle pelos países, casos de choque entre população local e

²⁶ Entrevista, na íntegra, disponível em: http://www.rferl.org/content/Uzbek_Kyrgyz_And_Tajik_Lives_Collide_In_An_Enclave/2061404.html
Acessado em: 12 set. 2012.

policiais de fronteira ocorrem e chegam a escalar em conflito, tal qual o caso da aldeia Khush'iar do enclave de Sokh em 2005.

Outro caso, estudado no capítulo 2, é o das aldeias de Ak-sai e Tojikon, envolvendo disputas por controle de terras e na distribuição de água para irrigação entre quirguízes e tadjiques no enclave de Vorukh. Bichsel (2009) destaca a disputa como sendo a mais longa no Vale Fergana. Tais disputas são inflamadas por políticas de povoamento agressivas dos países envolvidos, no esquema que Bichsel (2009) classifica como *wherdor*²⁷, citando o exemplo da aldeia de Maksat²⁸, no distrito de Leilek, extremo oeste do Quirguistão.

Questões territoriais tiveram pouca relevância logo no pós-independência das RAC refletindo no baixo interesse político dos países centro asiáticos em delimitar oficialmente suas fronteiras com países vizinhos. Tadjiquistão e Quirguistão, países do Vale Fergana e vizinhos à China e ao Afeganistão, atrasaram as negociações e somente entre 2003 e 2004 concretizaram suas fronteiras com a China. Após o recrudescimento e o foco em securitização das divisas intra regionais, a questão territorial acabou se tornando relevante para a população e parte permanente do imaginário nacional. Megoran (2012) destaca a participação da oposição política e da população do Quirguistão na contestação da cessão de 95,000 hectares à China, em 2002: protestos no distrito de Aksy foram duramente reprimidos pela força policial quirguize e, após uma investigação, boa parte do governo foi exonerado, incluindo o então primeiro Ministro Kurmambek Bakiev. Bakiev, assim, passou a ser opositor do governo do presidente Askar Akaev e usou o incidente em Aksy como galvanizador de membros da oposição para retirar Akaev do poder, passando Bakiev à presidência, em 2005. Não obstante, 541km de 870km de toda a fronteira entre Tadjiquistão e Quirguistão foram oficialmente demarcadas, enquanto o restante – onde encontra-se as áreas mais sensíveis e de disputa – não foi solucionado (UNDP, 2011).

Dada a extrema importância da água para a economia local, o recurso tem sido alvo de securitização das RAC. Com o crescente aumento de

27 Do alemão, “Vila Fortificada”; consiste na formação de assentamentos de fronteira com o intuito de expandir população local dentro do território vizinho e impedir, ao mesmo tempo, a posse e povoamento do outro lado.

28 O povoamento é composto por mais de 60 casas enfileiradas linearmente como uma muralha, frente à fronteira com o Tadjiquistão.

insegurança regional, os Estados têm avançado em regularizar, de forma legítima, a defesa de suas riquezas hídricas. De acordo com a quarta cláusula do Código da Água do Cazaquistão, “o Estado é dono da água no Cazaquistão”; o Código da Água do Tajiquistão segue a mesma linha, ao passo que no Uzbequistão a “Lei sobre a água e seu uso” estabelece que “a água é uma propriedade do Estado – um tesouro nacional do Uzbequistão. A água deve ser usada racionalmente e é protegida pelo Estado”. No Quirguistão, a lei declara que “O Estado é dono do fundo estatal sobre água no Quirguistão” (KASIMOVA, 2000 apud SAKIEV, 2009).

Na esfera regional avanços foram realizados, nos últimos anos, no regime do uso da água de forma cooperativa, racional e sustentável. Bilateralmente, o Quirguistão conseguiu um acordo com o Cazaquistão, em 2000, para compartilhar custos de operação de canais e de manutenção proporcionais ao uso das águas dos rios Chu e Talas (RWIR, 2010). Em 2002, foi a vez do Uzbequistão realizar um acordo semelhante com Biskeque e garantir o suprimento de água para a agricultura no Vale (VOTRIN, 2003). A volta do diálogo entre os vizinhos recuperou os ânimos para entendimentos futuros no campo da cooperação multilateral, como a Convenção Quadro de 2006.

A Convenção Quadro para Proteção do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável da Ásia Central é resultado disso. De acordo com o IFAS (2010), o Quadro parece ser o instrumento regional melhor desenvolvido para o assunto, ao prover base legal para cooperação de longo prazo entre as partes em várias matérias, como: proteção da biodiversidade e da qualidade do ar, conservação da água e o uso sustentável dos recursos hídricos. Por meio de projetos regionais e encontros multilaterais e bilaterais o Quadro pretenderá, também, estabelecer protocolos e regras para obrigações gerais e específicas. O IFAS demonstra preocupações com o futuro da Convenção Quadro, já que as partes são livres a assinar e cumprir outros acordos, gerando riscos de tratados se sobreporem e entrarem em conflito.

A Ásia Central, tendo como seu núcleo econômico o Vale Fergana, ainda que se apresente como uma área de profunda interdependência, mostra um cenário real de cooperação pouco efetivo. O grande obstáculo identificado à implementação dos acordos é a baixa confiança entre os entes estatais (ABBINK et al, 2005). Se o Quirguistão libera mais água durante o verão, ele deve confiar

que seus vizinhos ribeirinhos de baixo vão abastecê-lo com combustíveis fósseis, caso contrário enfrentará severos problemas ao não ser capaz de suprir a demanda energética no próximo inverno (ABBINK et al, 2005).

1.4 As instituições tradicionais e seus papéis na sociedade

Para estudar os conflitos locais e as interações das distintas populações é preciso levar em consideração uma “trindade” cultural, particular do Vale Fergana e que se estende a boa parte da Ásia Central, atingindo tanto culturas nômades, como as sedentárias: os *aksakals*, a *urp-adat* e o *ashar*.

As instituições dos costumes comunitários e dos anciões são tradicionais, antecedem o período do jugo czarista e possivelmente remontam aos períodos dos Canatos. Os *aksakals*, que em quirguiz se traduz para literalmente “barbas brancas”, correspondem aos anciões-líderes de comunidades (PASSON e TEMIRKULOV, 2004, BICHSEL, 2009) e acabam por personificar a autoridade em uma comunidade, que, desta forma, é legitimada e regida pela *urp-adat*, ou o conjunto informal de regras baseadas em um sistema tradicional de valores (PASSON e TEMIRKULOV, 2004). Supervisionada pelos *aksakals*, a interação laboral nas comunidades deriva de um costume de trabalho coletivo, chamado *ashar*, onde grupos de pessoas são mobilizadas para realizar construções ou manutenção de estruturas (BICHSEL, 2009) vitais à comunidade, como canais, poços e bombas d’água.

De acordo com a *urp-adat*, toda família detinha o direito de invocar o *ashar*, ou seja, solicitar ajuda da comunidade para obras privadas e outros trabalhos e, em contrapartida, deveriam contribuir igualmente para outras famílias que assim precisassem. No caso de obras públicas, o *ashar* era invocado pelos *aksakals* e cada família, pela *urp-adat*, era esperada em fornecer ao menos um homem para os serviços. A exigência de trabalho, ou contribuição financeira, era proporcional aos benefícios que cada família recebia com as construções; assim, pessoas localizadas próximas à “cabeça” de um novo canal deveriam contribuir mais do que as outras, já que desfrutariam de acesso à água de melhor qualidade (BICHSEL, 2009). De acordo com Passon e Temirkulov (2004), uma festa era

organizada após o trabalho e aquelas famílias que não participaram do *ashar*, sem fortes razões, eram punidas com a vergonha (*uiat*) pelos anciões.

Tais instituições são percebidas tanto em vilarejos remotos, como nos principais centros urbanos do Vale; entretanto, as tradições têm mais força no campo e nas regiões menos povoadas, onde os anciões exercem autoridade e são respeitados. O grau de institucionalização da *urp-adat* é distinto entre as comunidades, onde em algumas é aplicada com uma rígida disciplina. Um dos elementos da *urp-adat* é a *darvishana*, um encontro anual de membros da comunidade, onde todas os problemas e questões relevantes são discutidas (PASSON e TEMIRKULOV, 2004). Apesar de não serem definidores do destino de um conflito, especialmente os violentos, os *aksakals* exercem grande influência na comunidade por meio de controle social. Em populações tradicionalmente sedentárias, os anciões presidiam sobre uma comunidade de um centro urbano e de vizinhanças rurais – *mahalla* – que era composta não por laços de parentesco, mas no consenso do grupo e na participação comunal e em atividades religiosas (BICHSEL, 2009).

O escopo e os valores das instituições sofreram deturpações com o tempo, a medida que os vários grupos tribais se adaptavam aos diferentes governos, desde o início da dominação russa, no séc. XIX, até os governos independentes da atualidade. Em sua política de pouco intervir nos anexos do império, a administração czarista procurou incluir os costumes ao seu favor. Destarte, o *aksakal* era um funcionário assalariado apontado pelo governador militar e não mais um líder sancionado pelos locais (THURMAN, 1999 apud BICHSEL, 2009). A incorporação czarista influenciou ainda mudanças na natureza do *ashar*: a contribuição agora era em espécie e coletada por funcionários governamentais, que, não surpreendentemente, desviavam os recursos para fins próprios (BICHSEL, 2009).

Após a revolução bolchevique e durante os primeiros anos da União Soviética, o *ashar* sofreu modificações de escopo e se estendeu ao número de obras realizadas – acréscimo de obras públicas – e de pessoas envolvidas. De fato, um decreto de 1921 estipulava a instauração de uma espécie de corveia a fim de complementar o fundo federal para construções (BICHSEL, 2009). Neste período, cidadãos não-relacionados diretamente aos benefícios das obras eram também recrutados, como profissionais liberais e operários de fábricas. De

acordo com Thurman (1999 apud BICHSEL, 2009), as mobilizações em massa foram gradualmente eliminadas e substituídas por trabalhadores especializados, legando o *ashar* aos serviços de manutenção local. Entre 1950 e 1960 o *ashar* foi institucionalizado na forma de um trabalho obrigatório não-pago aos Sábados que já era utilizado por todas as repúblicas soviéticas. Foi durante esta época a aplicação de restrições aos *aksakals* e à *urp-adat*, por meio de censura de festas tradicionais, reuniões políticas dos anciões e cultos religiosos.

Com a independência, os costumes e tradições não só foram gradualmente restaurados – de fato, este processo já ocorria nos anos 80 – como foram encorajados pelos novos governos. No Vale Fergana, o ressurgimento das tradições foi incorporado aos projetos de construção das novas nações, tanto que ações de caráter político e ideológico ganharam roupagem legal ao adentrar na esfera legal. No Quirguistão, por exemplo, foi atribuída autoridade legal, com uma lei de 2002, aos grupos de anciões em níveis de cidades, vilas e municipalidades, estabelecendo a Corte dos Anciões (*aksakaldar sotu*) (BICHSEL, 2009). Na prática, os anciões exerciam uma função de mediadores tanto internamente, como externamente, ao representarem a comunidade perante representantes governamentais e agências estrangeiras. O *ashar* passou a desempenhar um papel mais tradicional e menos obrigatório, legando a mobilização do trabalho coletivo – ainda supervisionado pelos *aksakals* – às associações comunitárias *ad hoc* e com fins específicos, como a Associação Jangy Jer.²⁹

A despeito das mudanças sofridas com o tempo, as instituições tradicionais ainda fazem parte do cotidiano social e cultural do Vale Fergana. Festividades, celebrações e encontros são realizados de acordo com a *urp-adat*, serviços de reparos e manutenção são feitos pelo *ashar* e o respeito aos anciões ainda é observado. Ainda que o papel dos *aksakals* seja, de forma geral, consultivo local, se faz necessário atentar a importância da utilização destes como mediadores entre a comunidade e agentes de segurança pública ou de agências de assistência, sem perder de vista as limitações das tradições e as constantes

²⁹ Esta associação exultou em construir, em 2000, um canal de irrigação e expandir a área agrícola por meio de mobilização interna e captação de recursos de agências de auxílio estrangeiras. O estudo do caso de Jangy Jer é descrito em Passon e Temirkulov (2004), Mercy Corps (2005) e Bichsel (2009).

mutações históricas que estes sofrem. Um relato de uma ONG de Khujand³⁰ ilustra tal ponto de vista:

I respect their (the elders) age, but I do not necessarily follow their decisions. If they tell me I have to slaughter a certain number of sheep for a *toi* (life-cycle celebration), I follow their advice. But when they want to give me advice on the (irrigation) canal, and I do not agree, I do not follow it. (BICHSEL, 2009)

Neste capítulo, por meio da revisão histórica, foi possível observar o contexto da região da Ásia Central e em que bases os atuais Estados são formados. Características pertinentes foram apontadas para o entendimento dos conflitos na região, embora tais peculiaridades isoladamente não expliquem as causas de contenciosos, serão de grande relevância na análise do capítulo seguinte; em suma, elencamos: a) identificação tribal dos vários grupos da região; b) formação de etnias e nacionalidades pela aglutinação de grupos com base em censos soviéticos; c) desenvolvimento de estrutura econômica e social interligada; d) nova organização do campo, com estatizações das fazendas coletivas; e) aglomeração de diferentes etnias em centros urbanos; f) duradouras disputas, sob os auspícios de Moscou, por centros urbanos e terras; g) reivindicações por terras no campo e por acesso à água.

³⁰ Segunda maior cidade do Tajiquistão.

2 OS CONFLITOS NO VALE FERGANA ENTRE 1999 A 2010

“Our air is one, our water is one, our God is one, and our language is one. Therefore, the Uzbeks and the Kyrgyz will never be separated.”

Kurmabek Bakiev, presidente do Quirguistão, 2006

A transição da filiação federativa soviética à condição de independência foi relativamente pacífica no Vale Fergana, apesar da tensão das diversas representações políticas ao longo da região centroasiática, em especial o caso da Guerra Civil do Tajiquistão, de 1993 a 1997. Antes do período independente oficial, dois conflitos sérios ocorreram na área do Vale: o embate étnico entre turcos mesquetianos³¹ e uzbeques em 1989 e o conflito Osh-Uzgen de 1990³². As transformações e reformas políticas não ocorreram do dia para a noite, portanto o fim do período soviético já demonstrava a caracterização de instabilidade do Vale Fergana. O fim da década de 90 demarca o princípio de uma série de conflitos entre as distintas nacionalidades do Vale e da turbulência social que distingue a região até hoje.

Musabaeva e Moldosheva (2005) e Bichsel (2009) apontam a guerra civil tadjique como a materialização das fronteiras e o início do recrudescimento político no Vale, com a implementação do uso de vistos para cidadãos tadjiques e quirguízes com entrada no Uzbequistão. Megoran (2004), entretanto, aponta que a concretização das fronteiras internacionais só vem a ocorrer no final de 1998, com a crise entre Tashkent e Biskeque, pois mesmo com a instalação de postos de alfândega o controle era mínimo e o estilo de vida das povoações de fronteira permaneceu inalterado.

O Capítulo analisa as causas e condicionantes da crise de fronteiras entre o Uzbequistão e o Quirguistão nos anos de 1998 e 2001, apontando o papel dos atores domésticos e do legado estrutural soviético. Analisa também o conflito do enclave de Sokh em 2005 e da província de Batken entre 2000 e 2008, investigando a relevância da variável étnica e da variável “disputa por recursos”

³¹ Do inglês: *Meskhetians Turks*. Tradução livre do autor.

³² Para melhor compreensão dos embates, ver TABYSHALIEVA, 1999. O primeiro caso é considerado um assunto interno uzbeque; o segundo um conflito interétnico sem proporções regionais.

– aqui entendidos como terra e água potável. Por fim, será avaliado se há ligação cronológica, estabelecendo uma relação de causa e consequência, entre os conflitos estudados

2.1 A Crise de Fronteiras Quirguistão-Uzbequistão (1998-2000)

Os países diretamente envolvidos na crise começaram a seguir caminhos diferentes após suas independências. Enquanto o Quirguistão era visto como a “Ilha da Democracia” – por implementar reformas econômicas liberais e ter abrangido maior espaço à sociedade civil e à oposição – o Uzbequistão seguia um caminho mais autoritário e nacionalista. Segundo Megoran (2004):

Politically, the administration of Uzbekistan’s Islam Karimov was marked by an authoritarianism that differentiated it from the relatively freer regime in Kyrgyzstan.

Economically, Uzbekistan maintained Soviet-style production and procurement of cotton and wheat, whilst the application of more neo-liberal economics in Kyrgyzstan led to the breaking-up of collectives and a greater diversification into cash crops such as tobacco. Uzbekistan and Kyrgyzstan also introduced separate currencies. A switch from the Soviet telephone network to independent technologies meant that calls across the border became international using international codes; whilst a call from O’sh to Ferghana cost the same as a call to Bishkek in 1997, by 1999 it cost almost ten times the price.

(MEGORAN, 2004: 44)

Tais mudanças correspondem às aspirações nacionalistas das lideranças independentes, assim como de suas desconfianças mútuas. De fato, os primeiros presidentes do Uzbequistão (Islam Karimov) e do Quirguistão (Askar Akayev) assumiram logo após as resoluções desastrosas dos embates com os turcos mesquetianos em 1989 e do conflito étnico em Osh e, assim, lançaram como prioridade em seus governos o estabelecimento da estabilidade e do crescimento econômico. Somente anos mais tarde que o foco mudaria, em essência, no sentido da construção da segurança nacional, especialmente no Uzbequistão.

Dentro do padrão de distanciamento, os países rio-abaixo das bacias Syr Darya e Amu Darya objetivaram maior autossuficiência energética, buscando diminuir a dependência hidrelétrica de seus vizinhos. Os países rio-acima procuraram aumentar suas capacidades hidrelétricas com o mesmo intuito, o que acarreta em menor fluxo hídrico para as plantações dos vizinhos rio-abaixo

(KARAEV, 2005). Juntamente com a crescente especialização do Uzbequistão na cotonicultura e o acréscimo da população urbana no Quirguistão é que resulta o primeiro grande ponto de inflexão das já distantes repúblicas.

A crise decorreu do corte de repasse de hidrocarbonetos de Tashkent a Biskeque, em fevereiro de 1998, em consequência das enchentes provocadas pela liberação de grande fluxo de água do Reservatório de Toktogul, Quirguistão, durante o inverno de 1997 (a crise é abordada no capítulo 1). Apesar da situação ter sido contornada pelo alto escalão governamental, as relações entre os países estava abalada, já que o Uzbequistão aproveitou o espaço das negociações para refazer reivindicações territoriais e o Quirguistão ameaçou usar toda a capacidade de Toktogul como arma de enchente (KARAEV, 2005).

Já em janeiro de 1999, o Uzbequistão restringiu o acesso de automóveis e de pessoas ao fechar parcialmente suas fronteiras com o Quirguistão, exigindo vistos. Segundo Megoran (2004), as ações uzbeques foram, em parte, motivadas pela diferença de política econômica dos dois países e com isso Tashkent almejou impedir a circulação de capital, trabalho e de bens com o Quirguistão. Um comentário do presidente Karimov ilustra o ato: *“Kyrgyzstan is a poor country, and it is not my job to look after the people. Every day five thousand people come from Osh to Andijon - if each of them buys one loaf of bread, there will not be enough left.”*³³

O regime de vistos interrompeu o antigo padrão de vida e da sensação de não-existência de fronteiras. Rompeu ainda com a meta anterior de fronteiras abertas e livre trânsito (KARIMOV, 1999 apud MEOGRAN, 2002). Enquanto viagens de até 100 km dentro do território uzbeque eram permitidas a cidadãos quirguizes, o trânsito, além desta cota, como para a cidade de Tashkent, exigia um visto (ICG, 2002). Em resposta, o presidente quirguiz Akayev implantou um regime semelhante, utilizando a “política de reciprocidade”. Sem representações consulares nas fronteiras, cidadãos tanto uzbeques, como quirguizes precisariam viajar até suas respectivas capitais para conseguir o visto e assim conseguirem atravessar fronteiras que, em alguns casos, passavam por dentro dos povoamentos.

³³ “The Spring Border Crisis”. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/departments/insight/articles/eav120899.shtml> acessado em 30, jan. 2013.

A situação foi agravada quando, em 16 de fevereiro de 1999, uma série de explosões de bombas estremeceu a capital uzbeque, matando pessoas 16, ferindo 120 e colocando o país em um estado de alerta. (MEGORAN, 2012) O ataque foi atribuído a uma tentativa de assassinato do presidente Karimov (CORNELL, 2004, RASHID, 2002) e, assim, o Uzbequistão imediatamente fechou suas fronteiras, interrogou mais de duas mil pessoas (RASHID, 2002) e impôs rígidas inspeções em seus postos de fiscalização, ao recrutar soldados, guardas de fronteiras e agentes de alfândega para os limites do país e áreas sensíveis (MEGORAN, 2002). Novos postos de controle, assim, foram construídos, cercas com arame farpado erguidas nos mais de 870km de fronteira não demarcadas, travessias foram obstruídas e pontes destruídas em um ato unilateral (MEGORAN, 2004).

Já engajado em uma maior aproximação com os EUA, Tashkent procurou envolver Washington na situação ao urgir para que o MIU fosse considerado como um grupo terrorista. Enquanto isso, a Rússia denunciava abertamente os ataques ao classificá-los como terroristas e extremistas (DALY et al, 2006). Um dos principais líderes do MIU, Juma Namangani, foi identificado em solo tajique e funcionários uzbeques acusaram Duchambe de abrigar o terrorista. Rashid (2002) ameniza ao afirmar que o fragilizado governo tajique não estava em posição para enfrentar o MIU.

Domesticamente, o Uzbequistão reagiu aos atentados. Em maio de 1999, a Câmara de Deputados revisou a “Lei da Liberdade de Consciência e Organizações Religiosas” para impor novas restrições a grupos religiosos. Islam Karimov, temendo que o fundamentalismo islâmico ameaçasse seu governo e a unidade nacional, impôs restrições às reuniões religiosas, procurou limitar a construção de mesquitas e identificou o MIU como um grupo terrorista.³⁴ Uma edição da *Halq So’zi*³⁵, de 15 de maio, ilustra a visão ufanista da pátria e das ameaças injustas ao povo daquele país:

How is it that day by day fundamentalism and armaments are entering our beautiful, lovely and peaceful state that to an increasing degree is astounding the world? (Halq So’zi, 1999 apud MEGORAN, 2002)

³⁴ “Islom Karimov: Presidency”. Disponível em: http://www.blurbwire.com/topics/Islom_Karimov::sub::Presidency acessado em: 03 fev. 2013.

³⁵ Traduzido do uzbeque, significa “Palavra do Povo”. É uma publicação oficial diária do parlamento do Uzbequistão.

Enquanto isso, a administração de Askar Akayev reagia timidamente aos eventos. Para Megoran (2002), não havia nem dinheiro nem vontade política para responder, à altura, às ações aplicadas pelo Uzbequistão. De fato, o presidente Karimov provocou seu vizinho, ao anunciar em rádio que a situação no Quirguistão era caótica porque seu líder nada fazia a não ser sorrir.³⁶ Seja para responder às provocações de Islam Karimov, seja para genuinamente atacar o problema de segurança no sul do país, Akayev, em outubro de 1999, viajou à cidade de Batken, sul do Quirguistão e anunciou o desmembramento deste distrito da província de Osh para a formação da província de Batken, criando uma nova região administrativa que “gozaria de tratamento especial do governo central em termos de impostos e investimentos” (JAMESTOWN, 1999)³⁷; o presidente quirguiz lançou ainda um plano para a construção de setenta postos ao longo de 470km de fronteira com o Tajiquistão – país identificado como corredor dos grupos radicais.

A oposição política quirguiz – baseada em sua maioria no sul do país, região inserida no Vale e mais atingida com as medidas uzbeques – tomou tanto a inércia do presidente Akayev como a afronta do presidente Karimov como combustível para inflamar e mobilizar a classe política local. Alegando que as forças uzbeques avançavam em terras quirguizes, a oposição aproveitou o momento para reivindicar a retomada de posse de terras arrendadas ao Uzbequistão nos tempos soviéticos. (MEGORAN, 2002) No final de 1999, vilas foram unilateralmente divididas por cercas e agentes uzbeques realizaram apreensões de supostos islâmicos extremistas em território disputado (ICG, 2002), já que as fronteiras careciam de demarcações oficiais e isto contribuiu para inflar ainda mais a indisposição entre os dois países. No processo, conhecido como “Incidente de Batken”, as regiões dos enclaves, especialmente Sokh e Shahimardan, foram as mais atingidas com o distanciamento das repúblicas já que a obstrução das vias de acesso as tornou isoladas e a fiscalização se deu de forma mais intensa.

A localidade de Sokh – envolto em território quirguiz – e a composição étnica majoritariamente tajique contribuíram para a caracterização deste enclave

³⁶ Idem.

³⁷ Sem paginação.

como uma área sensível pelo governo uzbeque. Temendo que o enclave se tornasse uma base de apoio às infiltrações terroristas no país, o Uzbequistão construiu postos de fronteira e minou o entorno da área, impossibilitando o veículo de automóveis e pessoas. Apesar de placas sinalizadoras terem sido postas para alertar transeuntes, reclamações foram feitas por locais pelo perigo não só da própria ameaça das minas, mas também por serem de difícil visualização e por terem efeito algum aos animais que por ali transitaram (ICG, 2002)

Figura 1 – Cerca de arame farpado dividindo a vila de Jar³⁸



Fonte: MEGORAN, 2002: 192

Previendo uma pressão do presidente Karimov sobre o governo do Tajiquistão, Namangani, em agosto de 1999, realizou uma incursão em território quirguiz. Partindo do Tajiquistão, a infiltração teve início nas imediações de Osh, e alastrou-se para a atual província de Batken. Uma unidade de vinte e um homens conseguiu raptar funcionários do governo e em troca, demandaram dinheiro, suprimento e um helicóptero para que viajassem para o Afeganistão (RASHID, 2002). Como a área é limítrofe com a parte leste do Uzbequistão e com o enclave Sokh, outro alarme foi soado no governo uzbeque e mais medidas aplicadas.

³⁸ Situada na fronteira das províncias de Osh (Quirguistão) e Fergana (Uzbequistão).

Após as incursões do MIU, Karimov autorizou o uso da força, em outubro, bombardeando vilas no leste do Tadjiquistão, enfurecendo autoridades tadjiques. Rashid (2002) aponta que Namangani havia sido exitoso em seu objetivo: provocar um conflito interestatal. Engwall (2005) identifica outras ações do governo de Karimov, como o emprego de minas na fronteira com o Tadjiquistão, corte no suprimento de gás natural a Duchambe (capital tadjique) e expulsão de refugiados tadjiques. As medidas retaliatórias vieram logo após várias acusações de Tashkent sobre o Tadjiquistão em ser conivente com os membros do MIU e até de dar abrigo a eles; com isso, contestou-se a capacidade do Tadjiquistão em manter a segurança em seu território (ENGWALL, 2005).

No fim de agosto de 1999, o MIU expandiu suas ações para Batken, sequestrando civis, um oficial militar quirguiz e quatro jornalistas japoneses (RASHID, 2002). Os militantes demandaram a soltura de cinco mil prisioneiros em cadeias uzbeques e anunciaram uma guerra santa, partindo de Sokh, contra o Uzbequistão (WEISBRODE, 2001). Desta vez, o Quirguistão estava melhor preparado e enviou, em uma manobra conjunta com forças russas e uzbeques, unidades para desbaratar os terroristas e resgatar os reféns. Namangani, refugiado em suas bases nas cidades de Mazar-i Sharif e Kunduz (RASHID, 2002; ENGWALL, 2005), no Afeganistão, planejava sua volta no ano seguinte.

Consternados com a porosidade de suas fronteiras, Quirguistão e Uzbequistão lançaram um grupo inter-republicano que iniciou os trabalhos para a delimitação da fronteira em 2000. Os trabalhos progrediram lentamente e dois anos depois somente 209 dos 1400km de limite tinham sido demarcados; o ponto nevrálgico das negociações reside nas regiões de Osh e Batken, comprimindo 406km (ICG, 2002). Dado que os enclaves e suas áreas vizinhas permanecem em disputa, a fronteira Uzbequistão-Quirguistão ainda não está totalmente demarcada (MYRZABEKOVA e SIKORSKAYA, 2013). Fábricas localizadas no Vale Fergana foram orientadas a demitir todos os não-uzbeques não-essenciais e no dia 1º de março de 2000 um novo regime de visto para todos os não-cidadãos que permanecessem mais de três dias no país foi decretado (MEGORAN, 2002).

Em julho de 2000, Juma Namangani saiu do Afeganistão e realizou infiltrações secretas na província uzbeque de Surkhandarya, limítrofe com o Tadjiquistão. De acordo com Rashid (2002), Namangani conseguiu transferir várias centenas de homens armados e construiu um acampamento fortificado na região

montanhosa, onde predomina povoaamentos de etnia tajique e de economia baseada na criação de ovelhas. Apesar das movimentações, a ação do MIU passou despercebida às autoridades uzbeques e estes ignoraram alertas e denúncias da população local. O conhecimento oficial da presença do MIU só foi dado quando confrontações entre o grupo – fortemente armado e bem treinado – e forças militares uzbeques ocorreram. A refrega durou um mês de combate pesado e incluiu bombardeios aéreos na área, deixando mais de duas mil pessoas desabrigadas (RASHID, 2002). Ademais, as autoridades uzbeques acusaram a população de colaborar com o MIU, ao comercializarem e alimentarem os militantes e, com isso, as vilas (total de cinco) foram destruídas pelo exército e as pessoas realocadas em acampamentos militares (RASHID, 2002). Rashid relata que alguns morreram de fome e frio e outros foram torturados e interrogados até a morte; setenta e três moradores foram acusados de subversão, terrorismo e cumplicidade com o MIU.

Como em ações passadas, o MIU estendeu suas ações a áreas vizinhas, atingindo o Quirguistão com o sequestro de civis – quatro deles, estadunidenses – e confrontos com forças militares quirguizes. Segundo Rashid (2002), o envolvimento de americanos no incidente foi responsável pela decisão do governo dos EUA de declarar o MIU como um grupo terrorista. De acordo com Alisher Karimov (2010), as forças quirguizes ainda não estavam preparadas para tal tipo de ação e pesadas baixas foram reportadas, demonstrando que o Quirguistão possuía sérias carências em caráter de segurança.

No fim daquele ano, Namangani, liderando aproximadamente 300 homens em armas, buscou refúgio no distrito de Tavildara, Tajiquistão, o que provocou ira na administração Karimov e desembocou em uma nova onda de represálias: corte no fornecimento de gás ao Tajiquistão e Quirguistão, novo emprego de minas nas regiões de fronteira e a expulsão de refugiados tajiques, fruto da Guerra Civil de 1992-1997 (RASHID, 2002). Curiosamente, o corte no suprimento de gás ocorreu na passagem de estação para o inverno, período este que há maior demanda pelo produto pelos residentes tajiques e quirguizes, tornando a represália um ato de agressão aos civis das nações vizinhas, ao passo que os governos atingidos se tornavam reféns da difícil situação. A tensão política no Vale só arrefeceu com a aceitação do governo do Tajiquistão em enviar representantes oficiais para persuadir a retirada do MIU. Em janeiro de 2001,

novamente, helicópteros de transporte russos transportaram Namangani e seu grupo para a fronteira afegã, deixando-os em segurança (RASHID, 2002).

É interessante notar que os mais de 1200km de fronteira sul do Tajiquistão, desde sua independência em 1991, é guardada pela 201ª Divisão de Infantaria Motorizada³⁹ russa (ENGWALL, 2005) e que as incursões do MIU no Vale Fergana sempre ocorrem vindas do Afeganistão; o transporte, feito em duas ocasiões, de membros do MIU por forças militares russas levanta questões. Afinal, a Rússia teve grandes oportunidades de ter, sob sua custódia, pessoas consideradas terroristas e que notadamente cruzaram fogo não só com tropas oficiais de governos vizinhos, mas também com as suas.

A pressão popular dos residentes da província de Batken pelas medidas de acirramento na segurança foram canalizadas em seu governador, Mamat Aibalaev. O governador, ao reportar em um jornal provincial de 2001, denunciou publicamente o Uzbequistão de violar acordos bilaterais ao “empregar minas, ilegalmente, em território quirguiz, as quais produzem perdas econômicas substanciais ao matar animais, danificar propriedades e causar mortes e lesões a residentes locais” (ICG, 2002: 14). De fato, a sociedade e a economia nas áreas limítrofes são intimamente interligadas e o “build-up” quase que repentino de forças do Estado contribuíram para que uma dura materialização das linhas divisórias ocorresse. Aibalaev, ao demandar compensações não só pelas medidas, mas pelo contínuo uso uzbeque de instalações quirguizes (na geração de energia e gás), motivou o Uzbequistão a aliviar as políticas de fronteira (ICG, 2002).

2.1.1 Consequências do Incidente de Batken

Com as intervenções da Rússia e do Tajiquistão em mover as lideranças do MIU para o norte do Afeganistão, ações terroristas não foram reportadas e o espaço para o diálogo regional foi iniciado. As relações entre os países do Vale Fergana haviam sido desgastadas com as incursões e repercussões do MIU e

³⁹ Até 2008, uma divisão de infantaria motorizada russa consistia de, aproximadamente, 12 mil homens e equipamentos de apoio, como blindados e defesa antiaérea. Após esta data, uma reforma, implantada pelo Ministério da Defesa Russo, reduziu o efetivo e partiu essas divisões em brigadas. Fonte: <http://en.rian.ru/analysis/20081017/117787642.html> acessado em: 12 fev. 2013.

com isso promessas de alívio nas políticas de fronteira foram feitas. Entretanto, a questão da segurança nacional continuava como primordial tanto na política externa uzbeque, como nos assuntos domésticos; ademais, áreas de enclave, como Sokh, eram e são vistos como abrigos e corredores de movimentos extremistas e assim, a porosidade deveria ser retificada. De acordo com o ICG (2002), somente uma definição das fronteiras e a quebra de isolamento de seus enclaves asseguraria um controle do governo central uzbeque e estabilidade do território. O cenário era propício para a discussão das questões de demarcação e foi com isso que a administração Karimov buscou negociar com Akayev.

Em fevereiro de 2001, os primeiros ministros do Uzbequistão, Utkir Sultanov e do Quirguistão, Kurmanbek Bakiev (futuro presidente do país, de 2005 a 2010) reuniram-se para a assinatura de um memorando para troca de terras entre os dois países. O Uzbequistão receberia um corredor de 40km de extensão que ligaria a região de Rishtan ao enclave de Sokh (EURASIANET, 2001) e, em contrapartida, o Quirguistão também receberia uma área que ligaria seu território ao pequenino enclave de Barak⁴⁰ (ICG, 2002).

Mapa 4 - As províncias do Vale Fergana



Fonte: UNEP/GRID-Arendal. "Oblasts in the Ferghana Valley Area", 2005.

⁴⁰ Segundo dados de ICG (2002), o enclave possuía, em 2002, 627 residências e nenhuma escola, clínica e hospital instalados. Com o acirramento das fronteiras, a população quirguiz sofreu demasiadamente com o isolamento.

O memorando encontrou oposição no parlamento quirguiz e com isso sofreu atrasos para a sua ratificação. O Uzbequistão, contudo, já havia produzido um novo mapa oficial com a permuta de terras, contendo Sokh ligado sem interrupções (EURASIANET, 2001) e mostrou-se impaciente com a demora para a sua implementação no Quirguistão. No período, um novo corte no suprimento de gás ao Quirguistão havia ocorrido em decorrência, segundo pronunciamento oficial do Uzbequistão, de um acidente nos gasodutos (KOICHIEV, 2001). O problema em questão parecia ser parte de mais uma das estratégias de Karimov em pressionar seus vizinhos mais fracos, em épocas críticas, para o que ele queria. De acordo com um membro da delegação quirguiz que foi enviada para a negociação do memorando, o chefe da delegação uzbeque “repetiu cinco vezes que se assinássemos o acordo e, assim entregar uma parte da região de Batken (Sokh) ao Uzbequistão, então todos os problemas do Quirguistão seriam resolvidos e o suprimento de gás seria retomado” (KOICHIEV, 2001).

A questão beirou a uma crise quando, dois meses depois, detalhes do memorando e os rumores do novo mapa vazaram para a imprensa. O mapa foi visto como mais uma ação unilateral do Uzbequistão em apropriar terras do Vale Fergana e o acordo foi considerado como um ato de traição do gabinete de Akayev. As publicações provocaram reações imediatas de residentes de Batken, que enviaram dezenas de cartas a Bisqueque urgindo para a anulação imediata do suposto “acordo secreto” (ICG 2002, EURASIANET, 2001). O governador de Batken, Mamat Aibalaev, tornou oficial a denúncia dos cidadãos e demonstrou a perda de força que a administração de Akayev vinha sofrendo no sul do país:

The area is not either strategically or economically important for Uzbekistan. Inhabitants are almost 99 percent Tajiks. We are not causing any problems for them, and they move freely via Kyrgyz territory. (EURASIANET, 2001)⁴¹

Aibalaev referia-se à cessão dos 10mil hectares pertencentes ao corredor que ligaria Sokh ao restante do Uzbequistão e da difícil situação que o distrito de Batken enfrentaria. Com a concessão, o distrito de Batken se tornaria, na prática, um enclave, já que a principal via de ligação da principal cidade com o oeste do país passa pelo referido corredor. A oposição política do Quirguistão vociferou

⁴¹ Sem paginação.

contra a perda de terras valiosas e que, com isso, o Uzbequistão teria controle total do Rio Sokh, pondo em risco a vida e a economia de toda a província de Batken. Kurmanbek Bakiev, na época primeiro ministro do Quirguistão, procurou apaziguar os ânimos ao declarar que o acordo não era definitivo, pois as terras cedidas a Bisqueque eram montanhosas e inadequadas à agricultura, sendo assim, insatisfatórias (ICG, 2002). Com a forte oposição, Akayev não foi capaz de prosseguir nas negociações e o memorando não foi posto em prática.

O surgimento ativo do MIU no Vale Fergana impulsionou uma guinada crescente da região centro-asiática na esfera internacional. Até 1998, o tratamento da política externa dos EUA para os países da Ásia Central era regional, classificando-a, nos termos de BUZAN e WEAVER (2003) como um sub-complexo regional de segurança. Com a escalada de incursões nos territórios do Vale e a campanha militar da coalização no Afeganistão, Tajiquistão, Quirguistão e Uzbequistão receberam um acréscimo de investimentos dos EUA, Rússia e União Europeia. Ações do MIU não foram mais reportadas e, com isso, a partir de 2001 os líderes centro-asiáticos puderam se engajar no processo de restreitamento das relações diplomáticas regionais ao reverter os resultados do Incidente de Batken.

Conforme Megoran (2012), já em março de 2002, Quirguistão e Uzbequistão concluíram um acordo de distribuição conjunta de recursos hídricos e energia. Dois anos depois, o Uzbequistão implementou as promessas de desativar e retirar as minas empregadas nas fronteiras e, em 2006, os presidentes Karimov e o recém-eleito Bakiev anunciaram a reintrodução do regime de vistos que permitiam o trânsito livre por 60 dias para cidadãos de ambos os países (MEGORAN, 2012).

Os efeitos da concretização dos limites do território permaneceriam, contudo. O processo de construção dos estados independentes foi imbuído por uma profunda retomada do nacionalismo latente durante o período soviético, ao passo que, diplomaticamente, era exaltado os laços de fraternidade e cooperação entre os povos do Vale Fergana. No Uzbequistão, os primeiros estudos durante o período inicial da independência eram voltados à celebração da cultura e da livre-manifestação política conseguidos por uma nação independente. Após os eventos de 1998-2000, a identidade nacional foi subscrevida pela articulação do perigo estrangeiro iminente, por uma percepção de ser diferente do outro, mesmo

que vizinhos em um mesmo município. O veículo de publicação do parlamento uzbeque refletiu o senso de insegurança tão presente no período, ao colocar a fronteira, de forma maniqueísta, como um agente separador de valores positivos, no Uzbequistão, e negativos, no estrangeiro. A fronteira, assim, tornou-se não só uma linha divisória no mapa, mas uma separação moral entre o bem e o mal (MEGORAN, 2002).

No Quirguistão, a morosidade do Estado em reagir de forma igual aos desdobramentos da crise enfraqueceu sua própria legitimidade, enquanto empresários, líderes políticos de oposição e o crime organizado aproveitaram a situação e manobraram populações a fazer oposição a um governo que os humilhava e permitia que etnias estrangeiras alienassem suas terras. A despeito das atitudes iniciais do ex-presidente Bakiev, a política pró-minoria étnica de Akayev foi abandonada (MATVEEVA et al, 2012). A etnia uzbeque foi excluída na formação de postos públicos da administração e da segurança, como a força policial e as forças armadas (MEGORAN, 2010).

2.1.2 A Tragédia em Osh, 2010

A reaproximação dos dois países sofreu um grande baque em 2010. Em maio daquele ano, um conflito violento estourou na cidade de Jalal-Abad, Quirguistão e se alastrou para a cidade Osh. De 10 a 14 de junho, embates entre etnias na cidade de Osh resultaram em 2.000 feridos e na morte de 442 pessoas, das quais 295 eram uzbeques, 123 quirguizes e três de outras nacionalidades (SULTANOV, 2012).

A partir de 2005, o Quirguistão passou por um período de instabilidade resultante de um complexo processo de construção de nacionalidade. Após a Revolução Tulipa, que em 2005 derrubou o ex-presidente Akayev, o então eleito presidente Bakiev encontrou dificuldades em manter a estabilidade no país. Sua base política, sulista, levava uma bandeira nacionalista e de suspeita a minorias étnicas. Seu antecessor, Akayev, promoveu uma política de congregação com as minorias étnicas; entre seus slogans, o de “Quirguistão, nossa casa comunal” era um dos mais usados (MEGORAN, 2010) e de fato promoveu ações para este sentido: a fundação da Universidade Quirguiz-Uzbeque de Osh, garantias

constitucionais contra o incitamento de ódio étnico e o apoio estatal ao uso e propagação do idioma uzbeque na educação e na mídia (MATVEEVA et al, 2012).

Não obstante, os uzbeques eram pouco representados no setor público ainda no governo de Akayev. Em 2004, a Lei de Idioma estabeleceu a proficiência em quirguiz como requisito para a admissão no serviço civil; ademais, o recrutamento para o serviço policial era e ainda está atrelado ao cumprimento do serviço militar, que é evitado amplamente por uzbeques dada as pesadas consequências dos trotes aplicados (MATVEEVA et al, 2012).

Historicamente, a cidade de Osh é vista por sua composição multiétnica, onde se caracteriza um espaço de interdependência, simbolizada pela cooperação, e conflitos, resultantes de uma visão de espaço “compartilhado” e dividido. As ações de “engenharia social”, aplicadas desde o processo de demarcação soviético, contribuem para uma percepção de constante disputa pelo território urbano e o direito de se fazer representar igualmente. As políticas de repressão a radicais islâmicos empreendidas por Islam Karimov motivaram uma migração de uzbeques para a mais tolerante Osh do Quirguistão (MEGORAN, 2010).

O acréscimo da população uzbeque, bem como as ações unilaterais isolacionistas do Uzbequistão durante a crise de 1998-2000 serviram de motivação para militantes políticos nacionalistas ganharem espaço no conturbado espaço político-social quirguiz após 2005. Um exemplo emblemático foi a ascensão do atual prefeito de Osh, Melis Myrzakmatov. Nomeado por Bakiev, Myrzakmatov, que desfruta de forte apoio da legislatura de Osh⁴², é tido como o estandarte do nacionalismo radical quirguiz e da política de discriminação de minorias (ICG, 2012). Desafiador do governo provisório de Otunbayeva de 2010, o prefeito publicou um livro, um ano depois dos incidentes em Osh, em que representa os uzbeques como essencialmente uma força separatista que ameaça a sobrevivência do Quirguistão; afirma, ainda, que grupos étnicos não-quirguizes devem entender seu papel como a de subordinados (ICG, 2012).

Após o fatídico evento de junho, aproximadamente cem mil pessoas ficaram desabrigadas, buscando refúgios em acampamentos no outro lado da

⁴² Carnegie Endowment for International Peace. “Mayor of Osh rejects Otunbayeva’s government”. Agosto de 2010, disponível em: <http://kyrgyzstan.carnegieendowment.org/2010/08/mayor-of-osh-rejects-otunbayevas-government/> acessado em: 26 fev. 2013.

fronteira, no Uzbequistão (EURASIANET, 2010). O papel do presidente uzbeque é visto como crucial na contenção e prevenção do alastramento do conflito. Como noticiado na Eurasianet (2010), Karimov restringiu suas ações em montar uma estrutura de apoio para os refugiados e em fechar a fronteira com o Quirguistão com o intuito de conter manifestações ardentes de ambos os lados. Externamente, o líder uzbeque tranquilizou Rosa Otunbayeva, e meses depois afirmou publicamente sua promessa:

I assured her that no one from our side under any circumstances would cross the border of Kyrgyzstan. And I kept my word. (...) the inter-ethnic conflict in southern Kyrgyzstan could have turned into an interstate conflict (KARIMOV, 2010)⁴³

Durante a crise, a presidente interina solicitou ajuda russa e da OTSC, que recusaram envio de tropas ao anunciarem que o incidente era uma questão interna (TRENIN, 2010); a Rússia, ainda assim, enviou apoio humanitário. Percebendo que as forças regulares não eram capazes de conter a onda de violência em Osh, Otunbayeva decretou, em 13 de junho de 2010 a mobilização de reservistas para apoio de segurança em Jalal-Abad e Osh (RIA Novosti, 2010). A situação foi gradualmente sendo controlada até a cessão de conflitos, com resultados de baixas pesadas entre civis, já que as forças de coerção haviam recebido autorização de atirar para matar (ARCE, 2010). Curiosamente, os enormes arames farpados, o emprego de tropas na fronteira e o fechamento da mesma, antes símbolo de ódio e desentendimento entre os dois povos agora servia como elemento amortecedor e de isolamento do conflito.

Autores afirmam (MATVEEVA et al, 2012) que os lados envolvidos no incidente se acusam, declarando que cada um realizou ações premeditadas. Enquanto as causas desta tragédia permanecem obscurecidas e pesquisadores não chegam a um consenso das motivações por trás do massacre, é possível observar suas consequências. Após décadas de rusgas com o Uzbequistão por controle de território, fechamento de fronteira, matança de inocentes em postos aduaneiros e interrupção no suprimento de gás, a nacionalidade uzbeque é vista cada vez mais com suspeita e como uma ameaça. Os uzbeques no Quirguistão sofrem, agora, marginalização e foram forçados (os poucos) a se

⁴³ Pronunciamento feito durante reunião da OTSC, em novembro de 2010. (MEGORAN, 2012)

retirar da vida pública; a maioria dos veículos de imprensa de língua uzbeque foram fechados e escolas que lecionam em uzbeque e tadjique foram pressionadas a serem desativadas (ICG, 2012). Simbolicamente, a atual administração de Osh culpa os uzbeques pelo massacre, já que um monumento em memória às vítimas foi erguido com inscrições de “paz” em vários idiomas, menos em uzbeque (KUPFER, 2012).

Apesar do caótico acontecimento e da frágil paz que se estende aos dias de hoje, é necessário relevar o caráter cosmopolita e multiétnico da cidade de Osh, onde há espaço também para cooperação e coexistência harmoniosa. Megoran (2010) pondera sobre as condicionantes do ocorrido, ao sugerir que a cidade de Osh fora alvo de políticos oportunistas e de sombrios agentes do submundo ao tornarem disputas econômicas e políticas em um conflito étnico. Nas palavras de Islam Karimov:

It seems to me that in the old Soviet-era the leadership gave instructions to specially design everything the way to make the republics interdependent. For example, to go from one village to another, one had to go through a neighboring republic. ... A question arises: was it made this way on purpose? Think about this yourself (KARIMOV, 2013)⁴⁴

Durante o processo de construção dos novos Estados-nação da Ásia Central, o foco das políticas domésticas e da políticas externas sofreram mudanças. Com as sucessivas crises ao longo de mais de dez anos (1998-2010), a questão da segurança nacional tornou-se uma prioridade imperativa, onde os líderes remontam ao temor clássico realista de sobrevivência do Estado. Assim, o interesse de segurança uzbeque reside na estabilidade doméstica e na consolidação de suas fronteiras, seja por isolacionismo, seja por buscas de ganho territorial. A propagação de perseguições a radicais religiosos, o combate ao MIU e as questões territoriais de fato fortaleceram e legitimaram o autoritarismo marcante de Islam Karimov. O Quirguistão demonstra preocupação com a questão do estabelecimento da identidade nacional e de como ela é e será formada. A ascensão da ala nacionalista ao poder de 2005 a 2010 procurou colocar em evidência a consolidação da etnia quirguiz como majoritária e absoluta, especialmente nas cidades de Osh e Jalal-Abad onde quirguizes não

⁴⁴ Parte do discurso realizado à TV estatal, 19 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/node/66432> acessado em 12 fev. 2013.

chegaram a somar maioria. As recentes movimentações oficiais denotam o abandono da política “pan-turca” e “pan-islâmica” e de busca da supressão de valores estrangeiros, ao valorizarem o idioma pátrio e valores essencialmente locais na formação das mentes de futuros cidadãos quirguizes.

2.2 O Distrito de Ak-Sai e o Enclave de Vorukh

Ak-sai AO (Distrito Autônomo) está situado a 35km a sudoeste da cidade de Batken, Quirguistão e pertence a recém criada província de Batken e faz fronteira com o enclave de Vorukh, do Tajiquistão. Considerada uma região estratégica para os dois países, é também a que detém um dos mais duradouros conflitos por água e terra no Vale Fergana. O distrito de Ak-sai e suas comunidades vizinhas abrigam pontos sensíveis em termos produtivos e de transporte, quais sejam: vias de acesso que cruzam os povoamentos e fronteiras internacionais; a existência de recursos hídricos vitais à agricultura e o sistema de distribuição de água para irrigação.

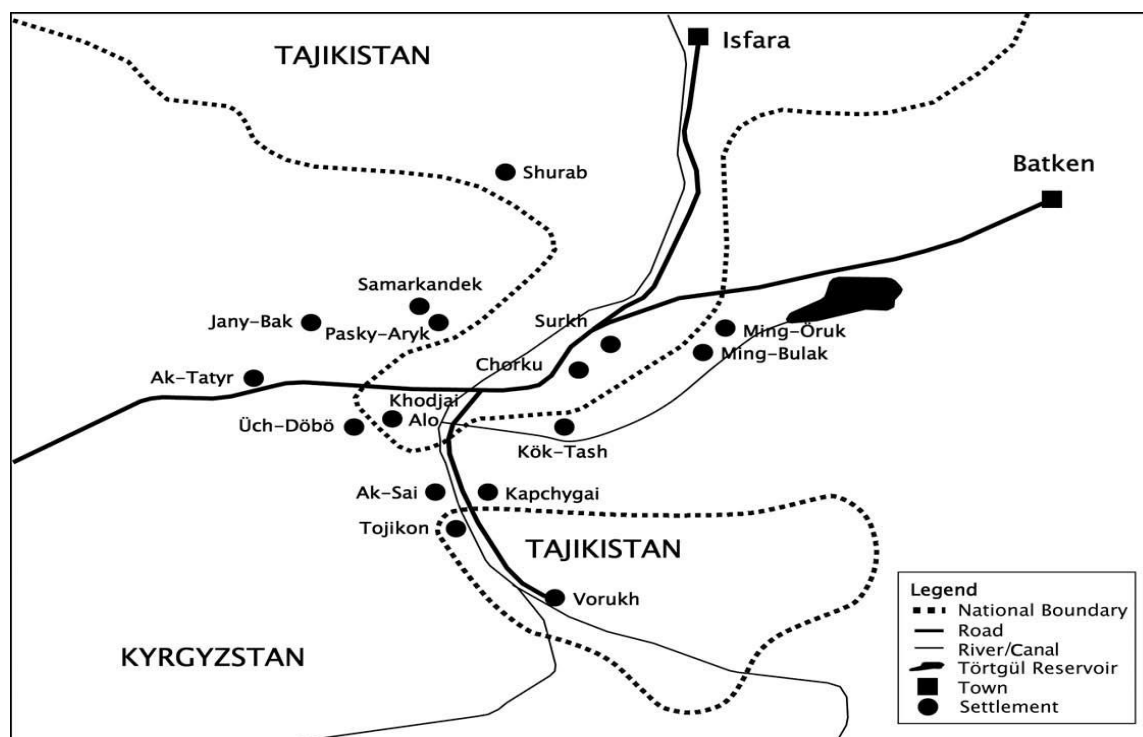
Composta por três povoações: Ak-sai, Uchdobo e Koktash, o distrito abarca mais de 5 mil pessoas em um corredor estrangulado entre a fronteira leste do Tajiquistão, ao norte e o enclave de Vorukh, ao sul. Não obstante, a densidade populacional é baixa, apresentando 1 habitante por hectare, enquanto o enclave tajique detém 20 habitantes por hectare (PASSON e TEMIRKULOV, 2004). A vila de Ak-sai, um povoamento limítrofe com o enclave, está a uma altitude de 1250m acima do nível do mar e conta com menos de 2 mil habitantes, majoritariamente de etnia quirguiz (BICHSEL, 2009) e é composta pelos povoamentos de Bakai e Kapchigay. Tojikon, povoamento tajique e vizinho a Ak-sai, faz parte da vizinhança da municipalidade de Vorukh e conta com aproximadamente 5 mil almas.

A economia local é baseada na agricultura de subsistência e no cultivo de pomares, notadamente os damascos. Tradicionalmente identificados como nômades e pecuários, os quirguizes desenvolveram menos as terras de plantação comparado aos vizinhos tajiques, embora têm se dedicado ao plantio desde a década de 80. Segundo Passon e Temirkulov (2004), a perda do mercado soviético e o cenário de recessão econômica dos anos 90 incentivaram

o abandono da atividade pastoril, ao passo que dependiam cada vez mais do plantio e do envio de jovens para trabalho na Rússia.

Atualmente, cada residência em Ak-sai possui espaço próprio de hortas e os habitantes da vila dividem 148 hectares de terra para plantio, incluindo trigo, milho e girassóis (BICHSEL, 2009). Já em Tojikon, uma companhia privada detém os quase 400 hectares de terras para plantio e arrendam, em um contrato de 1 ano, para os fazendeiros (BICHSEL, 2009); assim, a população do lado tajique não detém, de fato, as terras onde produzem. Dada a geografia local, a locomoção por rodovias é interdependente: um residente de Ak-sai que precise ir ao centro da província, Batken, precisa passar por território tajique; da mesma forma, residentes de Vorukh, que precisem vender seus produtos ou mesmo visitarem conterrâneos, ao norte, necessitam transitar por território quirguiz.

Mapa 5 – Distritos de Isfara, Batken e o enclave de Vorukh



Fonte: BICHSEL (2009: 107)

* A localização dos povoados é aproximada e Kapchigay, na verdade, representa a porção leste de Ak-sai.

As populações da região, tanto tajique, como quirguiz, abstraem água para irrigação e consumo direto do Rio Isfara, que por sua vez é abastecido pelo

rio Karavshin, originário no Quirguistão. Durante o verão, o fluxo de água do Rio Isfara chega a 80 m³/s, enquanto no inverno é de somente 4 m³/s (BICHSEL, 2009) e a principal estrutura hídrica de captação desta água é o canal Mekhnatobod-Aksai, construído no final dos anos de 1960. Segundo um acordo feito entre o Departamento de Recursos Hídricos da província de Isfara e a companhia controladora das fazendas em Vorukh, a água canalizada pelo Mekhnatobod-Aksai é distribuída em sua maioria para o Kolkhoz⁴⁵. A água é alocada por dias, segundo um programa, que estabelece 14 dias de abastecimento ao Kolkhoz, enquanto Tojikon e Ak-sai recebem por 4 dias (BICHSEL, 2009). O acesso às águas do Mekhnatobod-Aksai por Tojikon e Ak-sai é um ponto de inflexão e foco dos conflitos recentes, tensões estas que são herdeiras diretas das escaladas desde 1975.

Conflitos em Ak-sai já existiam desde meados dos anos de 1930, após a controversa Demarcação Territorial de 1924. Como visto no capítulo 1, as disputas pelas terras da região foram acirradas com a construção do canal de Mekhnatobod-Aksai, em 1967 e a expansão dos cultivos de plantio por populações tajiques e pela Kolkhoz Pravda, na época um administração pública de fazenda coletiva. A implementação do canal possibilitou irrigação de novas áreas além das arrendadas pelo contrato de 1955⁴⁶ e, com isso, escalafões em 1969 e 1970 culminaram em conflitos violentos em 1975 (BICHSEL, 2009).

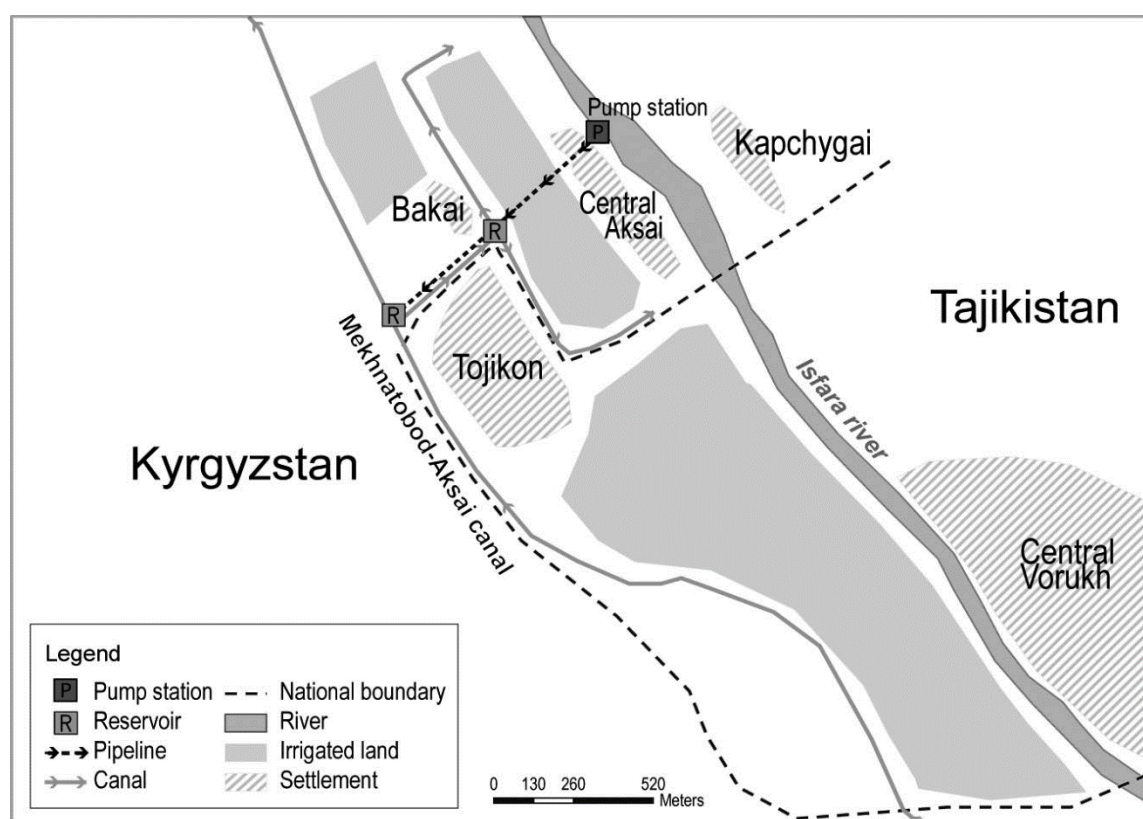
Segundo Bichsel (2009), o conflito de 1975 envolveu, inicialmente, uma mobilização dos *aksakals* de Ak-sai com o intuito de impedirem maiores avanços em suas terras pelo Kolkhoz. O governo da RSS do Quirguistão fez pouco caso às reclamações de Ak-sai e a expansão das terras agrícolas pela parte tajique continuaram até o ponto em que invadiram uma área de um antigo cemitério quirguiz. Ultrajados, o povoamento de Ak-sai – liderados pelos *aksakals* – realizaram ataques aos trabalhadores tajiques contratados pelo Kolkhoz e danificaram o canal. Somente após um grande número de feridos, um destacamento policial da RSS do Quirguistão e da RSS do Tajiquistão foi enviado para suprimir a violência (BICHSEL, 2009). Após o arrefecimento dos ânimos,

⁴⁵ Expressão russa para “fazenda coletiva”. Após as privatizações de terras no Quirguistão e Tajiquistão, iniciadas em 1992, o termo continuou a ser usado, embora denote, na prática, uma sociedade anônima.

⁴⁶ Com a autorização do Ministério da Agricultura Soviético, 1000 hectares eram arrendados ao Kolkhoz Pravda até o ano de 1980.

uma comissão inter-republicana tratou de negociar as disputas dos dois lados. Bichsel (2009) descreve que o fruto da conclusão das discussões, de acordo com um princípio de uso e melhoria das terras, foi a divisão dos hectares anteriormente arrendados: 402ha eram incorporados permanentemente ao Tajiquistão, sob supervisão do Kolkhoz; 316 ha retornados ao Quirguistão e o restante, 282 ha de terras eram arrendados, a longo prazo, ao Kolkhoz Pravda. Durante a barganha, populações foram deslocadas da vizinhança para reforçar a presença quirguiz na região, considerada agora como estratégica pela administração soviética local; famílias de Uch-Dobo e Shurab foram assentadas em Ak-sai, aumentando sua população e sua demanda por água. Como parte das negociações, o Tajiquistão deveria suprir Ak-sai no abastecimento de água pelo canal Mekhnatobod-Aksai (BICHSEL, 2009).

Mapa 6 – Ak-sai e Tojikon



Fonte: BICHSEL (2009: 29)

Os povoadamentos de Ak-sai e Tojikon mostravam uma realidade diferente daquela quando o canal havia sido construído, em 1967. Com uma demanda cada vez maior por água e terras para cultivo, os acordos realizados pela comissão de

1975 não foram cumpridos. Os anciões de Ak-sai culpavam os fazendeiros de Vorukh e Tojikon, que “estariam constantemente engajados em expandir suas terras”. Os tadjiques, por sua vez, confinados em um enclave e adeptos de uma economia agrária, mesmo em um espaço geográfico montanhoso, reclamavam que o governo soviético havia imposto um acordo que eles não estavam em condições de cumprir. Com o intuito de aliviar a questão, a RSS do Quirguistão construiu uma bomba d’água anexa ao Rio Isfara para suprir as necessidades de irrigação de Ak-sai, já que 80m de altura separavam o rio e as residências.

Não obstante, a situação era tensa em áreas vizinhas. Mesmo com o empenho de uma nova comissão inter-republicana, uma nova escalada de conflito violento irrompeu entre 1985 e 1989. A escalada teve origem em uma disputa entre as vilas de Uch-Dobo, do lado quirguiz, e Khodjai Alo e Chorku, do lado tadjique (BICHSEL, 2009). As acusações eram semelhantes no caso de Ak-sai x Tojikon: expansão do cultivo agrícola tadjique em solo quirguiz. Com a mobilização de várias famílias de aldeias da região para a estratégica Ak-sai, espaços vazios se configuraram no entorno e fazendeiros tadjiques procuraram novas terras para o plantio; nas palavras de uma aldeão tadjique:

“Look at their (the Kyrgyz) land! They have so much land, but do not cultivate it!” (BICHSEL, 2009: 56)

Após tentativas de aldeões quirguizes de impedir o avanço tadjique, militantes de Khodjai Alo e Chorku fecharam o fornecimento de água do canal local para as povoações rio abaixo, deixando comunidades quirguizes, notadamente de Uch-Dobo, sem água por dois meses (BICHSEL, 2009). Os quirguizes da região, incluindo os dos distritos (hoje província) de Batken e Samarkandek (o qual Ak-sai era vinculado, até 2001) pertencem ao clã “Awwat” e, de acordo com Passon e Temirkulov (2004), possuem um laço de amizade e solidariedade muito forte, possibilitando mobilizações de várias aldeias em cenários de conflito ou de festa; assim, os Awwat de toda a região, incluindo de Ak-sai, apoiaram Uch-Dobo na crise de 1989. Novamente, despachos de policiais das duas repúblicas foram realizados e a situação contida. Uma nova comissão, seguindo critérios de uso da terra, estabeleceu a cessão de mais terras quirguizes à RSS do Tadjiquistão: conforme Bichsel (2009), 280 ha passaram para o lado

tajique, sendo divididos entre fazendeiros de Khodjai Alo e Chorku. Um novo mapa foi produzido para concretizar os termos e, ainda hoje, quando questões fronteiriças são discutidas o Tajiquistão e Quirguistão referem-se a diferentes mapas de períodos distintos.

A situação foi apaziguada e a área desfrutou de relativa calma nos anos 90. Pequenas disputas que não chegaram a escalar em conflito persistiam, porém. Impulsionada pelo aumento populacional, a construção civil na região expandiu aos custos do meio-ambiente local. A extração de materiais do Rio Isfara – cascalho e areia – insere um risco ambiental a um recurso tão vital às populações de ambos os países (UNDP, 2011). Ainda, do lado tajique, situações de corte de energia elétrica e aumento no preço dos combustíveis motivam os residentes a atravessar a fronteira e buscar madeira, de forma ilegal, em território vizinho. Da parte quirguiz, a tradição da pecuária ainda persiste e muitos donos de gado e ovelha atravessam, com frequência, a fronteira tajique para chegar a mercados no sul do país. Ainda que existam pecuaristas tajiques que igualmente atravessam o Quirguistão em busca de mercado ao norte, plantações e pasto tajique são prejudicados com o trânsito de animais, já que os fazendeiros de Vorukh não têm condições financeiras de instalar cercas ao longo de suas terras (UNDP, 2011).

O pastoreio em terras estrangeiras acabou, assim, sofrendo restrições de ambas as partes. Desta forma, a fim de evitar limitações e o peso da burocracia, fazendeiros frequentemente empregam pastores de nações vizinhas para pastorearem seus gados e/ou ovelhas. Por razões legais, pastores do Quirguistão, por exemplo, registram os animais de donos tajiques em seus nomes para facilitar a travessia entre as terras (UNDP, 2011). Sem documentações que comprovem a formalização do acordo – pelo contrário, os documentos atestam a posse do outro – conflitos ocorrem quando perdas de animais são contabilizadas; segundo dados do UNDP (2011), até 100 animais são perdidos por ano neste processo. Desta forma, nos distritos de Batken, Isfara e Vorukh é contínua as disputas por pastagens e direitos de pastoreio (ICG, 2002).

A partir de 2000, com a crescente animosidade entre os países do Vale Fergana por causa das repetidas incursões do MIU, tropas foram empregadas em regiões de fronteira e postos de controle foram erguidos. A tensão voltou entre os povos limítrofes, já que propagandas nacionalistas eram perpetuadas por seus

governos e a materialização da fronteira dificultava a vida de todos. Entre 2000 e 2001, disputas por terras foram frequentes e conflitos nos distritos do Quirguistão (Ak-sai, Samarkandek e Aktatyr) e Tajiquistão (Chorkuh, Surkh e Vorukh) foram relatados; segundo Passon e Temirkulov (2004), mais de 1000 participantes eram observados em alguns dos embates. Além da expansão do cultivo de terras, as fagulhas tiveram origem na intensificação da fiscalização dos poucos pontos de fronteiras existentes, bem como da dura repreensão, por parte de agentes quirguizes, de exploradores ilegais tadjiques de madeira (UNDP, 2011). Uma comissão interdistrital nos distritos envolvidos e de representantes de Batken e Isfara foi organizada para mitigar os embates, resultando no banimento do cultivo e expansão do mesmo em territórios disputados, ainda que as fronteiras não tivessem sido oficialmente demarcadas.

O antagonismo prosseguiu até agosto de 2002, quando guardas de fronteira tadjiques e quirguizes entraram em confronto na fronteira do distrito de Isfara e da província de Batken (PASSON e TEMIRKULOV, 2004). Populares tomaram parte da situação e o Tajiquistão acabou bloqueando um rodovia vital de acesso à cidade de Batken. Em resposta, o Quirguistão seguiu da mesma forma e bloqueou o acesso entre Vorukh e a cidade de Isfara. Após a crise, os dois países concordaram em retirar os bloqueios.

Em janeiro de 2003, o Tajiquistão instalou um posto de alfândega em território quirguiz, que por sua vez, instalou um ponto aduaneiro em solo tadjique. Revoltados com a invasão em seu solo e pela situação de isolamento, 300 militantes de Isfara atacaram e destruíram o posto quirguiz na vila de Kok Terek⁴⁷, o que levou a uma rápida reação de, aproximadamente, 100 locais quirguizes a revidar e fazer o mesmo no posto tadjique (KHAMIDOV, 2003, PASSON e TEMIRKULOV, 2004). Além do confronto entre militantes, estruturas governamentais e hídricas foram depredadas, contribuindo para a depreciação já corrente e, em alguns casos, como o canal Mekhnatobod-Aksai, em estado crítico. Uma rápida ação de forças policiais dos dois países preveniu a extensão do conflito (KHAMIDOV, 2003). Um acordo entre os dois países foi assinado em que se obrigavam a não mais construir postos de fronteira em áreas contestadas (UNDP, 2011).

⁴⁷ Vila situada a alguns quilômetros a nordeste do Reservatório de Tortgul (não confundir com o Reservatório de Toktogul, na fronteira leste com o Uzbequistão).

O precário estado das estruturas hídricas na área de Ak-sai e Vorukh era identificado pela Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação (SDC) como um potencial de conflito (SDC, 2002). A SDC já estava presente na região desde 2001 e por meio de seu programa de Diálogo Regional e Desenvolvimento (RDD) iniciou o projeto de reparos do canal Mekhnatobod-Ak-sai, em junho de 2003. Bichsel (2009) relata que a reabilitação do canal estava condicionada a um processo negociado entre Aksai e Tojikon para o uso conjunto da água do canal. Após a autorização de funcionários das duas províncias envolvidas (Batken, Quirguistão e Soghd, Tadjiquistão), as comunidades formaram Grupos de Iniciativa (GI) para o início das negociações. Em outubro de 2003, os GIs assinaram um acordo; suas principais demandas, eram: O GI de Ak-sai preocupava-se em receber água de acordo com o planejamento, sem cortes; O GI de Tojikon mostrava preocupações técnicas, desejando realizar redirecionamentos do canal em dois setores para que, com isso, a capacidade de fluxo de água do canal aumentasse. Foi acertado um cronograma de que o canal proveria água durante 17 dias para Vorukh e 2 dias seguidos para Ak-sai (BICHSEL, 2009)

Em meados de 2003, o UNDP, por meio de seu Programa de Desenvolvimento Preventivo (PDP), financiou a reabilitação da também deteriorada bomba d'água de Ak-sai e o projeto foi encaminhado por uma organização de trabalhadores da comunidade local. Além disto, o UNDP engajou-se em realizar atividades sociais conjuntas entre Ak-sai e Tojikon (BICHSEL, 2009). Passom e Temirkulov (2004) reportam o uso das instituições tradicionais nos trabalhos: o *ashar*, na reabilitação dos canais e da bomba e na construção de creches e clínicas; os *aksakals* foram convidados para comporem os GIs. Não obstante o empenho das agências, um encontro entre os doadores dos projetos resultou em desentendimento, já que representantes da SDC demonstraram preocupações de que o projeto do UNDP pudesse interferir com o primeiro (BICHSEL, 2009).

No início de 2004, enquanto o projeto do UNDP estava a ser concluído, um retrocesso no projeto da SDC foi observado. No dia 17 de fevereiro, representantes de Tojikon comunicaram que o acordo entre os GIs não era mais válido, já que as negociações haviam ocorrido sem a presença do principal

*aksaka*⁴⁸ e, portanto, o acordo não tinha legitimidade. Um impasse foi estabelecido: Tojikon não reconhecia mais o acordo e demandava novas negociações, enquanto Ak-sai recusava-se a formar outra rodada. Apesar disso, a reconstrução ocorreu, a um custo de U\$20mil e com a retirada de Ak-sai no recebimento de água do canal (BICHSEL, 2009).

A SDC mostrou-se insatisfeita com os resultados finais do projeto, já que não conseguiram implementar de forma plena os requisitos iniciais do projeto. Dada a densidade das negociações dos GIs e da dificuldade em entrarem em consenso, membros da SDC acusaram os membros presentes do UNDP de minar os esforços de negociação entre os GIs por meio da restauração da bomba d'água, já que uma solução rápida, porém isolada, já estava a caminho (BICHSEL, 2009). Bichsel (2009) relata que a troca de acusações continuou, quando representantes do UNDP apontaram que a reabilitação do canal, nos termos acordados, não seria suficiente para o abastecimento das duas comunidades e que a obra seria meramente cosmética; o processo de negociação, segundo o UNDP, já estava fadado ao fracasso desde o início.

A identificação da área estudada como “estratégica” e “propensa ao conflito” de fato atraiu a atenção e o início de variados projetos de auxílio para prevenção de conflitos. Não obstante a boa intenção das ONGs e agências de assistência, o risco de agravamento do cenário é presente. Para Passon e Temirkulov (2004), atividades que se sobrepõem não levam, necessariamente, a um melhor entendimento, pelo contrário, constituem uma ameaça latente e perda de recursos valiosos que são úteis somente para consensos de curto prazo. Assim, ao não levarem em conta planejamentos de outras organizações presentes no campo, as agências acabam por criar mais problemas. Desta forma, o grande obstáculo a ser vencido seria a ausência de uma coordenação e cooperação entre as distintas organizações (PASSON e TEMIRKULOV, 2004).

Há também o questionamento da funcionalidade dos programas de prevenção de conflito aplicados pelas agências internacionais de fomento. A intervenção destes organismos, que são restritos em projetos a serem realizados em um tempo determinado, acaba não sendo suficiente para sanar inimizades e

⁴⁸ Segundo entrevista de Christine Bichsel (2009) com um membro participante do GI de Tojikon, o *aksaka* em questão estava ausente da vila durante as negociações e, ao chegar, contestou o acordo justamente pelas questões técnicas levantadas.

preconceitos já enraizados por gerações. No caso de Ak-sai e Tojikon, a promoção de eventos festivos, pelo UNDP, entre os dois povos teve um resultado que não ultrapassou o cosmético; segundo uma moradora de Ak-sai, “o festival que o UNDP organizou foi apenas nas aparências, pois por trás disso nós não éramos mais amigos”⁴⁹

Não obstante os ganhos materiais desenvolvidos nos trabalhos realizados nas comunidades, não há como olvidar a oportunidade perdida de aprimoramento nas relações sociais entre Ak-sai e Tojikon. Ainda que atividades festivas sejam realizadas, principalmente sob a orientação dos *aksakals*, os eventos da crise de 1998-2000 repercutiram intensamente nos remotos povoamentos de fronteira. Com o bloqueio das vias de entrada e saída dos países, essas comunidades ficaram alheias umas às outras.

Vorukh, apesar de estar envolto em território quirguiz, adotou o fuso horário do Tajiquistão. A simbologia do ato concretiza-se, já que há reclamações de locais quirguizes de que os guardas de fronteira tadjique só falam seu idioma pátrio e com a redução de falantes do idioma russo, a comunicação fica prejudicada, tornando a área cada vez mais isolada (ICG, 2002). O mal treinamento e a presente corrupção dos funcionários aduaneiros pouco contribuem para a estabilidade nesta região tão delicada. Não só a comunicação, como o transporte nas áreas de enclave do Vale Fergana tem sido reduzido, fazendo com que os enclaves fiquem mais isolados, tanto em relação ao Quirguistão, como em relação aos países a que pertencem (ICG, 2002). Autoridades distritais temem que essa situação leve a uma alienação destes povos e que isso possa contribuir ao apoio aos grupos de radicalismo, especialmente os de base religiosa (ICG, 2002).

A incipiente estrutura administrativa da província de Batken se faz pouco presente no controle das sociedades abarcadas. Estabelecido somente em 1999, o gabinete possui pouca experiência de gerenciamento a nível provincial, sendo considerado, à época, em um “agente em transição” (PASSON e TEMIRKULOV, 2004) sua fraca legitimidade institucional afeta na percepção de ideia de Estado, corroendo as bases de sustentação da capacidade estatal (BUZAN, 2007). Os Estados – Quirguistão e Tajiquistão – têm encontrado dificuldade em adaptar

⁴⁹ Entrevista. SAFERWORLD, 2011.

suas instituições às transformações econômicas; a presença de atores externos, personificados em agências de investimento, ao agirem com pouca ou nenhuma supervisão estatal acabam por contribuir para a constatação de incapacidade estatal por seus cidadãos.

A questão do distrito de Ak-Sai e Vorukh exemplifica, ainda, a dinâmica territorial e seu uso pela política. Neste sentido, é possível observar a materialização do conceito de território como espaço onde é realizado o trabalho do homem. A transformação da natureza da fronteira, outrora invisível, traz uma mudança na relação socioeconômica local, onde antes existia uma interdependência das comunidades (ainda que conflituosa em alguns momentos) com seus modos de vida e de produção (agricultura, com o sedentarismo e pecuária com o nomadismo) agora permanece um potencial de conflito entre duas nacionalidades. A própria relação do homem com sua terra sofreu mutação no Quirguistão, expondo as profundas consequências de mudanças políticas mesmo em zonas rurais, com a adaptação dos quirguizes ao modo de vida sedentário e agrícola, com incentivos do governo com mobilizações para povoamento em áreas estratégicas, a construção de fábricas (têxtil e confeitaria) e do aprimoramento de estruturas hídricas.

2.3 O Enclave de Sokh

Sokh, o maior enclave do Vale Fergana, possui 325 km², pertence ao Uzbequistão e está envolto por terras do Quirguistão, precisamente a província de Batken. Sua geografia é composta majoritariamente por montanhas e a base étnica da “ilha” é constituída por tajiques. Neste trabalho, é estudado o aglomerado populacional formado por 3 vilas: Sogment e Charbak, na parte quirguiz e Hushiar⁵⁰ na parte uzbeque.

A vila de Sogment está a 1390m do nível do mar e possui, aproximadamente, 360 famílias residentes, os quais vivem de atividade agrária, como plantio de trigo, milho, batatas e tabaco, em terras distantes do núcleo

⁵⁰ Por tajiques e uzbeques possuírem um idioma diferente, a latinização do nome do povoado não é consensual. Bichsel (2009) nomeia por “Khush’iar” e Khamidov (2005) identifica-a como Hushiyar e Reeves (2011) por Hushiar. É utilizada, no trabalho, a grafia de Madeleine Reeves por ser mais familiar ao português.

residencial (BICHSEL, 2009). Seguindo 3km por uma estrada que atravessa o território uzbeque, encontra-se o vilarejo de 86 famílias de Charbak, onde dividem terras de plantio com famílias de Sogment (BICHSEL, 2009). Na parte sul do enclave de Sokh, encontra-se a vila de Hushiar com aproximadamente 1400 famílias e 500ha de terras para a agricultura, as quais pertencem a uma empresa que arrenda os campos por contratos anuais (BICHSEL, 2009).

Mapa 7 – Visão geral do Enclave de Sokh, com Sogment e Hushiar.

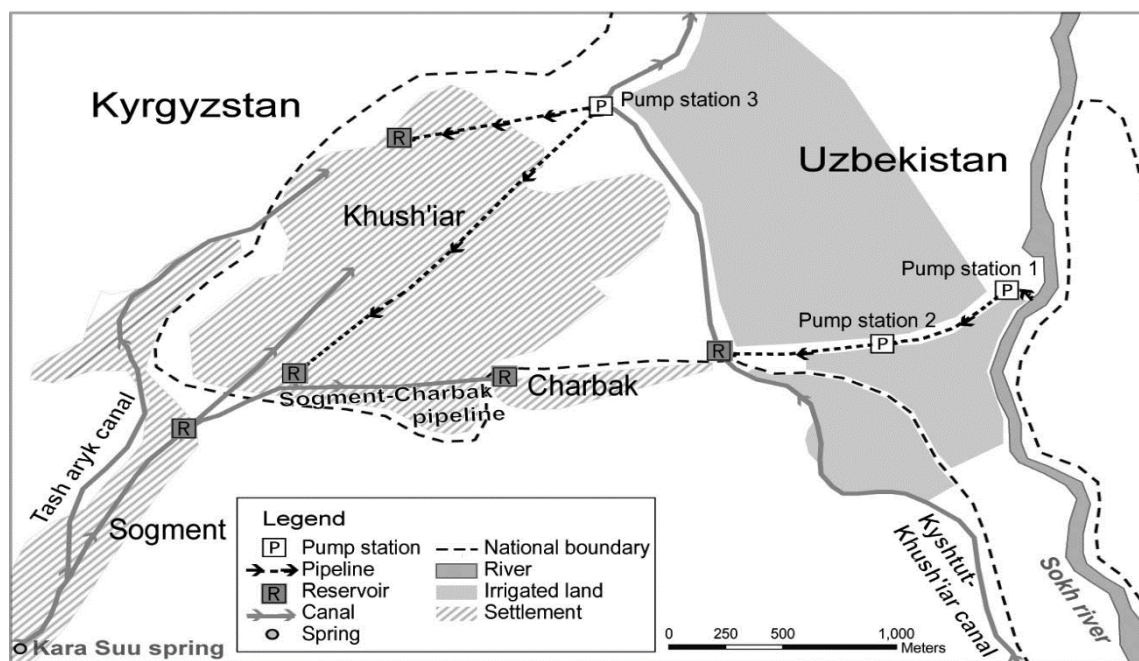


Fonte: REEVES (2011: 909)

Dois corpos hídricos abastecem os três povoados: o Rio Sokh, originário de uma cadeia de montanhas ao sul e a Fonte de Kara Suu, que fica próxima a Sogment e é abastecida por canais naturais de montanhas próximas. A intrincada estrutura de irrigação foi construída na era soviética e indiferente às fronteiras republicanas da época, portanto o sistema criou um cenário de interdependência entre as duas nações. Apesar das fontes naturais de irrigação do local, a geografia impôs certas dificuldades na execução da atividade agrária: o Rio Sokh encontra-se em uma profundidade de mais de 80m, abaixo dos assentamentos e no fundo de um desfiladeiro. Na década de 1940, foi construído o canal Kyshtut-Hushiar capaz de abstrair águas do Sokh e, por um sistema de bombas d'água, transportar os fluidos para os campos de Sogment, Charbak e Hushiar (BICHSEL, 2009).

Em Sogment, o canal Tash Aryk direciona água da Fonte de Kara Suu para a vila e também para a parte sul de Hushiar. Cinco reservatórios foram erguidos ao longo do território das três vilas e são essenciais para a manutenção da oferta hídrica local. Em 2003, um último canal foi construído pela ONG Mercy Corps, o duto Sogment-Charbak, e redireciona parte das águas de um reservatório em Sogment até Charbak, passando por território uzbeque (BICHSEL, 2009). A população de Hushiar não tem acesso ao duto.

Mapa 8 – Estrutura hídrica na área sul do enclave de Sokh



Fonte: BICHSEL (2009: 25)

Até o ano de 2002, o cronograma de distribuição de água acordado entre as três comunidades estipulava a alocação do recurso por sete dias seguidos para Hushiar e, só então, dois dias distribuídos entre Sogment e Charbak; no gerenciamento da distribuição, uma associação de representantes das três localidades era composta, enquanto que a empresa de administração dos campos de Hushiar operam as bombas d'água (BICHSEL, 2009).

O interligado sistema de irrigação e uso de terras sofreria ruptura com os eventos do final da década de 1990, porém. Em 2001, após o episódio da questão energética de 1998-99 e os incidentes de Batken, provocados pelo MIU em 1999-2000, representantes do Quirguistão e do Uzbequistão reuniram-se para acertar

questões de fronteira e uso de propriedades arrendadas durante o período soviético (ver ponto 2.1.1). Em uma das sessões, o Quirguistão demandou o retorno à sua jurisdição de campos de gás natural e petróleo usados até então pelo Uzbequistão e adicionou a cobrança de \$180 milhões em aluguel das terras (ICG, 2002). Tashkent, ao recusar o cumprimento dos termos, cortou o suprimento de gás natural e provocou represálias de Biskeque e um novo interrompimento no suprimento de água ao Uzbequistão foi observado. Ademais, desde 2000, residentes de Sokh que queiram viajar para o resto do Uzbequistão devem passar por inúmeros pontos de controle alfandegários ao passar pelo Quirguistão⁵¹.

No começo de 2002, residentes de Hushiar reportaram reclamações sobre cortes de abastecimento de água do canal Tash Aryk feito por Sogment (BICHSEL, 2009). Ainda que não existam provas da ligação entre os dois eventos, já naquele ano um conflito não-violento entre as três povoações nos arredores de Sokh ameaçou escalar em violência. As tensões levaram a uma renegociação do cronograma de alocação e distribuição de água da Fonte de Kara Suu a favor do lado quirguiz (REEVES, 2011). Com o intuito de impedir a escalada da tensão em conflito, a ONG Mercy Corps, em 2003, realizou uma série de atividades sociais conjuntas, ao passo que realizou a instalação de uma nova centrífuga na estação de bombeamento de água 3 (ver mapa 7) e construiu o canal Sogment-Charbak atendendo às necessidades de abastecimento de água de Charbak (BICHSEL, 2009).

A despeito da renegociação da distribuição da água entre as comunidades e das ações da Mercy Corps, as tensões se mantinham, pois Hushiar sentia-se prejudicada. Em 2003, autoridades quirguizes alertavam para o emprego de uso de minas pelo Uzbequistão nos arredores dos enclaves de Sokh e Shakhimardan⁵². O cenário recrudescer quando, entre fevereiro e março de 2005, o Quirguistão mergulhou em caos com a Revolução Tulipa e a subsequente preocupação no reforço da segurança, com discursos de securitização e “fronteiras seguras”. Animosidades entre postos de controle de

⁵¹ RFE. “Sokh Exclave: Two Decades of Simmering Tension”. Disponível em: <http://www.rferl.org/content/sokh-exclave-two-decades-of-simmering-tension/24817411.html> acessado em 11 mar 2013.

⁵² http://www.the-monitor.org/custom/index.php/region_profiles/print_profile/510

fronteira na área sul de Sokh tornaram-se comuns, porém, no dia primeiro de maio de 2005 um incidente entre vaqueanos de Hushiar que cruzavam o limite de Sokh e tropas de fronteira quirguizes escalou em conflito.

Após a constatação de que os vaqueanos estavam hospitalizados, o comandante do posto assegurou que investigações do incidente seriam feitas (MEHR, 2005a apud BICHSEL, 2009). Não obstante, dois dias depois, durante uma feira semanal em Charbak, moradores de Hushiar invadiram o povoamento, agrediram moradores de Charbak, depredaram propriedades, incluindo o duto Sogment-Charbak, e isolaram o povoamento ao bloquearem as ruas e acessos (MEHR, 2005a apud BICHSEL, 2009). Somente com a intervenção de tropas da polícia e de autoridades de Batken e do distrito de Sokh a situação foi controlada. O conflito estava longe de ser resolvido, porém. Entre os dias 4 e 7 de maio daquele ano foram observadas várias movimentações de centenas de pessoas em direção à fronteira, mais depredação de propriedades, bloqueios e escaramuças entre habitantes de Sogment e Charbak contra os de Hushiar (KHAMIDOV, 2005). Representantes de ONGs de prevenção de conflitos, como a Foundation for Tolerance International (FTI) e Mehr mobilizaram reuniões com anciões *–aksakals–* e representantes governamentais que, dada a intensa atmosfera de tensão, conseguiram somente evitar a escalada de violência entre as comunidades.

Segundo Khamidov (2005), as reivindicações dos dois lados baseiam-se em questões de delimitação e uso da terra:

Hushiyar residents want free access to pastures located on Kyrgyz territory. They also want fairer distribution of water ... and the removal of [Kyrgyz] border posts," Avazbekov explained. "Kyrgyz residents, in turn, want free passage through Hushiyar, which separates the two villages [Charbak and Sogment]. Kyrgyz also want [Uzbek citizens] to pay tax for the use of [Kyrgyz] pastures. (KHAMIDOV, 2005)

Avalia-se que as reivindicações deste grupo de comunidades assemelha-se às de Ak-sai e Tojikon, nos arredores do enclave de Vorukh. Os dois casos denotam a importância do território e como este concretiza as relações de trabalho, sobrevivência e “sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2011). Ainda que acontecimentos na virada da década de 1990 tenham modificado politicamente o espaço, a percepção e sentimento com

relação à terra estavam em contínuo com a era soviética, os quais são condensados em uma frase comumente utilizada pelos dois povos até o ano de 2005: *Bazarabyz bir*: “Nosso mercado é um” (MEGORAN, 2010, REEVES, 2011).

O fim das negociações entre as duas partes logrou êxito em arrefecer os ânimos, no dia 7 de maio. Segundo a FTI (2005 apud BICHSEL, 2009), o cronograma de alocação de águas da Fonte de Kara Suu seria mantido, obedecendo ao acordado em 2002; ainda mais, o livre trânsito de moradores entre as fronteiras seria garantido por agências de segurança dos dois países e, por fim, os responsáveis por danos materiais e às pessoas seriam processados e compensações seriam pagas.

Meses depois, em uma visita a Sogment, a doutora Madeleine Reeves constatou uma notória mudança na mentalidade dos habitantes daquela região. Uma das rupturas foi a separação do antigo mercado comum, o bazar, compartilhado entre quirguizes, tajiques e uzbeques e a criação de mercados individuais dentro dos limites das fronteiras. Reeves (2011) descreve a concepção anterior do mercado:

When people talked of “going to the market”, they usually meant going to both of these, since there were many goods that were sold in one site and not the other. If you wanted to buy vodka or tobacco, you went to the “Kyrgyz side”, where production was deemed superior and spirits could be openly bought and sold. On the ‘Uzbek side’, by contrast, one could find fruit and vegetables imported from the lower climbs of the Ferghana Valley, Uzbek-manufactured sweets, foodstuffs and household goods, locally manufactured cloth (REEVES, 2011).

Para incentivar o abandono da antiga estrutura, autoridades locais concederam redução de impostos para a realocação dos comerciantes, e promoveram propagandas evocativas à população para prestigiar e visitar o novo mercado, “o mais bonito a se negociar”. A administração do novo mercado em Sogment enfatizou, ainda, a necessidade da resolução imediata da demarcação de fronteiras, do emprego de guardas para assegurar não só a segurança, mas também a distribuição de água dos canais pelos acordos de 2002 (REEVES, 2011), atitudes estas que demonstram a manutenção do clima de tensão e rancores com os habitantes de Hushiar.

Foi uma decisão drástica, já que as vilas estão interconectadas por meio de uma mesma rodovia, as mesmas terras para pastagem e compartilham a mesma estrutura hídrica e de irrigação. Ainda que o mercado comum fosse

próspero, atendesse às demandas locais dos povos e estivesse historicamente ligado a uma instituição tradicional de reunião de trocas sociais entre diferentes etnias (REEVES, 2011), havia uma necessidade, por meio do simbolismo da separação dos mercados, de delimitar a fronteira e de separar o nacional do estrangeiro.

À parte do novo mercado, não existiam resquícios físicos da materialização da fronteira internacional entre Quirguistão e Uzbequistão naquela área, desde 1999. Cercas de arame farpado, blocos de concreto em ruas e minas terrestres já não eram mais presentes; entretanto, a separação estava estabelecida na mentalidade das pessoas de Sogment, Charbak e Hushiar (REEVES, 2011). Por exemplo, Reeves (2011) cita que mulheres de Hushiar eram “aconselhadas” a não mais visitar as clínicas médicas de Sogment como antes faziam, e crianças de Sogment eram proibidas de transitar por ruas de Hushiar. Por meio da sanção social da vergonha (*uiat*), endossada pelos *aksakals*, mulheres são ainda coibidas a não realizar casamentos fora de sua nacionalidade, fenômeno este que transborda a arena local e é observado ao longo do Vale Fergana (REEVES, 2009).

É preocupante ainda a situação conjuntural do enclave de Sokh, desde 2005. Após o processo de securitização de recursos estratégicos (gás natural, água) e das fronteiras, o território ficou isolado em todas as situações em que uma ameaça de segurança no Vale Fergana era iminente, dificultando enormemente a vida da população que geograficamente já é marginal à pátria a que pertence. Por consequência do distanciamento das relações entre o Tajiquistão e o Uzbequistão, o apoio e incentivo à preservação da identidade tadjique em Sokh tem sido desconstruído. De acordo com Najubullah (2010), o envio de livros e materiais no idioma tadjique teve interrompimento e funcionários uzbeques da educação não mais reconhecem os diplomas em universidades tadjiques. Desta forma, a população de Sokh possui poucas alternativas a não ser concluir seus estudos em escolas e universidades uzbeques (longe do enclave).

3 A PRESENÇA DOS ATORES EXTRA-REGIONAIS

“Preponderance over the entire Eurasian continent serves as the central basis for global primacy” (BRZEZINSKI, 1997: 39)

“Who rules East Europe commands the Heartland: Who rules the Heartland commands the World-Island: Who rules the World-Island commands the World” (MACKINDER, 1919: 150)

Este capítulo possui o objetivo de descrever as ações e programas das principais potências extra-regionais e do impacto destas na estabilização e prevenção de conflitos na Ásia Central. O trabalho segue a identificação feita por Kassenova (2008) dos quatro principais atores influenciadores da região: a Rússia, a China, os Estados Unidos da América e a União Europeia. É realizada, ainda, uma breve descrição das agências internacionais e governamentais atuantes nos cenários de conflitos estudados no capítulo anterior, quais sejam: o UNDP, SDC, USAID e Mercy Corps.

No capítulo anterior, foi observada a presença e atuação de ONGs e agências de fomento nos cenários de conflito. A província de Batken, no Quirguistão, por ser identificado como uma área trabalhosa, recebeu maior atenção de agências do que o restante do Vale Fergana. O UNDP é uma agência multilateral de auxílio da ONU e que, por meio do Programa de Desenvolvimento Preventivo, de duração entre 2000 e 2005, iniciou um projeto para analisar as tensões interétnicas resultantes do processo de construção nacional na província de Batken (KOSHAEV e MONOLBAEV, 2001 apud BICHSEL, 2009). Ainda que o foco do programa seja o fortalecimento da governança local, não há nenhuma ligação a um programa para gerenciamento de água ou recursos naturais (BICHSEL, 2009). A Suíça, engajada em relações bilaterais com países da Ásia Central desde 1993, abordou o Vale Fergana com foco regional por meio da SDC, a qual objetivou contribuir na prevenção de conflitos em áreas fronteiriças e em comunidade multiétnicas (SDC, 2002); no caso de Ak-sai e Tojikon, a SDC implementou seu projeto em parceria com ONGs locais: a FTI, no Quirguistão e a ONG Ittifok, no Tajiquistão. Por fim, há a atuação da Mercy Corps, uma ONG internacional que age como uma agência implementadora para a Agência dos

Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID) a qual visa reduzir o potencial de conflito por meio de cooperação entre grupos étnicos, entre comunidades e através de fronteiras internacionais (MERCY CORPS, 2003). Assim como a SDC, a Mercy Corps possui foco no aprimoramento da governança local e no trabalho com ONGs locais (BICHSEL, 2009).

A descentralização do poder e reformas políticas no Quirguistão (país presente em todos os cenários de conflito aqui estudados) permitiram um espaço para atores não-governamentais na atuação da esfera local, bem como facilitou intervenções internacionais de desenvolvimento por meio do engajamento de comunidades (SATYBALDIEVA, 2009). De acordo com Babajanian (2009 apud SATYBALDIEVA, 2009), a permeabilidade com atores não-governamentais e agências de fomento produziu resultados indesejados, pois simplesmente falhou em dar mais voz ao povo, enquanto permitiu o fortalecimento do poder de elites locais já instaladas.

Passon e Temirkulov (2004) complementam a crítica, ao ponderarem que, enquanto os projetos de agências internacionais possuem a intenção de impactar positivamente nos cenários escolhidos, todas as atividades contêm um risco de piorar a situação, especialmente quando os locais percebem a atmosfera de competitividade de projetos entre as organizações e optam pelo caminho do maior benefício próprio, visto o caso de Ak-sai e Tojikon. Assim, projetos promotores de atividades que são substitutas entre si não levam a um melhor entendimento e cooperação entre as comunidades atingidas, logrando somente resultados úteis a curto-prazo (PASSON e TEMIRKULOV, 2004). O efeito de uma oferta competitiva de projetos de auxílio em localidades do Vale Fergana gerou o que Passon e Temirkulov (2004) denominaram de “donor shopping”. Será visto neste capítulo se o mesmo ocorre, a “nível macro” entre a relação de potências extrarregionais e as RAC.

Historicamente, têm existido pretextos diversos para a presença de múltiplas potências na Ásia Central. Em meados do século XIX, a Grã-Bretanha temia que o então decadente continente asiático caísse presa de outras potências europeias, ameaçando seus interesses ao longo do Oceano Índico. Buscando frear a constante marcha do império russo em direção ao sul, Grã-Bretanha e Rússia disputaram por influência nos arredores da Ásia Central, configurando o que foi chamado de “Grande Jogo”. Além de constituir uma *buffer zone* entre as

duas grandes potências, o Grande Jogo atendia a basicamente dois objetivos: um desejo de anexar territórios para o crescimento do império; e um imperativo moral de manter controlado o “despotismo oriental” (WATSON, 2008). A revolução socialista e os resultados do fim da II Guerra Mundial influenciaram a comunidade internacional a aceitar a região não só como uma zona da esfera russa, mas como parte integrante de uma união maior.

Com o colapso da União Soviética, as RACs têm lutado para manter, de forma equilibrada, seus interesses estratégicos, políticos e econômicos intactos e tirar o maior proveito da cooperação e parceria com as potências extrarregionais. Segundo Clarke (2008), diferentemente do “Grande Jogo”, o processo contemporâneo traz oportunidades sem precedentes para que os países centro-asiáticos maximizem os ganhos na relação entre Rússia, China e os EUA. Após o 11 de setembro de 2001, a atuação das atuais grandes potências na Ásia Central a tornou um ponto de grande importância estratégica. A sem precedentes disputa por recursos e influência na região recebeu a alcunha de o “Novo Grande Jogo” por alguns autores (CLARKE, 2008, KLEVEMAN, 2004) e pode ser vista como uma competição entre EUA e UE contra China e Rússia.

O “Novo Jogo”, contudo, difere substancialmente de seu predecessor, tanto quanto aos “jogadores” como os objetivos a serem alcançados. De fato, o maior envolvimento estadunidense na região impulsionou o foco russo e chinês seja para aproveitar oportunidade de cooperação, seja para contrabalancear o outro; sendo assim, uma intrincada dinâmica entre as potências globais e os atores regionais foi estabelecida. O Vale Fergana demonstra como a combinação de insurgências locais e tensão entre os atores intra-regionais têm atraído as grandes potências para um envolvimento involuntário no que Weisbrode (2001) chama de “atoleiro”. Esta visão vai ao encontro da proposição, feita há quase um século, de Harold Mackinder: de que a Eurásia detém um papel essencial na balança de poder global. (WEISBRODE, 2001).

3.1 Os Estados Unidos da América

Durante a década de 1990, os EUA, assim como o Ocidente em geral, adotaram uma postura que beirou a indiferença em relação à Ásia Central. Com a deflagração da crise de 1999-2000 com os ataques do MIU, os países daquela região esperaram por assistência militar. Segundo Weisbrode (2001), os EUA, por meio do FREEDOM Support Act, o Reino Unido, França, China e Turquia enviaram pacotes de assistência aos países do Vale Fergana, porém nenhum excedeu \$10 milhões e restringiram-se a realizar transferências de equipamentos militares e de programas de treinamento.

O relativo abandono da Ásia Central pelos EUA durante a década de 90 contava com a baixa percepção estratégica da região e, de uma forma mais proposital, com a política da administração Clinton de promover relações amigáveis com Moscou. O ex-presidente Bill Clinton acreditava que um forte apoio ao governo de Boris Yeltsin era essencial para prevenir uma volta ao comunismo na Rússia (WEISBRODE, 2001). Oliveira (1999) credita o relativo distanciamento americano em decorrência de dois posicionamentos. Os EUA, assim como a União Europeia, estavam muito mais interessados na expansão da OTAN no sentido Ásia e, como tal, envidavam esforços na busca de estabelecimento de acordos e de cooperação militar. De outro, reconheciam os esforços das RAC, bem como da própria Rússia, nos processos de abertura de mercados e de reformas estruturais, mas não demonstravam disposição em transferência de recursos (empréstimos ou Investimentos Externos Diretos) para alavancar os respectivos projetos de desenvolvimento.

De forma geral, a política externa estadunidense sofria reajustes na definição de seus interesses prioritários e na forma de engajamento. Destarte, abandonou-se a lógica da Guerra Fria, guiada pela política da *contenção*, e foi incorporada a perspectiva de ampliação de práticas de *engajamento e expansão* (OLIVEIRA, 1999). A racionalidade do engajamento estava que, por limitações de seus recursos, os Estados Unidos incentivariam uma maior participação de outros atores, de forma complementar, na manutenção de seus interesses econômicos e de segurança por meio de uma divisão de custos (*burden sharing*) (OLIVEIRA, 1999). Prova disto foi a aliança Rússia-OTAN, com a assinatura da Ata de Fundação, em 1997, com a qual os Estados Unidos engajava um parceiro-rival e expandia sua área de atuação, ainda que reconhecendo a região da Ásia Central como área de influência da Rússia (OLIVEIRA, 1999). Neste sentido,

Washington iniciou intercâmbios e exercícios militares conjuntos, culminando, ainda naquele ano, na aterragem⁵³ da 82ª Divisão Aerotransportada com soldados da Rússia, Turquia, Cazaquistão, Quirguistão e Uzbequistão (WEISBRODE, 2001). Desta forma, a expansão da agenda para a Ásia Central servia de forma e pretexto para a aproximação e estreitamento nas relações com a Rússia.

Quatro objetivos, que são interligados, têm guiado a política estadunidense na região desde sua independência com o FREEDOM Support Act: (FEIGENBAUM, 2011: 63)

- a) Preservar a independência dos cinco Estados da Ásia Central e suas capacidades em exercer escolhas soberanas em política e economia, livre de coerção externa;
- b) Diversificar opções de trânsito, reduzindo, assim, a dependência das economias centro-asiáticas em um único mercado ou ponto de trânsito;
- c) Construir capacidades institucionais para que os Estados possam efetivamente e de forma justa realizar serviços e resistir a pressões daqueles que buscam derrubar instituições legítimas por meio da violência;
- d) Reconectar a região à economia global, dada sua geografia que impede acesso ao mar.

Em 1997, as regiões da Ásia Central e do Mar Cáspio foram incluídas na esfera de responsabilidade do U.S. CENTCOM⁵⁴ (LAUMULIN, 2008), pois haviam sido declaradas uma zona de vital interesse dos EUA. Atualmente, o USCENTCOM coopera com o comando europeu (USEUCOM) no Programa de Cooperação em Segurança Marítima do Cáspio, ao coordenar assistência em segurança marítima no domínio do Mar Cáspio com o Azerbaijão e Cazaquistão (NICHOL, 2012). Segundo Nichol (2012), a Rússia objetou o envolvimento de forças não-limítrofes na segurança do Mar Cáspio e, com isso, impulsionou investimentos e melhorias em sua Flotilha do Mar Cáspio, ao passo que procurou

⁵³ Termo usado por paraquedistas brasileiros para designar o lançamento e pouso no local da missão por soldados paraquedistas. Nota do autor.

⁵⁴ O USCENTCOM é um centro de comando militar unificado com atuação na Península Arábica, Ásia Central e Egito, contendo 20 países no total (CENTCOM, 2013).

coordenar com os países vizinhos atividades navais sob a liderança russa. Com isso, os EUA iniciaram uma nova abordagem na Ásia Central por meio do Silk Road Strategy Act, de 1999 (NICHOL, 2012). Particularmente, a relação dos EUA com o Uzbequistão incentivou a flexibilização da postura da Casa Branca com seus aliados na Ásia Central. Já em 1999, o presidente uzbeque demonstrava desconforto nas exigências liberais em detrimento ao foco na segurança: *“If there is no peace and stability, no security, in a region, then how is it possible to protect human rights?”* (KARIMOV, 1999)⁵⁵

Após o 11 de setembro de 2001, os EUA viram a região centro-asiática como estratégica para os esforços de guerra no Afeganistão. Ávidos por investimentos e temerosos com a instabilidade e perigo que Kabul representava, os países da Ásia Central prontamente ofereceram direitos de sobrevoo e assistência às operações da coalização lideradas pelos EUA. O Quirguistão forneceu a base de Manas para uso da OTAN e operações dos EUA, enquanto que, a partir de 2005, Uzbequistão e Tajiquistão limitaram seus suportes somente à OTAN (NICHOL, 2012). Embora o Congresso americano tenha aprovado um aumento em assistência à segurança na região centro-asiática, os fundos tiveram uma queda após 2004, impulsionados pelo corte de assistência aplicado ao Uzbequistão (ver Apêndice); ainda que a segurança seja um dos focos do interesse estadunidense na área, a assistência para este fim correspondeu somente a um quinto do montante, no período de 1992 a 2010 (NICHOL, 2012).

Durante sua campanha no Afeganistão e no Iraque, Washington procurou estabelecer relações amistosas com potências já presentes na região, como China e Rússia. Neste sentido, enfatizou que os esforços de contraterrorismo da Rússia na região apoiam amplamente os interesses da Casa Branca, ainda que analistas estadunidenses recomendem que as ações russas devam ser monitoradas de perto para assegurar a não-violação da soberania dos países centro-asiáticos. (NICHOL, 2012). Neste sentido, Moscou seguiu política semelhante, ao compartilhar os deveres de policiamento da região com os EUA e China (NOURZHANOV, 2011).

De 2002 a 2005, a aproximação dos EUA com o Uzbequistão foi errônea, segundo Daly (2006). Ao realizar, majoritariamente, o estreitamento de laços por

⁵⁵ BBCNEWS. “Uzbekistan voices security concerns” 19 nov. 1999. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/world/monitoring/528646.stm> acessado em 14 jan 2013.

intermédio de agências governamentais ao invés de contatos ministeriais direto, o efeito foi a percepção, por funcionários uzbeques, do patrocínio estadunidense de grupos e organizações que os tratavam como corruptos e inimigos brutais, ao passo que o governo dos EUA se recusava a lidar com o governo uzbeque diretamente (DALY et al, 2006). Ainda, a inflexibilidade de Washington em suas políticas de promoção de instituições liberais e democráticas repercutiram em formas de humilhação e punição pública pela administração Karimov. Assim, quando o Uzbequistão efetivou medidas contra agentes acusados de abusar de seu poder em prisioneiros, os EUA mal notaram o esforço, ao passo que as ONGS repetidamente davam notoriedade pública aos infratores acusados (DALY et al, 2006). O Congresso dos EUA, em 2003, proibiu o envio de assistência previsto pelo FREEDOM Support Act ao governo do Uzbequistão até que o “Secretário de Estado determinasse e reportasse que este (o governo uzbeque) estivesse realizando progressos substanciais... em democratizar e no respeito aos direitos humanos” (NICHOL, 2012: 59). Não obstante, Nichol (2012) aponta que a legislação permitia a Secretaria ignorar tais requerimentos ao invocar a segurança nacional.

Em julho de 2005, em uma reunião da OCX, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão assinaram uma declaração que, de forma explícita, estipulava um prazo para a retirada de forças da coalização antiterrorista das instalações militares de membros da OCX (CLARKE, 2008, NOURZHANOV, 2008). Enquanto os três países demonstravam pouco interesse real em colocar em prática a declaração, considerando o interesse estratégico mútuo da relação das forças de coalização com a região, a postura da Casa Branca impulsionou, pelo menos, a mudança de posicionamento do Uzbequistão. Após as duras críticas feitas por países ocidentais ao governo de Tashkent em lidar com o levante de Andijan, em 2005, Islam Karimov optou por medidas retaliatórias ao restringir trânsito e acesso de forças militares estadunidenses em seu território e ao buscar uma maior aproximação com a Rússia.

Já no ano de 2009, foi a vez do Quirguistão demonstrar dificuldades no apoio logístico aos EUA com o anúncio do ex-presidente Bakiev de que fecharia a base aérea de Manas. De acordo com Nichol (2012), houve especulação de que a ação estaria motivada pela oferta russa de um empréstimo de \$300 milhões para desenvolvimento econômico e mais \$150 milhões para estabilização do

orçamento. Apesar das negociações, os EUA conseguiram prolongar o uso do Centro de Trânsito de Manas até 2014, data da retirada das forças estadunidenses do Afeganistão. De fato, Washington investiu pesadamente para a manutenção da base; aumentou o valor pago anualmente pelo uso da estrutura de \$17,4 milhões para \$60 milhões, \$30 milhões em melhorias de sistema de controle aéreo, \$36 milhões em aprimoramentos em infraestrutura e \$21 milhões para os esforços do programa de contra terrorismo (NICHOL, 2012), somente no ano de 2009.

Com a eleição do novo presidente, Barack Obama, os EUA procuraram restabelecer, a partir de 2009, as boas relações com as RAC e lançaram seis pontos que visam aprimorar o engajamento da política dos EUA na Ásia Central: (NICHOL, 2012)

- 1) Maximizar a cooperação dos Estados da região com os esforços de contraterrorismo da coalização no Afeganistão;
- 2) Aumentar o desenvolvimento e diversificação dos recursos de energia da região, bem como de suas rotas de suprimento;
- 3) Promover a eventual emergência da boa governança e respeito aos direitos humanos;
- 4) Fomentar economias de mercado competitivas;
- 5) Combater o tráfico de narcóticos e de pessoas;
- 6) Manter a não-proliferação.

Em suma, os interesses dos EUA resumem-se em três: promoção da segurança, reformas domésticas e desenvolvimento energético (NICHOL, 2012). De fato, em países com grande reservas de petróleo, os EUA tem priorizado investimentos diretos na área energética, como o Cazaquistão, onde um terço (\$16,5 bilhões, de 1993 a 2012) de todo o investimento estrangeiro direto estadunidense é voltado para este fim (NICHOL, 2012). Após os retrocessos que os EUA experimentaram nas relações com países da Ásia Central, principalmente com o Uzbequistão após 2005, a atual administração perseguiu uma política mais pragmática do que a empregada pela anterior. Tanto o é, que, em julho de 2010, o Secretário Assistente do Departamento de Estado dos EUA, Robert Blake, refutou críticas da imprensa estadunidense de que os Estados Unidos estavam

“demasiadamente focados na relação de segurança com os países da Ásia Central e esquecem sobre os direitos humanos” (NICHOL, 2012: 4). Por conseguinte, um dos grandes esforços da diplomacia estadunidense tem sido harmonizar a defesa da democracia e dos direitos humanos com seus interesses de apoio regional no contraterrorismo.

Em 2009, o gabinete Obama lançou um mecanismo de comunicação de alto-nível, as “Consultas Anuais Bilaterais” (ABC), as quais versam sobre os seis pontos listados anteriormente (NICHOL, 2012). De fato, em um pronunciamento feito cerca de um ano depois, o Departamento de Estado evidencia o progresso das conversações e na ênfase na segurança:

Central Asia plays a vital role in our Afghanistan strategy... A stable future for Afghanistan depends on the continued assistance of its Central Asian neighbors, just as a stable, prosperous future for the Central Asian states depends on bringing peace, stability and prosperity to Afghanistan. (Robert Blake, 2010)

Desta forma, percebe-se que a presença e investimentos estadunidenses na Ásia Central estão intimamente atrelados à campanha de Washington no Afeganistão. Indo além, a política centro-asiática estaria inserida em uma estratégia euroasiática mais ampla, que cobriria a bacia do Cáspio, o Cáucaso, a Rússia, o Afeganistão, o Oriente Médio e a China (LAUMULIN, 2008). O papel principal designado à Ásia Central seria de prover equipamentos e bens através das linhas de comunicação áreas e terrestres. Reconhecendo o caráter interdependente da estabilidade tanto da Ásia Central, como do Afeganistão, o Departamento de Defesa dos EUA iniciou, em 2010, o Programa de Parceria da Guarda Nacional, ao estabelecer que “*our security assistance focuses on the professionalization of the military, the border guards, counternarcotics forces and counterterrorism forces*” (SEDNEY, 2010 apud NICHOL, 2012: 36).

O Programa consiste em treinos de agentes de segurança locais em relações civis-militares (sem combate) com membros da Guarda Nacional dos EUA, financiado pelo Partnership for Peace e o USCENTCOM (NICHOL, 2012). Com a identificação, pelos EUA, do mal treinamento de guardas de fronteira e do elevado grau de corrupção destes agentes é interessante observar o progresso e resultados desta parceria, já que, como visto, incidentes transfronteiriços entre

agentes de segurança e população local normalmente resultam em uma escalada de conflito violento.

A preponderância estratégica dos países da Ásia Central cresceu após os constantes ataques realizados a comboios da OTAN na rota de trânsito do Paquistão ao Afeganistão. Procurando mitigar os riscos e evitar maiores custos operacionais, o USCENTCOM, em 2009, buscou o Cazaquistão e o Tadjiquistão para negociar rotas alternativas por ar, mar e terra de suprimentos destinados às forças da coalizção (NICHOL, 2012). Com isso, foi criada a Rede de Distribuição Norte e acelerou a compra de materiais não-militares em mercados locais para serem empregados na campanha do Afeganistão; meses depois, o Quirguistão e o Uzbequistão comporiam a Rede. De acordo com Jim Nichol (2012), três quartos de todos os envios de suprimento não-letais ao Afeganistão proviam da Rede. Tal volume acabaria atraindo a atenção e ação de corruptos, entretanto; conforme o relatório entregue ao Congresso dos EUA, funcionários uzbeques estariam propositalmente atrasando o trânsito das cargas até que subornos fossem pagos (NICHOL, 2012). Não obstante o distanciamento das relações entre os EUA e o Uzbequistão e de casos que minam a eficiência do uso logístico aliado, como descrito acima, o Departamento de Defesa estadunidense não descartou a manutenção do auxílio militar, já que demonstram preocupação com possíveis ataques de organizações terroristas ao Uzbequistão, pois o último tem sido um dos grandes contribuidores para o funcionamento da Rede de Distribuição Norte (NICHOL, 2012).

Para impulsionar a segurança regional, os EUA resolveram, em 2010, investir em treinamento militar de agentes no combate ao tráfico de drogas e terrorismo. No Tadjiquistão, próximo a capital do país, Dushambe, o Departamento de Estado investiu \$10 milhões na construção de um centro de treinamento. Similarmente, havia planos para construção de um centro de treinamento no Quirguistão, porém a instabilidade do país durante resultante da deposição do ex-presidente Bakiev colocou o projeto em suspensão (NICHOL, 2012).

Em face das consequências do evento de junho de 2010 em Osh, os EUA prometeram, em julho de 2010, um empréstimo de \$1.1 bilhão para recuperação do Quirguistão, bem como adicionais \$48,6 milhões em assistência ao já previsto entre 2010 e 2011 e mais \$4.1 milhões em assistência humanitária (NICHOL, 2012). A extensão com que os EUA podem empregar apoio doméstico e

internacional para manter e reforçar a soberania das RAC torna Washington um parceiro deveras atraente. Os interesses estadunidenses não são perceptíveis a longo prazo, entretanto. Ao tratar a Ásia Central como uma base avançada para suas campanhas no Afeganistão, os EUA acabam conseguindo parcerias de interesse imediato e hesitantes em aceitar suas propostas de reforma política.

3.2 A União Europeia

Após a desintegração da União Soviética, os países europeus não demonstraram grandes interesses na região. Apesar da abertura dos países da Ásia Central nos anos 90, o engajamento ocidental, notadamente pela UE, foi modesto. Ao longo daquela década, os Estados europeus seguiram uma aproximação cautelosa, essencialmente direcionada em projetos energéticos e fortalecimento de laços culturais (MELVIN, 2008). Ainda que a UE seja reconhecida como um dos principais doadores financeiros para a região, atualmente sofre de pouco peso e visibilidade política (PEDRO, 2008). Desta forma, até meados da década de 2000, a UE desempenhou um papel marginal na Ásia Central.

Com o intuito de promover a democracia e a transição para uma economia de mercado para as ex-repúblicas soviéticas, a UE criou, em 1991, o “Programa de Assistência Técnica para a Comunidade de Estados Independentes”. Além de prover assistência na transição, um dos objetivos da política europeia para a Ásia Central consistiu na criação de corredores de transporte de conexão entre o antigo mundo soviético e a Europa (PEDRO, 2008). O enfoque da interligação proposta se deu no setor energético, com o desenvolvimento e reabilitação de infraestruturas críticas no transporte de petróleo e gás (PEDRO, 2008) por dois programas: o Corredor Transporte Europa-Cáucaso-Ásia (TRAVECA) e o Transporte Interestatal de Gás e Petróleo para a Europa (INOGATE).

Já no início da década de 90, todos os Estados da Ásia Central haviam sido admitidos na recém-reformulada Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). No fim da década de 90, foi assinado com os

países da Ásia Central os Acordos de Parceria e Cooperação com intuito de promover desenvolvimento econômico naqueles estados e harmonizar as relações comerciais. Os Acordos, no entanto, executaram interesses econômicos unilaterais à UE e se restringiam a alinhamento de requisitos técnicos (PEDRO, 2008). Somente a partir de 2001, com o lançamento da “Guerra ao Terror” que a análise europeia ganhou complexidade.

Para que os programas culturais, de incremento à infraestrutura e comerciais lograssem sucesso, era imperativo a atenção da UE para as questões de segurança regional. Neste sentido, a UE identificou a região como uma ameaça à segurança europeia ao ser de origem e corredor de drogas (vindas do Afeganistão e pequenas plantações no Tajiquistão e Quirguistão), bem como fonte de refugiados e pessoas contrabandeadas para prostituição ou trabalho escravo (NICHOL, 2012). A questão da segurança tornou-se ainda mais relevante para a Europa com os grandes alargamentos da instituição, em 2002 e 2004, trazendo a Ásia Central para perto das novas fronteiras europeias, aumentando, assim, o potencial de impacto de atividades criminosas (KASSENOVA, 2008).

Com o objetivo de direcionar tais preocupações, a UE estabeleceu o Gerenciamento de Fronteira com a Ásia Central para trabalhar de forma cooperativa com o Programa de Combate às Drogas na Ásia Central. Juntos, os dois projetos visam reduzir e prevenir o tráfico de drogas, fortalecer a segurança de fronteiras e conduzir programas educacionais de reabilitação à sociedade para dependentes, representando o interesse estratégico europeu em apoiar a estabilidade e segurança na Ásia Central (PEDRO, 2008).

Em 2004, as RAC foram incluídas na Política da Vizinhança Europeia, que visava trazer a região para a área de influência e interesses da UE por meio do estímulo à cooperação regional e o controle das fronteiras. A Política adotada logrou pouco êxito, porém; segundo Pedro (2008):

Firstly, the chosen regional approach was in theory very reasonable, but in practice proved rather ineffective, and it met with resistance from Central Asian regimes unprepared for regional cooperation. Secondly, there was a shortage of clear mechanisms suitable for the region. But probably the main reason was the absence of a clear voice and defined political objectives (PEDRO, 2008: 116-117).

A partir de 2005, a UE não só buscou focar em engajamentos bilaterais na região, como traçou projetos mais objetivos e concisos com os programas internos da União. Um deles foi a iniciativa no desenvolvimento de infraestrutura de gás natural e petróleo centro-asiáticos ignorando as tradicionais rotas que passavam por território russo. Com os cortes de abastecimento de gás pelos russos, os interesses europeus em ver os fornecedores centro-asiáticos como alternativa cresceram, já que de todo o gás natural importado, 25% provém da Rússia e o petróleo corresponde a 30% (PEDRO, 2008). Com isso, a UE lançou em 2002 a “Estratégia Centro-Asiática” com duração até 2006; o programa foi estendido, depois, para um novo termo, de 2007 a 2013. A Estratégia incrementou, em 2004, um programa já existente, o de Transporte Interestatal de Petróleo e Gás para a Europa (INOGATE) e um dos grandes projetos (com envolvimento dos EUA) envolve a construção do gasoduto “Nabucco”, que levaria gás da região do Mar Cáspio para a Áustria⁵⁶; ademais, dentro do cronograma de 2007 a 2013 a UE prometeu assistência regional no valor de \$1 bilhão. (NICHOL, 2012).

Reconhecendo a importância estratégica do bloco centro-asiático e do baixo dinamismo das políticas europeias para a região, em 2005 foi criada uma Representação Especial da União Europeia, a qual objetiva “promover as políticas e interesses da UE em regiões e países conturbados e desempenhar um papel ativo nos esforços de consolidar a paz, estabilidade e o Estado de Direito”⁵⁷. Os pontos-base presentes na criação da Estratégia para uma Nova Parceria (ENP) que demonstram sua motivação: a) A UE quer desempenhar um papel político maior na Ásia Central e b) A necessidade de assegurar a coordenação e consistência de atores externos na Ásia Central⁵⁸

A eleição da Alemanha para a presidência da UE, em 2007, trouxe uma nova perspectiva em relação às relações da Europa e da Ásia Central. A Alemanha, que tem sido, tradicionalmente, o país europeu mais ativo na Ásia

⁵⁶ Na realidade, há controvérsias sobre o impacto estratégica deste projeto, já que a demanda europeia, em 2008, era de 550 bilhões de metros cúbicos (bmc) e o “Nabuco” proveria somente 20 bmc (PEDRO, 2008).

⁵⁷ “EU Special Representatives”. Disponível em: http://eeas.europa.eu/policies/eu-special-representatives/index_en.htm acessado em: 09 mar 2013.

⁵⁸ “COUNCIL JOINT ACTION 2005/588/CFSP”. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:199:0100:0102:EN:PDF> acessado em: 09 mar 2013.

Central, elevou o relacionamento entre o bloco europeu e o centro-asiático a um outro patamar, com o reforço da Estratégia Centro Asiática (KASSENOVA, 2008). A Estratégia foi rebatizada para a Estratégia Para Uma Nova Parceria e coordenou intimamente a Representação Especial da UE para a execução de seus objetivos. No fim daquele ano, foi decidido que o Cazaquistão teria a presidência da OSCE, em 2010 e seria o primeiro país pós-soviético, eurasiático e com maioria muçulmana a presidir o órgão (NICHOL, 2012).

Quando assumiu a presidência da OSCE, em 2010, o Cazaquistão afirmou que enfatizaria vários assuntos de interesse da Ásia Central e Rússia, quais sejam: reforço no desarmamento nuclear; promover diálogo entre a OSCE e ex-membros da União Soviética sobre conflitos prolongados; e apoiar iniciativas de estabilização e cooperação no Afeganistão (NICHOL, 2012). Seguindo uma agenda com ênfase na segurança, promoção da democracia e meio-ambiente, membros da OSCE lançaram a Declaração Comemorativa de Astana a qual, segundo Nichol (2012), promoveram progresso em reforçar a segurança e desenvolvimento no Afeganistão, bem como o compromisso em manter a democracia e os direitos humanos como princípios-chave entre os membros. De fato, Astana implementou mudanças positivas em leis eleitorais e mídia desde então.

Principais pontos, em 2012, a serem desenvolvidos pela Representação Especial da União Europeia⁵⁹: convencer os países da Ásia Central a cooperarem em assuntos de interesse comum; desenvolver cooperação com os principais atores envolvidos na região, bem como as organizações internacionais e regionais relevantes; promover a segurança energética e de fronteiras e contribuir para a implementação dos programas e políticas de Direitos Humanos da União Europeia. Dentro dos programas estabelecidos, a UE organiza, ainda, seminários anuais em assuntos de direitos humanitários, desenvolvimento da sociedade civil, comércio e investimento, cooperação em energia e meio-ambiente, e outros assuntos (NICHOL, 2012).

Buscando uma abordagem diferente da antiga Estratégia, a ENP prevê uma intensificação de laços políticos, com diálogos de cúpula; mais assistência

⁵⁹ “COUNCIL DECISION 2012/328/CFSP”. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:165:0059:0061:EN:PDF> acessado em 09 mar 2013.

financeira, ao dobrar o orçamento para este fim no período de 2007 a 2013 e um maior enfoque nas relações bilaterais com os Estados centro-asiáticos (KASSENOVA, 2008). Adicionalmente, há a priorização nos programas de educação e valorização da juventude, os quais projetam uma nova geração centro-asiática mais familiar e sintonizada com os valores, ideais e normas europeias (KASSENOVA, 2008). No campo econômico, a ENP demonstra continuidade com projetos anteriores, inovando em alguns pontos, como o incentivo à entrada das RAC na Organização Mundial do Comércio (OMC)⁶⁰, encorajamento da diversificação da economia e das exportações e estímulo ao desenvolvimento sustentável, com atenção especial à degradação da Bacia do Mar de Aral (KASSENOVA, 2008).

Avalia-se que a UE possui interesses de longo-prazo na Ásia Central, pois ela já está diretamente afetada pelos desdobramentos da região. Um colapso da Ásia Central pode ter um grave impacto negativo na UE, pois há a projeção, da Comissão Europeia, de que sua dependência de fornecedores externos para a importação de petróleo chegue a 94% e 84% para o gás natural em 2030 (PEDRO, 2008). Considerando o prognóstico, as RAC destacam-se como a principal alternativa de diversificação energética dos europeus.

3.3 A Federação Russa

A política externa russa nos idos da década de 1990 foi orientada em direção à Europa, com exceções nos casos das guerras da Chechênia e do Tajiquistão. Neste período, o mal desempenho da economia russa – abalada pelo processo de reformas para uma economia de mercado – criou um cenário pouco propício para que a Rússia desempenhasse um maior papel na Ásia Central. Efetivamente, a Rússia não percebia a Ásia Central como uma área estratégica em sua política externa (WEISBRODE, 2001). Ademais, o orientação pró-ocidental do então presidente Boris Yeltsin, combinada com uma mentalidade

⁶⁰ Somente o Quirguistão, a partir de 1998, era membro da Organização. O Tajiquistão ingressou em 2013 e os outros países estão em processo de entrada, com exceção do Turcomenistão, o qual não possui contato oficial com a OMC.

imperial residual, teve como certo que a Ásia Central continuaria a seguir Moscou de forma incontestada (NOURZHANOV, 2011).

Já no fim dos anos 90 o Kremlin perseguiu uma política externa mais independente, menos pró-ocidental e percebeu que as RAC representavam uma parte integral da zona de segurança do país (NOURZHANOV, 2011). Possivelmente visualizavam ameaças contra um inimigo externo, temendo a instabilidade regional e as ameaças separatistas que poderiam ocasionar na Eurásia. Neste sentido, o Serviço de Inteligência Estrangeira russo preparou, em 1994, um documento de posição – que viria a ser incorporado na política oficial de Estado russo – chamado “*Russia-CIS: Does the West’s Position Need Correction?*” o qual consta pontos de fator de insegurança, quais sejam: a) tensões entre etnias russas e populações homônimas; b) conflitos interestatais e étnicos; c) proximidade com o Afeganistão; d) envolvimento com o Irã e Turquia; e) invasão de nações líderes longínquas (EUA e possivelmente a China) e f) extremismo islâmico (NOURZHANOV, 2011: 153)

Para tanto, a Rússia utilizou o fóro da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) para os fins políticos e econômicos de seus objetivos e, mais precisamente, o escopo do Tratado de Segurança Coletiva (TSC) no âmbito militar e de segurança. Os esforços dos vários encontros e de produção de textos deram em resultados pouco concretos, entretanto. Segundo Nourzhanov (2011), aproximadamente 90% dos 2000 documentos redigidos não passaram de rascunhos sem aprovação, já que as RAC estavam receosas em receber incondicionalmente a hegemonia russa novamente na região. Já com o TSC, Moscou obteve resultados mais objetivos ao criar uma aliança militar de “defesa coletiva, não agressão, resolução de conflitos por meios não-violentos e esforços coletivos contra ameaças de segurança, integridade territorial e soberania” (WESTERLUND, 2013: 11, NOURZHANOV, 2011: 157).

O fraco desempenho da CEI em lidar com questões de segurança, como a Guerra Civil do Tajiquistão (1992-1997) e as invasões do MIU (1999-2000) promoveram uma maior desconfiança dos países centro-asiáticos em apoiarem maior cooperação com a Rússia. Resultado disso foi a não-adesão do Uzbequistão, em 1999, no prolongamento do TSC por mais cinco anos e que originaria a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC); ainda, os

países do Vale Fergana já apontavam uma maior aproximação com o ocidente, nomeadamente os EUA.

De fato, as relações entre a Rússia e o Uzbequistão estavam desgastadas. Moscou buscou manter sua zona de influência do período soviético por meio da CEI, enquanto Tashkent direcionava suas ações na construção do novo Estado, na propagação da nação e no estabelecimento da segurança regional, com constantes temores em relação ao Afeganistão. Não obstante, o diálogo ecumênico foi perdendo força durante os anos 90 já que, segundo um diplomata uzbeque, a CEI estava consumida em seus esforços com o sul do Cáucaso e não foi capaz de endereçar as preocupações de Karimov em relação ao radicalismo islâmico (DALY, 2006). A viabilidade da CEI nunca foi levada à sério pela administração Yeltsin (WEISBRODE, 2001).

A política externa russa estava engessada com o pensamento militar tradicional de aproximação com a Ásia Central, enquanto estes clamavam por maiores investimentos diretos estrangeiros e por mecanismos de segurança contra as “novas ameaças” (entendidas aqui por separatismo, terrorismo e extremismo religioso). Ainda que o TSC mencionasse o combate às “novas ameaças”, pouco foi feito neste sentido. Pelo contrário, Moscou estava tentando organizar a região para defesa de ameaças de potências estrangeiras, ao invocar a anacrônica paranoia da Guerra Fria contra as ações estadunidenses no Mar Cáspio (NOURZHANOV, 2011). Paradoxalmente, a forte presença militar de origem russa da estrutura soviética decaiu desde a independência das RAC. A partir de 1999, guardas fronteiriços russos foram retirados do Quirguistão, e a 201ª divisão de infantaria motorizada passou a exercer um papel de suporte no patrulhamento das divisas do Tajiquistão. (KUZMIN, 2008; NICHOL, 2012).

Simbolicamente, a mudança de governo, com a nova administração de Vladimir Putin (2000-2008), trouxe uma mudança na política externa até então empregada. Posto que os primeiros meses do novo governo não demonstrassem sinais de ruptura com o anterior, a própria percepção, ainda no governo Yeltsin, das falhas na Ásia Central motivaram pequenos ajustes na política externa russa. Moscou ainda via a CEI como o melhor mecanismo para reforçar a segurança nacional, porém adicionava uma “integração de nível diferente, com velocidade diferente” (NOURZHANOV, 2001). Putin procurou tratar seus vizinhos da CEI como iguais; a Doutrina Militar legou menos importância a ameaças de potências

estrangeiras e nomeou o separatismo, estruturas terroristas, o crime organizado internacional como as principais ameaças à Rússia e aos seus aliados (NOURZHANOV, 2011).

Em fevereiro de 2000, a CEI realizou, em Dushambe, o maior exercício militar na Ásia Central desde sua independência, ao envolver tropas do Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão e Uzbequistão (WEISBRODE, 2001). Ainda que o Uzbequistão tenha se negado em fazer parte da OTSC, sua participação foi elogiada por Moscou e Islam Karimov anunciou seu apoio a uma “aliança estratégica” no combate ao terrorismo com a Rússia (WEISBRODE, 2001), demonstrando a ambivalência característica de Karimov. Neste ano, foi acordado no âmbito do TSC, em abril, a criação de uma força de reação rápida de combate ao terrorismo, que, em 2001, estabeleceu um quartel-general no Quirguistão com uma força de três mil a cinco mil homens (NICHOL, 2012).

Os ataques de 11/9 impulsionaram uma mudança maior na política russa para a Ásia Central, quando Putin optou por uma cooperação próxima com George Bush no objetivo de estabilizar a região (NOURZHANOV, 2011), ao aquiescer com o aumento da presença militar dos EUA contra as operações da Al Qaeda (NICHOL, 2012). O constante aumento no preço internacional de hidrocarbonetos aumentou também a importância da Ásia Central para a Rússia (KUZMIN, 2008), não só pela oportunidade direta de investimento, como também como meio do Kremlin reafirmar seu papel de garantidor do suprimento de gás da bacia do Mar Cáspio para o mercado europeu.

Neste sentido, é possível apontar, segundo Dongfeng (2003), quatro focos da política externa russa com início em 2001: a) manutenção da segurança, juntamente com a eliminação do tráfico de drogas e incursões terroristas; b) reconstruir ou manter sua influência na região; c) proteção de seus interesses econômicos (rotas de petróleo e gás) e d) jogo duplo de cooperação e competição com os EUA.

A partir de 2003, com o foco dos EUA na Guerra do Iraque, as RAC temeram que ameaças de segurança associadas a grupos islâmicos radicais e o tráfico de drogas permanecessem sem a ostensiva atenção das forças de coalização. Deste modo, este período marca não só o declínio da assistência financeira estadunidense para a Ásia Central, mas também da percepção regional de que os EUA não seriam os garantidores incontestes da estabilidade. Segundo

Nourzhanov (2011), a administração Bush acabara cometendo erros semelhantes à administração Yeltsin ao não envolver programas de larga-escala de desenvolvimento econômico e ao terem convicção de que teriam o direito de prescrever novas regras de política e governança às elites locais. O modelo liberal político era visto com temor pelos governos locais, especialmente após as “revoluções coloridas” que, de fato, chegaram à Ásia Central com a Revolução Tulipa, no Quirguistão, em 2005. Com isso, Washington passou a ser visto como uma fonte propagadora de instabilidade (NOURZHANOV, 2011).

Oportunisticamente, Putin aproveitou o espaço para estreitar as relações com seus vizinhos do sul e estabelecer-se como a potência dominante na região. Ainda em 2003, foi lançado o projeto de regularização da migração laboral e aprimoramento das condições de vida para imigrantes (KUZMIN, 2008, NOURZHANOV, 2011). Neste mesmo ano, ocorre a institucionalização do TSC, criando a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), em 18 de setembro, com o objetivo de prevenir maior expansão da OTAN e de manter a CEI sob a égide das forças militares russas (KUZMIN, 2008). Dias depois, em 23 de outubro, o presidente russo visitou o Quirguistão e abriu a primeira base militar russa desde o colapso da União Soviética, em Kant (KUZMIN, 2008) e que, ao menos até o ano de 2006, seria de uso gratuito pelos russos (NICHOL, 2012). Um ano depois, o Tajiquistão recebeu a visita presidencial russa com intuito semelhante: estabelecer uma base militar permanente e abrir oportunidades de negócios entre as duas economias (KUZMIN, 2008).

Com o Incidente de Andijan (também chamado de Massacre de Andijan pelo ocidente), Uzbequistão, em maio de 2005, União Europeia e os Estados Unidos denunciam graves violações de abuso de poder e de direitos humanos e passam a cobrar investigações sobre o caso. Censuram duramente os resultados apresentados à comunidade internacional, o que provoca uma rápida reação de Tashkent, ao anunciar o fechamento da Base K2 para os EUA e colocam um prazo de 6 meses para a retirada das tropas. A Rússia, ao visionar a oportunidade de trazer o Uzbequistão de volta à sua esfera de influência, sanciona dentro do âmbito da OTSC e da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) a legalidade e validade das investigações feitas pela justiça uzbeque com o caso de Andijan. Segundo Kuzmin (2008), várias pessoas no Uzbequistão, tanto oposição como governistas, acreditaram que os EUA estavam por trás do levante

em Andijan. Seja por propaganda interna ou percepção genuína de uma conspiração, a Rússia logrou êxito em ganhar a confiança de Islam Karimov: em dezembro de 2006, o Uzbequistão reentrava na OTSC.

A eleição do novo presidente e ex-primeiro-ministro, Dmitri Medvedev, trouxe poucos elementos de ruptura com a administração anterior; na realidade, Medvedev deu continuidade à política externa de Putin e a concretizou em cinco pontos, em agosto de 2008, obedecendo uma ordem de prioridade: primeiramente, a defesa do princípio da observação do direito internacional; a busca da multipolaridade; a opção pela abordagem de não-confronto; a defesa de áreas em que a Rússia detém interesses privilegiados e, finalmente, a proteção de cidadãos russos onde quer que eles estejam (KUZMIN, 2008).

A exemplo de presidências passadas, a administração Medvedev empenhou-se em utilizar a OTSC como principal ferramenta na efetivação de sua política externa na Ásia Central. Entretanto, a partir de 2009 a OTSC, em uma tentativa de adequar-se às novas ameaças, passou a incluir temas além dos assuntos tradicionais de segurança, com a aprovação do Acordo sobre Forças Operacionais de Reação Coletiva (WESTERLUND, 2013). A medida, ademais da previsão de combate a ameaças tradicionais, inova ao incluir a proteção à população em um conflito armado, apoio na distribuição de ajuda humanitária e na mobilização de situações emergenciais, como desastres ambientais (WESTERLUND, 2013). Não obstante, o acordo não obteve consenso devido a abstenção da Bielo-Rússia e do Uzbequistão. Karimov, ao saber do plano russo em estabelecer uma segunda base em solo quirguiz (EURASIANET, 2009) – e próxima à fronteira uzbeque – olhou com desconfiança a proposta de uma extensão do escopo da OTSC.

Ainda naquele ano, a Rússia ofereceu um pacote de ajuda no valor de \$2 bilhões, incluindo um empréstimo de \$1,7 bilhão para auxiliar o Quirguistão a construir a hidrelétrica Kambarata 1, projetada para produzir 1.900 MW. Curiosamente, logo após o estabelecimento da parceria, Bisqueque anunciou a intenção de fechar a base aérea de Manas, usada até então pelos EUA.⁶¹

⁶¹ HYDROWORLD. (2009). “Russia to finance Kyrgyzstan's 1,900-MW Kambarata 1”. Disponível em: <http://www.hydroworld.com/articles/2009/02/russia-to-finance-kyrgyzstans-1900-mw-kambarata-1.html> acessado em: 16 mar 2013.

Em suma, é possível avaliar que a Federação Russa posiciona-se pela manutenção de seu território, na busca de recursos e de influência sobre os ex-membros da União Soviética, o que pode ser interpretado como uma atitude para a volta do status regional, deteriorado no colapso soviético. Em busca de uma aproximação legítima vis a vis os países da Ásia Central, Moscou tem utilizado o enfoque multipolar e pragmático, realizando investimentos de desenvolvimento econômico pontuais em troca de maior presença – por vezes, militar – na região.

3.4 A República Popular da China

A China faz fronteira com três dos cinco países da Ásia Central através da província de Xinjiang, oficialmente intitulada como a Região Autônoma de Xinjiang. Tal área possui uma forte relação de interdependência com a Ásia Central nos campos do comércio, segurança e geografia. Tanto o é, que Ann McMillan (2008) classifica a Ásia Central e a província de Xinjiang como uma mesma região: interdependente, porém não integrada. Nos primeiros anos da década de 1990, a China buscou um gradual incremento comercial e tratou de envidar a delimitação territorial com a região, ainda que a Ásia Central só ganhasse real destaque na política externa chinesa a partir dos anos de 2000, quando o crescimento econômico chinês abriu incentivos para a diversificação de seus mercados, e incursões de grupos religiosos fundamentalistas com cunho separatista, como o MIU, apareceram no Vale Fergana, ameaçando alavancar ações semelhantes pela etnia uigur⁶².

Com base nisto, é possível delinear os principais interesses da China na Ásia Central (FEIGENBAUM, 2011: 64):

- a) Assegurar estabilidade e segurança nas províncias do oeste e ao longo da fronteira;
- b) Satisfazer objetivos energéticos e relacionados a economia, ao diversificar as fontes de suprimento chinesas e de transporte. Acessar petróleo do Cazaquistão,

⁶² Etnia com base turca e que habita o oeste chinês, majoritariamente na província de Xinjiang e partes orientais do Cazaquistão e Quirguistão. É identificada por Pequim como um foco de movimento separatista com o intuito de fundar a República do Turquestão Oriental.

gás do Turcomenistão e recursos de agricultura e mineração de outros países (Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão);

c) Assegurar estabilidade política nos países da Ásia Central;

d) Assegurar que nenhuma outra potência externa avance seus interesses ao custo do interesse chinês.

Seguindo estes princípios, a China adota uma estratégia comum a todas as áreas vizinhas a seu território: amizade, segurança e enriquecimento. O primeiro, a amizade, refere-se ao desenvolvimento de relações políticas graduais e progressivas com todos os países vizinhos; enquanto o segundo item, a segurança, determina que a China não seja vista como uma ameaça aos interesses de seus aliados e, finalmente, o enriquecimento implica que a China deve contribuir para o desenvolvimento econômico de seus vizinhos (KAUKENOV, 2008).

Em seu plano de inserção no território centro-asiático, a China observou, de perto, a projeção de hegemonia russa durante os anos 90. Ainda que o governo Yeltsin tenha tido dificuldades em se estabelecer na Ásia Central, o entendimento chinês era de reconhecimento da área como tradicional zona de influência russa e que boas relações com esta deveriam ser praticadas. A partir dos anos 2000 e o foco em segurança e energia na região, as autoridades chinesas viram a presença russa na região como desejável, ainda que alguns dos objetivos entre esses dois países pudessem se chocar, Pequim e Moscou dividem preocupações semelhantes, como a luta contra o terrorismo, o separatismo e o tráfico de drogas.

No que tange especificamente à segurança, pode se dizer que a China observa a Ásia Central do ponto de vista da segurança e estabilidade de Xinjiang, uma vez que as fronteiras (não definidas ao longo dos anos 90) entre esses países e a China são permeáveis, e a ameaça de separatismo é presente. Desta forma, a questão da delimitação das fronteiras teve prioridade nos primeiros contatos entre as duas partes. Inicialmente, foi esse o objetivo do “Shanghai Five”, que acabou dando origem à atual Organização de Cooperação de Xangai (OCX) (OLIVEIRA, 2008).

Com o Cazaquistão, a China deu início ao processo de delimitação em abril de 1994 e conclui, sem percalços, em julho de 1998 (PEDRO, 2009). Os

outros dois países, Quirguistão e Tajiquistão, tiveram maior embaraço na resolução do tema. Por motivos de ordem interna, somente em 2002 a China definiu seus limites com o Tajiquistão. A maior dificuldade foi entre Pequim e Bisqueque, pois a demarcação inicial, datada em julho de 1996, previa permuta de terras as quais encontraram forte oposição interna no Quirguistão. Após anos, em julho de 2009, a questão foi finalmente resolvida, com a cessão chinesa do Pico de Khan Tengri ao Quirguistão e, este, por sua vez, cedendo a região montanhosa de Uzengi-Kush à China (IBRU, 2009).

Com a definição de fronteiras, veio o aprofundamento comercial sino-centro-asiático. Recentemente, a China se tornou uma fonte vital de comércio e investimento para a Ásia Central. Em 2000, somente 3.8% do comércio da região centro-asiática era com a China, enquanto a Rússia detinha 26,7% (FEIGENBAUM, 2011). É a partir desta data, com a política “Ir para o Oeste”, que a China cresce nos mercados centro asiáticos. Já em 2010, a porcentagem chinesa aumentou para 24,4%, representando uma evolução de \$1 bilhão em 2000 para \$ 30.4 bilhões em 2010 (FEIGENBAUM, 2011). Na área de investimentos, os valores são igualmente vultuosos: no ano de 2009, a China prometeu \$15 bilhões ao Cazaquistão, \$8 bilhões ao Turcomenistão, e \$603 milhões ao Tajiquistão, bem como a disponibilidade de crédito de \$10 bilhões aos membros da OCX por meio do Exim Bank (FEIGENBAUM, 2011). A injeção financeira tem foco no aprimoramento de infraestrutura e no setor energético, tendo como contrapartida o uso de mão de obra e equipamentos chineses. Recentemente, alguns dos projetos chineses na região incluíram a Estação Hídrica-2 em Andijan (Uzbequistão), a Linha Elétrica Lolazor-Hulton no Tajiquistão e a Usina Hidrelétrica de Moinak, no Cazaquistão (KAUKENOV, 2008).

Tratando-se da segunda maior economia do planeta comercializando com uma região em desenvolvimento, discrepâncias comerciais são observadas. A China exporta para a Ásia Central primariamente bens industrializados, enquanto as RAC exportam, basicamente, matéria prima. Em 2006, 92% de toda a exportação chinesa para a região era composta de maquinários, equipamentos e bens processados, enquanto que as vendas das ex-repúblicas soviéticas corresponderam, no grosso, a hidrocarbonetos, metais, algodão e componentes químicos, totalizando 90.2% de tudo que foi exportado à China (KAUKENOV,

2008). Mesmo com o alto valor de mercado dos hidrocarbonetos, os países da Ásia Central acumulam sucessivos déficits na balança comercial com a China.

Desde idos da década de 90, a China tem procurado estreitar relações com os países da Ásia Central a nível bilateral e multilateral, com intuito de apoiar seu projeto de desenvolvimento e integração da província de Xinjiang (CLARKE, 2008). Desta forma, Pequim aproveita para integrar, também, sua província com a região centro-asiática; para isto, investiu \$280 milhões, entre 2008 e 2013, em criação e aprimoramento de rotas terrestres (KAUKENOV, 2008) que ligam a China aos seus vizinhos do oeste. Parte da agenda chinesa constitui, ainda, em coordenar com as ex-repúblicas soviéticas o controle de organizações de migração de uigures, com destino, em sua maioria, à região de Xinjiang.

A integração econômica atende também a uma urgência estratégica, que é exposta no ponto “b” da política externa chinesa para a Ásia Central: diversificar as fontes de suprimento energético. Segundo Kaukenov (2008), cerca de 80% do total de petróleo importado por Pequim passa pelo Estreito de Malaca, uma região sensível e que os formuladores de política chinesa temem ser alvo de um bloqueio naval estadunidense caso algum conflito entre estes ocorra. Ainda que o fluxo comercial com a região seja baixo⁶³ há estimativas de alta para o médio prazo e de cumprimento no objetivo da diversificação.

Com uma taxa de crescimento do PIB, em média, de 10% a/a, a demanda no consumo interno de gás aumentou. Desde 2007, o consumo ultrapassou a produção doméstica, passando de 58,6 bilhões de metros cúbicos em 2006 a 100 bilhões em 2010 (BERDIKEEVA, 2012), o que impulsionou a importação e a exploração de reservas internas, acumulando uma produção de, aproximadamente, 84 bilhões de metros cúbicos, em 2010 (BERDIKEEVA, 2012). Já em 2007 acordos foram realizados com os principais fornecedores de gás natural da região para a garantia do consumo chinês sem falta: Cazaquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Ainda, em agosto daquele ano, Pequim iniciou a construção de um gasoduto ligando o Turcomenistão à China, passando pelo Uzbequistão e o Cazaquistão (KAUKENOV, 2008). Coerentemente com a política de “Ir para o Oeste”, a China ofereceu ao Quirguistão auxílio na construção de uma rede energética no sul quirguiz, bem como melhorias nas usinas existentes

⁶³ O Cazaquistão, principal parceiro chinês na venda de petróleo, representou somente 3.38% do total importado pela China, em 2007 (KAUKENOV, 2008).

na província de Osh, sendo o maior projeto intergovernamental entre os dois países⁶⁴. O projeto, com previsão de conclusão em 18 meses, foi aprovado em julho de 2011 e orçado em \$208 milhões⁶⁵.

O imediato pós-11/9 trouxe as principais potências para um mesmo lado do conflito. A China exerceu um papel cooperativo e proativo no combate ao terrorismo junto aos EUA. Mackerras (2008) elenca algumas ações chinesas neste sentido: a votação por uma resolução antiterrorista no Conselho de Segurança da ONU; compartilhar informações de inteligência sobre redes terroristas e suas atividades na região (Centro Asiática) e congelamento de contas em bancos chineses de suspeitos de terrorismo. Os Estados Unidos rapidamente retribuíram a consonância chinesa, ao aceitar a definição interligada chinesa de separatismo e terrorismo, concretizando no congelamento de contas em bancos estadunidenses de pessoas associados ao Movimento Islâmico do Turquestão Ocidental e identificando-os como terroristas (MACKERRAS, 2008).

A boa relação sino-americana arrefeceu a partir de 2003, contudo. Hu Jintao, o novo presidente do Estado chinês, mostrou-se menos inclinado aos objetivos e ideologias de Washington, e o início da Guerra do Iraque, bem como a manutenção do presídio de Abu Ghraib provocaram descontentamento não só na China, como entre as RAC e a Rússia. Face a esta nova disposição de Pequim, os EUA colocaram-se reticentes aos pedidos de Hu Jintao em apoiá-los na perseguição de uigures identificados como terroristas (MACKERRAS, 2008). Este cenário contribuiu para que a China buscasse sua inserção na Ásia Central por meios próprios e, com intuito de não desagradar Moscou, por meio do multilateralismo, incorporado pela OCX.

A maior presença chinesa na região atende também a anseios políticos e os de defesa. Analistas e pensadores chineses têm temido consistentemente os esforços estadunidenses de cercar sua nação através de uma arquitetura cuidadosamente desenhada de atividades navais e bases terrestres, desde a Orla do Pacífico até à Ásia Central. Em um evento de uma confrontação sino-

⁶⁴ SHEN, Wenwen. "China and its neighbours: troubled relations". Disponível em: http://www.eu-asiacentre.eu/pub_details.php?pub_id=46 acessado em: 05 mar 2013.

⁶⁵ "China to help Kyrgyzstan upgrade power grids". Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-07/29/c_131016401.htm acessado em 07 mar 2013.

estadunidense sobre Taiwan, Pequim teme que o acesso dos EUA às bases da Ásia Central exponha sua “retaguarda” (GERMANOVICH, 2008).

A despeito dos desafios, a China tem concluído um número significativo de acordos em segurança e cooperação militar com países da Ásia Central dentro do escopo da OCX. A partir de 2001, com a ostensiva presença estadunidense na região, a China direcionou seus esforços em estabelecer o quadro operacional e institucional da organização (CLARKE, 2008). Já em 2002, com o intuito de coordenar respostas às questões de fronteira, migração ilegal e tráfico de drogas, foi criado o Centro Regional de Antiterrorismo. Inicialmente previsto para ser inaugurado em Bisqueque, o centro foi construído em Tashkent, no ano de 2003. Devido à ausência do Uzbequistão – ao não estar convencido dos benefícios da Organização - nos exercícios conjuntos da “Cooperação 2003”, uma reunião no fim daquele ano expôs a importância estratégica da região para China e Rússia e como um gesto de boa fé, o Centro Regional de Antiterrorismo teve sua sede substituída (CLARKE, 2008). Ainda que simbolicamente, esta é mais uma das diversas ações do presidente Islam Karimov em projetar o Uzbequistão como líder regional, ao engajar-se em uma “diplomacia pendular”, imbuída de oportunismo.

Considerando a proposta da OCX, face aos desafios testemunhados pelo mundo entre 1999 e 2010 na Ásia Central, a Organização tem carecido de mecanismos para reagir prontamente a situações de crise, como os eventos de 2005 e 2010 no Quirguistão, e o de Andijan, em 2005, no Uzbequistão provaram. Ainda que a China tenha buscado exercer sua influência de uma maneira não-tradicional em questões de segurança, as autoridades centro-asiáticas têm temido o impacto do poderio econômico chinês em suas frágeis economias domésticas (KAUKENOV, 2008); deste modo, Pequim tem enfrentado dificuldades em consolidar a institucionalização da OCX como um órgão de desenvolvimento econômico e de segurança. Há ainda o dilema da sobreposição de organizações existentes na Ásia Central: é válido o esforço em promover segurança por meio da OCX quando já existe a OTSC para este fim?

A China, desde meados da década de 90 tem procurado estreitar relações com os países da Ásia Central a nível bilateral e multilateral, com intuito de apoiar seu projeto de desenvolvimento e integração da província de Xinjiang (CLARKE, 2008). Analisou-se nesta sessão que a China enfatiza a estabilidade, o desenvolvimento econômico e a política de não-intervenção em assuntos

internos, constituindo o que pode ser chamado de “aproximação pragmática”. A integração deste país com a Ásia Central pode sofrer obstáculos, pois há temores sobre a expansão da gigantesca economia chinesa e da migração da etnia Han na região.

Neste capítulo, foi avaliada as agendas e programas das potências extrarregionais para a Ásia Central. Não foi possível determinar se, entre UE, EUA, Rússia e China, parte do montante destinado à ajuda financeira na Ásia Central faz parte do orçamento das agências estatais que atuam diretamente nas localidades aqui estudadas. Na próxima sessão, é avaliada a efetividade dos programas executados pelos atores extrarregionais e se, de fato, exercem influência na determinação do curso de prevenção ou fomento dos conflitos do Vale Fergana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discorreu sobre a formação dos Estados modernos da Ásia Central, remontando suas raízes ao período sob jugo czarista até os primeiros anos do século XXI. Partindo da análise do período independente das RAC, observou-se uma profusão de tensões e conflitos – por vezes escalando à violência – a partir do ano de 1999 e que levou à pergunta: quais as causas de conflito, especificamente, no Vale Fergana entre 1999 a 2010?

Uma leitura superficial sobre os cenários selecionados neste trabalho identificaria as disputas étnicas e por recursos – água e terra – como elementos causais de conflito violento no Vale Fergana. Tal suposição é ecoada por alguns veículos midiáticos e autores baseados nas conclusões gerais de Homer-Dixon (1996) e Bächler (1998) ao estabelecerem uma relação causal entre ambiente, escassez e violência. Contudo, estes elementos isoladamente não são responsáveis pela origem de conflitos na região no período estudado.

Foi descrito, ainda na era soviética, como a Ásia Central foi dividida em cinco grupos étnicos-base, os quais, tal qual a etnia uzbeque, absorveram outros grupos menores e que tiveram sua identidade expurgadas. Previamente unida por religião, território e valores tribais, a região sofreu um intenso processo de desenvolvimento de culturas étnico-nacionais, processo este que foi acompanhado de disputas envolvendo conflitos não-violentos entre os governos das repúblicas soviéticas no Vale Fergana por território e pontos estratégicos.

Sob os auspícios de Moscou, disputas foram mediadas, conflitos foram controlados e a promoção do desenvolvimento de estruturas administrativas, econômicas e sociais foram realizadas, interligando a já interdependente região. A mobilização em massa de trabalhadores possibilitou projetos ambiciosos de melhorias nas ferrovias, na extensão da estrutura de irrigação e geração de energia hidrelétrica, tendo no “Sistema de Compensação” a dinâmica-símbolo da integração promovida pela União Soviética. Collins (2006) acertadamente conclui que o colonialismo soviético na Ásia Central foi menos exploratório e mais desenvolvimentista do que o colonialismo europeu na África e Ásia.

O colapso soviético e a propagação das independências na Ásia Central trouxeram uma ruptura mais do que simbólica entre os governos da região.

Observamos no Capítulo 2 como os países do Vale Fergana distanciaram-se ao aplicarem diferentes políticas e reformas no campo jurídico, das comunicações e da economia baseados em uma crescente motivação nacionalista. O Uzbequistão, ao promover domesticamente o ufanismo e a autodistinção como um país superior aos vizinhos, foi o Estado pioneiro no desenvolvimento do nacionalismo no Vale Fergana. Anos mais tarde, Quirguistão e Tadjiquistão demonstraram política semelhante, quando forças de oposição ganharam mais espaço na arena política, impulsionadas pelos fatídicos eventos da virada do século tanto regionalmente, com os ataques do MIU e as atitudes unilaterais do Uzbequistão, quanto globalmente, com a campanha antiterrorista da coalização no Afeganistão.

O contencioso energético de 1998 a 1999 demonstrou que, embora incluídos em um cenário de profunda interdependência, havia pouca vontade em manter os laços de interligação, buscando atender a anseios de interesse nacional acima das necessidades de cooperação regional. Abbink et al (2005) demonstram que a cooperação regional é necessária para a maximização dos benefícios dos recursos da Bacia do Mar de Aral. Contudo, após um estudo de caso experimental, Abbink et al (2005) analisaram que os participantes experimentais falharam em cooperar e manter acordos de distribuição no “sistema de compensação” em cenários de estiagem, e concluíram que a falha em manter os acordos de cooperação não devem ser somente atribuídos aos tomadores de decisão, pois o abandono da cooperação é inerente às características estruturais e naturais da região. O pessimismo em relação a este cenário é agravado com a constatação de que o Rio Naryn, principal tributário do reservatório de Toktogul, detém um grande potencial hidrelétrico, o qual tem sido explorado pelo Quirguistão. Desta forma, o ganho de um país – ao promover a autarquia energética – acaba sendo a perda do outro – com a diminuição do fluxo hídrico aos campos de algodão no Uzbequistão, configurando, *ceteris paribus*, em um jogo de soma zero.

O Incidente de Batken, de 1999 a 2000 foi emblemático ao concretizar a ruptura com o passado soviético inter-republicano. A partir disto, os Estados independentes da Ásia Central identificaram o separatismo, o extremismo político e religioso, o terrorismo e a degeneração da neófito identidade do Estado, ainda que em formação, como ameaças à sua segurança. Para lidar com isto, os

governos envolvidos, em especial Uzbequistão e Quirguistão, valeram-se do uso da securitização de temas não-tradicionais. Foi possível identificar o processo de securitização de temas não-militares, como o uso e distribuição da água, o acesso a terras, as fronteiras e, mais recentemente, das identidades étnicas e nacionais.

Desta forma, concluímos que as disputas por recursos hídricos e, especialmente, as disputas étnicas não são agentes originários de conflito, mas sim variáveis impulsionadoras. De forma geral, Gilley (2004 apud BICHSEL, 2009) vê a relação causal entre etnia e conflito como conceitualmente problemática; contrariar tal lógica no Vale Fergana seria ainda pior. Considerando que no período pré-soviético a identificação dos diferentes grupos se dava por associação tribal e que os grupos étnicos como hoje são conhecidos foram fruto de engenharia social soviética, o fator “ranço” ou “rixa” étnica é difuso e possui relevância como uma “condicionante impulsionadora” de uma variável causal.

Há, porém, uma diferenciação sócio-geográfica da magnitude desta variável. Nos casos de conflitos nas áreas limítrofes e próximas dos enclaves, identifica-se uma ação estatal de construção de nacionalidade por meio da associação étnica ao território e à segurança, sendo representativo o exemplo do Uzbequistão e a política nacionalista do presidente Islam Karimov. Já nos principais centros urbanos, de grande aglomeração populacional e heterogênea, a rivalidade étnica é vista com mais intensidade, visto Osh em 2010. Ao longo do processo de demarcação territorial, ainda na era soviética, os grupos eram realocados entre bairros e distritos de uma municipalidade para atender a critérios e princípios de organização de território das republicas socialistas; hodiernamente, minorias étnicas lutam por maiores direitos e representatividade nos espaços em que se encontram e não surpreendentemente vão de encontro aos interesses de grupos majoritários, fomentando ainda mais uma rivalidade que já se encontra enraizada. Faz-se necessário ressaltar, contudo a ausência de um genuíno ódio interétnico no Vale Fergana.

Semelhante argumento é feito em relação às disputas por água na região. Observamos nos casos estudados que o acesso à água é identificado como um elemento impulsionador de animosidades já existentes. No contencioso energético entre Quirguistão e Uzbequistão de 1998 a 1999 a água é utilizada como represália à quebra de um acordo já estabelecido; nos casos de Vorukh (Ak-sai e Tojikon) e Sokh (Sogment, Charbak e Hushiar) a água não cumpriu

nenhum papel causal nos conflitos violentos, mesmo que fosse pivô em disputas não-violentas e como uma variável impulsionadora em conflitos violentos já estabelecidos. Avaliamos, com isso, que não há escassez de água no Vale Fergana e que o verdadeiro obstáculo para a cooperação e harmonia entre os povos envolvidos está na distribuição racional do recurso. Ademais, a história tem mostrado que estados dificilmente vão a guerra por causa de água (TOSET et al, 2000).

Ao analisar o contexto histórico e presente da região do Vale Fergana, bem como os cenários de conflito nas vizinhanças dos enclaves de Sokh e Vorukh, foi possível determinar as principais variáveis impulsionadoras e as causais de cooperação e conflito no Vale Fergana dentro do período estudado:

- a) Cooperação: A identificação de ameaças regionais e locais de separatismo, crime organizado internacional e o terrorismo impulsionam os Estados do Vale Fergana a cooperar, seja entre si, seja com potências extrarregionais;
- b) Ambíguo: As instituições informais tradicionais, a nível local, e a profunda interdependência econômica e social possuem um potencial relevante para atuarem tanto como agentes de pacificação e cooperação, como impulsionadores de conflito;
- c) Conflito: O processo de securitização de temas não tradicionais, como a água, terra e etnias, bem como o crescente nacionalismo são identificados como agentes originários de conflito no Vale Fergana a partir do fim da década de 1990.

Identificamos no trabalho um desenvolvimento nacionalista de cunho étnico, aquele onde busca-se evidenciar valores essencialmente locais e subordinados a costumes majoritários daquele Estado, ao passo que persegue-se a supressão de valores estrangeiros em uma dicotomia cívica perversa. Destarte, o prefeito da cidade de Osh, ao identificar não-quirguizes como uma ameaça iminente ao Estado quirguiz absorve a construção conceitual de identidade não a partir daquilo que “é, ou pertence”, mas a partir da negação de outros grupos nacionais. No Uzbequistão, logo após a independência, foram

promovidos estudos⁶⁶ de resgate aos valores tradicionais, à riqueza histórica e ao legado de seus antepassados, evocando a ideologia da independência nacional. Com a identificação de ameaças ao Estado – por conseguinte, ao governo Karimov – por grupos extremistas e terroristas, no fim da década de 1990, a ideologia nacional foi imbuída e progressivamente modificada por um entendimento do perigo estrangeiro aos valores recém-redescobertos. Não obstante, o nacionalismo, isoladamente, não é responsável pela raiz dos conflitos e torna-se uma variável causal a partir do ponto em que é inserida em um cenário previamente integrado socialmente, culturalmente e economicamente.

O risco tornou-se dano à integridade dos Estados do Vale Fergana depois do Incidente de Batken, ainda que a guerra civil no Tajiquistão já tivesse aliado não somente a segurança de Duchambe, como também a integridade regional. Após o ano de 1999, a fronteira tornou-se um ponto vital, e portanto alvo de securitização, na definição da identidade política do Estado do Uzbequistão e serviu como pretexto legitimador para o projeto de construção do Estado-nação sob a proteção autoritária do presidente Islam Karimov (MEGORAN, 2002). Para o Quirguistão, forneceu combustível ao descontente movimento nacionalista para derrubar o ex-presidente Askar Akaev e a consequente percepção dos uzbeques – tão presentes na divisão de recursos em cidades e campos quirguizes – como ameaça ao povo quirguiz.

Concluimos que as variáveis causais de conflito no Vale Fergana, o nacionalismo e a securitização, são responsáveis também na mudança de mentalidade das populações locais e dos tomadores de decisão dos governos envolvidos, pois “alimentam” as disputas por recursos e exacerbam as rixas étnicas enquanto enterram o passado integrado e mais harmonioso. Paradoxalmente, o regime soviético, que para o Ocidente representava restrição à liberdade e à locomoção, para a Ásia Central era a garantia de integração e livre trânsito regional. Com a independência política e o nacionalismo, aliado ao processo de construção estatal, os povos do Vale Fergana experimentaram o recrudescimento na fiscalização de suas liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão (especialmente no Uzbequistão) e o direito de ir e vir.

⁶⁶ Ver MEGORAN (2002: 66) para uma lista, não exaustiva, de trabalhos e obras.

Ainda que os conflitos estudados estejam cronologicamente posteriores ao incidente de Batken de 1999 a 2000, não foi possível estabelecer uma sequência em cadeia dos eventos. De fato, o recrudescimento do tratamento das questões de fronteiras e o desgaste das relações oficiais entre os países do Vale Fergana estão vinculados ao incidente energético de 1997-1998 e às consequências e reações aos ataques do MIU entre os últimos anos do século XX. Tais acontecimentos marcaram profundamente a dinâmica social e de defesa da região, influenciando diretamente os cenários de conflito estudados; não obstante, os casos de Ak-sai e Tojikon (2003-2004) são independentes dos casos das vilas da localidade de Sokh (Sogment, Charbak e Hushiar), ocorridos em 2002 e 2005.

A nova realidade política, pós Guerra-Fria, das RAC e a campanha da Coalizão no Afeganistão revelaram uma mudança no padrão regional de análise e percepção de segurança. A Ásia Central, dentro das definições da Escola de Copenhagen de Complexo Regional de Segurança, pertencia ao “CRS centralizado” da esfera soviética. Já com a independência, as implicações da caracterização da região como geoestratégica fizeram com que a Ásia Central se tornasse um “CRS padrão”, ainda que singular, onde mais de duas grandes potências atuam – não necessariamente de forma cooperativa – em um foco eminentemente de segurança.

A abrangência real – oposta àquela proposta e sugerida – da atuação de potências extrarregionais tanto na prevenção, como nas causas dos conflitos do Vale Fergana é indireta. As potências aqui estudadas, EUA, UE, Rússia e China, têm buscado, sobretudo, uma aproximação oficial em termos “macro” para satisfação de seus interesses, enquanto que agências de assistência e prevenção de conflitos atuam localmente, a nível “micro” e exercem um papel fundamental nos desdobramentos dos cenários em que atuam. Com o emblemático evento do 11/09 de 2001, a região de Batken (a qual abarca os enclaves de Vorukh e Sokh) tornou-se foco de projetos de diversas agências nacionais e internacionais. Como foi observado, a atuação de múltiplas agências, em parceria com ONGs locais, nos cenários de conflito gera a mentalidade do “donor shopping” a nível local. Um paralelo pode ser estabelecido entre os níveis micro e macro dos governos centro-asiáticos quanto a esta mentalidade, ao observarmos como

estes (os Estados) têm se beneficiado da presença de atores extrarregionais – as potências – e da suas disputas por influência.

Por imperativos de tempo e indisponibilidade de material bibliográfico, é reconhecida a limitação do trabalho ao não abarcar a totalidade de conflitos existentes no Vale Fergana no período delimitado. Considerando as particularidades de cada caso, destacamos que é a existência de variáveis “macro”, ou de abrangência regional, tal qual o nacionalismo e a securitização, que são causadores de conflito e, assim, haveria mudança somente nas variáveis impulsionadoras. Não foi, ademais, o objetivo do trabalho avaliar a presença de outros atores extrarregionais, como Turquia, Irã e Índia, que, embora demonstrem uma atuação relevante no cenário cultural e econômico, pouco participaram no processo de desenvolvimento da segurança regional.

Dentro do próprio escopo de abordagem, ainda que o Tadjiquistão pertença ao Vale Fergana e que um dos cenários estudados incluam território tadjique (Vorukh), reconhece-se o foco dado neste trabalho ao Quirguistão e ao Uzbequistão, em parte à bibliografia disponível, em parte por avaliarmos que os principais atores estatais locais sejam, de fato, estes dois últimos países.

Neste sentido, com o objetivo de aprofundar os estudos dessa temática, sugerimos desenvolver pesquisas de cenários de conflito a partir da data de 2010, avaliando se há continuidade no padrão de desenvolvimento de disputas nos casos já estudados. Há, ainda, a necessidade de considerar de forma acurada a influência da religião nos processos de construção nacional dos países do Vale Fergana, estimando o papel desta na relação entre sociedade civil e Estado.

Por fim, é recomendada a elaboração de estudos futuros na análise do impacto que as variáveis causais aqui identificadas possam influenciar no enraizamento de algumas variáveis impulsionadoras, como as disputas étnicas. Embora o histórico de coexistência pacífica e interdependente dos povos do Vale Fergana indiquem que inexista um ódio interétnico, é possível que anos de conflitos e a concretização da construção nacional, embasada na progressiva segregação de etnias e na securitização das fronteiras e da nacionalidade, agravem e transformem o quadro da região.

ANEXO – Assistência dos EUA para a Ásia Central, 1992-2010

Table 2. U.S. Assistance to Central Asia, FY1992-FY2001

(millions of current dollars)

Country	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Kazakhstan	20.33	51.47	202.75	138.85	79.32	53.52	75.85	72.60	77.95	80.01
Kyrgyzstan	13.03	108.22	90.36	44.43	63.63	23.85	50.29	61.12	49.73	43.07
Tajikistan	11.61	33.72	45.26	33.71	45.36	14.75	36.57	38.16	38.69	76.48
Turkmenistan	14.71	57.28	22.38	21.82	25.33	6.25	8.94	15.94	10.91	12.57
Uzbekistan	5.62	15.00	34.07	14.44	23.34	30.88	26.84	46.88	39.06	48.33
Regional	0.00	0.00	0.00	0.00	20.00	0.60	7.87	0.00	4.50	7.57
Total	65.3	265.69	394.82	253.25	256.98	129.85	206.36	234.7	220.84	268.03

Source: Derived from U.S. Department of State, Office of the Coordinator for Europe and Eurasia.

Note: Includes all agencies and accounts.

Table 3. U.S. Assistance to Central Asia, FY2002-FY2010 (and Totals, FY1992-FY2010)

(millions of current dollars)

Country	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total (FY1992- FY2010)
Kazakhstan	97.4	97.88	111.00	84.91	81.31	167.55	179.52	220.28	157.90	2,050.4
Kyrgyzstan	94.47	53.85	55.25	55.23	43.44	71.25	71.23	111.74	117.52	1,221.71
Tajikistan	136.34	48.71	53.01	65.69	42.81	49.94	67.33	67.44	82.99	988.57
Turkmenistan	18.93	10.98	10.42	18.94	10.44	19.84	16.83	20.78	28.26	351.55
Uzbekistan	224.14	90.77	84.25	78.28	49.30	35.90	38.33	48.55	37.38	971.36
Regional	13.88	9.99	3.41	5.02	5.43	7.59	6.66	25.71	12.21	130.44
Total	585.16	312.18	317.34	308.07	232.73	352.07	379.9	494.5	436.26	5,714.03

Fonte: NICHOL (2012: 65)

REFERÊNCIAS

ABBINK, Klaus; MOLLER, Lars Christian e O'HARA, Sarah. (2005). "The Syr Darya River Conflict: An Experimental Case Study". *Discussion Paper N. 2005/14*. Centre for Decision Research and Experimental Economics – CeDEx. University of Nottingham.

AIUBE, F.A.L e BAIDYA T. K. N (sem data). "Análise do comportamento da volatilidade dos preços do petróleo". *FGV*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/ebf/6EBF/paper/viewFile/1378/498> Acessado em: 18 out 2012

ARCE, Dwyver. (2010). "Kyrgyzstan presidente issues "shoot to kill" order as ethnic violence continues". *Jurist*, 14 junho. Disponível em: <http://jurist.org/paperchase/2010/06/kyrgyzstan-president-issues-shoot-to-kill-order-as-ethnic-violence-continues.php> acessado em 22 fev 2013.

ASHIRBEKOV U.A., ZONN I.S. (2003). "Aral: The History of Dying Sea". Dushanbe. *IFAS*.

BÄCHLER, G. (1998). "Why Environmental Transformation Causes Violence: A Synthesis". *Environmental Change and Security Project Report*, 4: 24–44.

BAKUTODAY. (2011). *Uzbekistan decided to celebrate the 2500th year-anniversary of Andijan*. Disponível em: <http://www.bakutoday.net/in-uzbekistan-decided-to-celebrate-the-2500-year-anniversary-of-andijan.html> Acessado em 07 out 2012.

BECKER, Seymour. (2004). *Russia's Protectorates in Central Asia: Bukhara and Khiva, 1865-1924*. London. Routledge.

BENITES, Kirsten. (2007). "Repatriation of Ethnic Groups". *University of Denver*. 89-97. Disponível em: <http://www.du.edu/korbel/hrhw/researchdigest/russia/repatriation.pdf> acessado em 08 out 2012

BERDIKEEVA, Saltanat. (2012). "China Turns to Natural Gas to Fuel their Economic Growth". *OilPrice.com*. Disponível em: <http://oilprice.com/Energy/Natural-Gas/China-Turn-to-Natural-Gas-to-Fuel-their-Economic-Growth.html> acessado em: 05 mar 2013

BICHSEL, Christine. (2009). *Conflict Transformation in Central Asia: Irrigation disputes in the Ferghana Valley*. New York. Routledge.

BREGEL, Yuri. (2003). *An Historical Atlas of Central Asia*. Boston. Handbook of Oriental Studies. Volume 9.

BRITANNICA. (sem data). *Basmarchi Revolt*. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/55296/Basmachi-Revolt> acessado em: 06 out 2012

BUCKNALL, J. (2003). *Irrigation in Central Asia: Social, Economic and Environmental Considerations*. Washington. World Bank.

BUZAN, Barry. (2007). *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. European Consortium for Political Research Press, 2a ed. Colchester.

BUZAN, Barry e WAEVER, Ole. (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge. Cambridge University Press.

BRZEZINSKI, Zbigniew. (1997). *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York. Basic Books.

CENTCOM, US (2013). *Central Command*. "About US Central Command – CENTCOM". Disponível em: <http://www.centcom.mil/about-u-s-central-command-centcom> acessado em 01 mar. 2013

CLARKE, Michael. (2011). "Central Asia in world history, 1700-2008". In: MACKERRAS, Colin e CLARKE, Michael (ed). *China, Xinjiang and Central Asia: History, transition and crossborder interaction into the 21st century*. Oxford. Routledge. Pp. 21-54.

CLEM, Ralph S. (1997). "The new Central Asia: prospects for development". In: BRADSHAW, Michael J. (ed). *Geography and Transition in the Post-Soviet Republics*. New York. John Wiley and Sons. Pp. 163-186.

CORNELL, Svante E. (2004). "Narcotics, Radicalism and Security in Central Asia: The Islamic Movement of Uzbekistan". *Uppsala University*. No. 84, dezembro.

CORNELL, Svante E. (2006). "The Narcotics Threat in Greater Central Asia: From Crime-Terror Nexus to State Infiltration?". *China and Eurasia Forum Quarterly*. Volume 4: 37-67.

COLLINS, Kathleen. (2006). *Clan Politics and Regime Transition in Central Asia*. New York. Cambridge University Press.

DADABAEV, Timur. (2012). "Securing Central Asian Frontiers: Institutionalization of Borders and Inter-state Relations". *Strategic Analysis*.36:4. 554-568.

DALY, John C.K.; MEPPEN, Kurt H.; SOCOR, Vladimir e STARR, S. Frederick (2006). *Anatomy of a Crisis: US-Uzbekistan Relations, 2001-2005*. Uppsala. Central Asia-Caucasus Institute.

D'ENCAUSSE, Helene C. (1993). *The End of the Soviet Empire: The Triumph of the Nations*. New York. Basic Books.

DE PEDRO, Nicolás. (2009). “La Seguridad en Asia Central y sus Dilemas”. *Real Instituto Elcano*. Madrid. Documento de Trabajo n.4.

DICKENS, Mark. (1989). *The Impact of Russo-Soviet Culture in Central Asia*. Disponível em: http://www.oxuscom.com/Russo-Soviet_Culture_in_CA.pdf acessado em: 11 out 2012

DONGFENG, Ren. (2003). *The Central Asia Policies of China, Russia and the USA and the Shanghai Cooperation Organization process: a view from China*. Stockholm. Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI).

ENGWALL, Johan. (2005). “Stability and Security in Tajikistan: Drug Trafficking as a Threat to National Security”. *Uppsala University*. No. 86.

EURASIANET. (2001). “Batken residents furious over secret Kyrgyz-Uzbek deal”. *Eurasianet.org*. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/departments/insight/articles/eav042501.shtml> acessado em : 25 fev 2013.

_____. (2009). “Uzbekistan: Tashkent Throws Temper Tantrum over New Russian Base in Kyrgyzstan”. *Eurasianet.org*. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/departments/insightb/articles/eav080409a.shtml> acessado em: 09 mar 2013.

_____. (2010). “Tashkent’s Reponse to Kyrgyz Crisis Boost Karimov’s Image”. *Eurasianet.org*. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/node/61534> acessado em: 26 fev 2013

FEIGENBAUM, Evan A. (2011). “Central Asia Contingencies”. In: STARES, Paul B., SNYDER, Scott A., KURLANTZICK, Joshua, MARKEY, Daniel e FEIGENBAUM, Evan A. *Managing Instability on China’s Periphery*. Council on Foreign Relations. Setembro. Pp: 60-76.

GEISS, Paul G. (2003). *Pre-Tsarist and Tsarist Central Asia*. New York. Routledge.

GERMANOVICH, Gene. (2008). “The Shanghai Cooperation Organization: A Threat to American Interests in Central Asia?”. *China and Eurasia Forum Quarterly*, Volume 6, no. 1.

GLEICK, P. H. (1993a). “Water and conflict: fresh water resources and international security”. *International Security*, 18: 79–112.

HAUGEN, Arne. (2003). *The Establishment of National Republics in Soviet Central Asia*. Basingstoke. Palgrave MacMillan.

HIRSCH, Francine (2000). “Towards an Empire of Nations: Border-Making and the Formation of ‘Soviet’ National Identities”. *The Russian Review*, vol. 59, no. 2.

HOMER-DIXON, T. (1996). "Project on Environment, Population and Security: Key Findings". *Environmental Change and Security Project Report*, 2: 45–48.

HUMANITARIAN, Futures Programme (2008). *Scenario 5: Multihazard Risks in the Ferghana Valley*. Disponível em: <http://www.humanitarianfutures.org/content/scenario-5-multihazard-risks-ferghana-valley> Acessado em: 08 out 2012.

IBRU, International Boundaries Research Unit (2009). *Kyrgyzstan and China complete border demarcation*. Durham University. Disponível em: https://www.dur.ac.uk/ibru/news/boundary_news/?itemno=8288&rehref=%2Fibru%2Fnews%2F&resubj=Boundary+news%20Headlines acessado em 27 fev 2013.

ICG, International Crisis Group (2002). "Central Asia: Border Disputes and Conflict Potential". *Asia Report* n. 33. Osh/Bruxelas.

_____. (2012). "Kyrgyzstan: Widening Ethnic Divisions in the South". *Asia Report*, n. 222. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/en/regions/asia/central-asia/kyrgyzstan/222-kyrgyzstan-widening-ethnic-divisions-in-the-south.aspx> acessado em: 26 fev. 2013.

JAMESTOWN Monitor (1999). *New Measures to Quell Kyzgyz Insurgency*. 5 (188). Disponível em: [http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews\[tt_news\]=11800&tx_ttnews\[backPid\]=213](http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews[tt_news]=11800&tx_ttnews[backPid]=213) acessado em: 24 fev. 2013.

JURAEV, Shairbek. (2009). "Energy Emergency in Kyrgyzstan: Causes and Consequences". *EU-Central Asia Monitoring (EUCAM)*. N. 5. Fevereiro.

KARIMOV, Alisher. (2010). *IMU incursion prediction puts Kyrgyzstan on alert*. Disponível em: http://centralasiaonline.com/en_GB/articles/caii/features/main/2010/07/27/feature-02 acessado em: 10 fev 2013.

KASSENOVA, Nargis. (2008). "A View from the Region". In: MELVIN, Neil J. *Engaging Central Asia: The European's Union New Strategy in the Heart of Eurasia*. Centre for European Policy Studies. Brussels. Pp. 122-136.

KAUKENOV, Adil. (2008). "Chinese Diplomacy in Central Asia: a critical assessment". In: PEDRO, Nicolás e ESTEBAN, Mario. *Great Powers and Regional Integration in Central Asia: a local perspective*. Madrid. Exlibris Ediciones SL. Pp. 35-52.

KHAMIDOV, Alisher. (2003). *Kyrgyz-Tajik Border Riots Highlights Building Inter-Ethnic Tension in Central Asia*. Disponível em: <http://dev.eurasianet.org/departments/insight/articles/eav010803.shtml> acessado em: 20 fev. 2013.

_____. (2005) "Kyrgyzstan Concerned about Spillover from Andijan Events in Uzbekistan". *Eurasianet.org*, Disponível em: www.eurasianet.org/departments/insight/articles/eav051905.shtml acessado em: 10 mar. 2013.

KHAMZAYEVA, Anar. (2009). "Water Resources Management in Central Asia: Regional and international issues at stake". *CIDOB*, Asia 25: 9-32.

KOICHIEV, Arslan. (2001). "Kyrgyzstan and Uzbekistan map out their differences". *Eurasianet.org*. Disponível em: <http://www.eurasianet.org/departments/insight/articles/eav030501.shtml> acessado em: 25 fev 2013.

_____. (2003). "Ethno-territorial Claims in the Ferghana Valley During the Process of National Delimitation, 1924–7". IN: EVERETT-HEATH, T. (ed.) *Central Asia: Aspects of Transition*. London. Routledge.

KUPFER, Matthew. (2012). "For Whom the Bells Tolls in Osh?". *Registan*. 13 junho. Disponível em: <http://registan.net/2012/06/13/for-whom-the-bell-tolls-in-osh-kyrgyzstan/> acessado em: 26 fev. 2013.

KUZMIN, Nikolay. (2008) "Central Asia: The Sphere of Russia's Privileged Interests". IN: DE PEDRO, Nicolás e ESTEBAN, Mario. *Great Powers and Regional Integration in Central Asia: a local perspective*. Madrid. Exlibris Ediciones SL. Pp. 15-34.

LAUMULIN, Murat. (2008). "The US Geopolitical Experience in Central Asia: Success or Failure?" In: PEDRO, Nicolás e ESTEBAN, Mario. *Great Powers and Regional Integration in Central Asia: a local perspective*. Madrid. Exlibris Ediciones SL. Pp. 53-78.

MACKERRAS, Colin. (2011). "Xinjiang and Central Asia since 1990: views from Beijing and Washington and Sino-American Relations". In: MACKERRAS, Colin e CLARKE, Michael (ed). *China, Xinjiang and Central Asia: History, transition and crossborder interaction into the 21st century*. Oxford. Routledge. Pg. 1-20.

MACKINDER, Halford. (1919). *Democratic Ideals and Reality*. New York. W.W. Norton, 1962..

MAHAPATRA, Debidatta A. (2008). *Central Eurasia: Geopolitics Compulsions and Connections*. New Delhi. Lancer's Books.

MATVEEVA, Anna, SAVIN, Igor e FAIZULLAEV, Bahrom. (2012). "Kyrgyzstan: Tragedy in the South". *Ethnopolitics Papers*. No 17. Abril.

MCMILLEN, Donald H. (2011). "'Glocality' in the year 2008". In: MACKERRAS, Colin e CLARKE, Michael. *China, Xinjiang and Central Asia: History, transition and crossborder interaction into the 21st century*. Oxford. Routledge. Pp. 1-20.

MEGORAN, Nick. (2002). *The Borders of Eternal Friendship? The politics and pain of nationalism and identity along the Uzbekistan-Kyrgyzstan Ferghana Valley boundary, 1999-2000*. 300f. Tese (Doutorado em Geografia). Sidney Sussex College, Cambridge.

_____. (2004). *The critical geopolitics of the Uzbekistan – Kyrgyzstan Ferghana Valley boundary dispute, 1999-2000*. Sidney Sussex College, Cambridge.

_____. (2010). “The Background to Osh: stories of conflict and coexistence”. *Open Democracy*. 11 outubro. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/od-russia/nick-megoran/background-to-osh-stories-of-conflict-and-coexistence> acessado em 25 fev 2013.

_____. (2012). “Bordering” and Biopolitics in Central Asia”. IN: WILSON, Thomas (ed). *A Companion to Border Studies (Blackwell Companions to Anthropology)*. Chicester. Wiley Blackwell. Pp. 473-491.

MERCY CORPS. (2003). *Ferghana Valley Field Study: Reducing the Potential for Conflict through Community Mobilization*. Portland. Mercy Corps.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO UZBEQUISTÃO. (2001). *Water Resources and using them in Central Asian Countries in the Rivers of Amu Darya and Syr Darya Basin*. Disponível em: http://mfa.uz/eng/inter_cooper/foreign_policy/water_resources/ acessado em: 17 out 2012.

MORSE, J. (1991). “Approaches to qualitative-quantitative to methodological triangulation”. *Nursing Research*. Março-Abril. Pp.120-123.

MUSABAEVA, Anara e MOLDOSHEVA, Anara. (2005). “The Ferghana Valley: Current Challenges”. Bishkek. UNIFEM.

MYRZABEKOVA, Altynai e SIKORSKAYA, Inga. (2013). “Enclave Issues Challenge Uzbek, Kyrgyz Leaders”. *Institute for War and Peace Reporting*. Fevereiro. Disponível em: <http://iwpr.net/report-news/enclave-issues-challenge-uzbek-kyrgyz-leaders> acessado em: 22 fev 2013.

NAJIBULLAH, Farangis. (2010). “Uzbek, Kyrgyz, And Tajik Lives Collide In Sokh”. *RFERL*. Junho. Disponível em: http://www.rferl.org/content/Uzbek_Kyrgyz_And_Tajik_Lives_Collide_In_An_Enclave/2061404.html acessado em: 18 out 2012.

NICHOL, Jim. (2005). “Central Asia’s Security: Issues and Implications for US Interests. Congressional Research Archive”. *CRS Report*. RL 30294. 07 janeiro.

_____. (2012). “Central Asia: Regional Developments and Implications for U.S. Interests”. *Congressional Research Archive, CRS Report*. RL 33458. 19 setembro.

NOURZHANOV, Kirill. (2011). "Central Asia's domestic stability in Russian thinking". In: "MACKERRAS, Colin e CLARKE, Michael (ed). *China, Xinjiang and Central Asia: History, transition and crossborder interaction into the 21st century*. Oxford. Routledge. Pg. 151-172.

OLIVEIRA, Carlos Augusto. (2008). *Segurança na Ásia Central e o Papel da Organização de Cooperação de Xangai*. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre.

OLIVEIRA, Henrique Altemani (1999). "O Cenário Internacional e o Brasil do Ano 2020". *Parcerias Estratégicas*, 6: 194-215.

PASSON, Daniel e TEMIRKULOV, Azamat. (2004). *Analysis of Peace and Conflict Potential in Batken Oblast, Kyrgyzstan*. Berlin. GTZ.

PEDRO, Nicolás. (2008) "The EU in Central Asia: Incentives and Constraints for Greater Engagement". In: ESTEBAN, Mario e PEDRO, Nicolás. *Great Powers and Regional Integration in Central Asia: a local perspective*. Madrid. Exlibris Ediciones SL. Pp. 113-136.

_____. (2009). "La Seguridad en Asia Central y sus Dilemas". *Real Instituto Elcano*. Documento de Trabalho n.4

RAFFESTIN, Claude. (1993). *Por uma geografia do poder*. Ática. São Paulo.

RASHID, Ahmed. (2002). "They're Only Sleeping: Why militant Islamicists in Central Asia aren't going to go away". *The New Yorker*. Janeiro.

REEVES, Madeleine. (2009). "Ambivalent citizenship in post-Soviet Central Asia". Bloomington. *Indiana University*.

_____. (2011). "Fixing the border: on the affective life of the state in Southern Kyrgyzstan". *Environment and Planning D: Society and Space*, 29 (5), pp. 905-923.

RIA Novosti. (2010). "Kyrgyz interim government declares mobilization". 12 jun 2010. Disponível em: <http://en.rian.ru/exsoviet/20100612/159405184.html> acessado em 25 fev 2013.

RUDZIT, Gunther. (2005). "O Debate Teórico em segurança internacional: Mudanças frente ao terrorismo?" Porto Alegre. *Civitas*. v.5, n2. Pp. 297-323. Julho-Dezembro.

ROSENBERG, Matt. (2011). "Country, State and Nation. Defining an Independent Country". Disponível em: <http://geography.about.com/cs/politicalgeog/a/statenation.htm> Acessado em: 04 out 2012.

- RWIR (2010). "Regional Water Intelligence Report Central Asia." UNDP. Stockholm. Paper 15.
- RYWKIN, Michael. (1990). *Moscow's Muslim Challenge: Soviet Central Asia* New York. Armonk: M. E. Sharpe, Inc.
- SAKIEV, Bektur. (2009). "Land and Water Management patterns in Ferghana Valley". *CIDOB Foundation*. Novembro. Pp: 77-91. Barcelona.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. (2011). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. BestBolso. Rio de Janeiro.
- SATYBALDIEVA, Elmira. (2009). "State-society Relations in Kyrgyzstan: a Qualitative Study of Local Politics". *IPSA Conference 2009*.
- SDC. (2002). *Uzbekistan, Kyrgyzstan, Tajikistan: Regional Dialogue and Development Project in the Ferghana Valley (RDD)*. Berne. Swiss Agency for Development and Cooperation.
- SULTANOV, Asker. (2012). "Kyrgyz ethnic clashes prompted by Bakiev's drug criminals". *Central Asia Online*. Disponível em: http://centralasiaonline.com/en_GB/articles/caii/newsbriefs/2012/06/08/newsbrief-03 acessado em: 26 fev 2013.
- TABYSHALIEVA, Anara. (1999). *The Challenge of Regional Cooperation in Central Asia: Preventing Ethnic Conflict in the Ferghana Valley*. United States Institute for Peace. Peaceworks n. 28. Washington.
- TRENIN, Dmitri. (2010). "CSTO: Ripe or Reform?". *Carnegie Endowment for International Peace*. Disponível em: <http://www.carnegieendowment.org/2010/08/25/csto-ripe-for-reform/5bu> acessado em: 26 fev 2013.
- TOSET, H.P.W., GLEDITSCH, N. P. e HEGRE, H. (2000). "Shared Rivers and Interstate Conflicts". *Political Geography*, 19. 971-996.
- UNDP. (2011). "Potential for Peace and Threats of Conflict: Development Analysis of Cross-Border Communities in Isfara District of Republic of Tajikistan and Batken District of the Kyrgyz Republic". *Project: Conflict Prevention and Mitigation in the Ferghana Valley*.
- VALENTINI K.L., OROLBAEV E.E, ABYLGAZIEVA A.K. (2004). "Water Problems of Central Asia". *International Strategic Research Institute*. Bishkek.
- VOTRIN, Valery. (2003). *Transboundary Water Disputes in Central Asia: Using Indicators of Water Conflict in Identifying Water Conflict Potential*. Disponível em: http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/related_research/votrin/votrin_t_hesis.html Acessado em: 16 out 2012
- WATSON, Geoff. (2008). "Failed States on the Perilous Frontier: Historical bases of state formation in Afghanistan and Central Asia". MACKERRAS, Colin e

CLARKE, Michael (ed). *China, Xinjiang and Central Asia: History, transition and crossborder interaction into the 21st century*. Oxford. Routledge. Pp. 75-93.

WEISBRODE, Kenneth. (2001). *Central Eurasia: Prize or Quicksand?* Oxford. The International Institute for Strategic Studies.

WEBER, Max. (1919). *Politics as a Vocation*. Munique. Universidade de Munique.

WESTERLUND, Fredrik. (2013). "The CSTO Framing of Security: a constructivist perspective analysis. Swedish Defense Agency". *Relatório para o Ministério da Defesa Sueco*.

WINES, Michael. (2002). "Grand Soviet Scheme for Sharing Water in Central Asia Is Foundering". *NY Times*. Disponível em:
<http://www.nytimes.com/2002/12/09/world/grand-soviet-scheme-for-sharing-water-in-central-asia-is-foundering.html?pagewanted=all&src=pm> Acessado em: 10 out 2012